



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGGEA-UnB)

**SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL NA VILA CAUHY: UMA RUGOSIDADE
ESPACIAL?**

Aryanne Audrey Rodrigues

Brasília-DF, junho de 2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGGEA-UnB)

**SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL NA VILA CAUHY: UMA RUGOSIDADE
ESPACIAL?**

Dissertação apresentada pela discente Aryanne Audrey Rodrigues ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB), como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Mestre em Geografia, na área de Produção do espaço urbano, rural e regional. Orientação do Professor Doutor Neio Lúcio de Oliveira Campos.

Brasília-DF, junho de 2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGGEA-UnB)

FOLHA DE APROVAÇÃO

**SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL NA VILA CAUHY: UMA RUGOSIDADE
ESPACIAL?**

Aryanne Audrey Rodrigues

Aprovado por:

Neio Lúcio de Oliveira Campos, Doutor em Planejamento Urbano e Regional
(Universidade de Brasília)
(Orientador)

Nelba Azevedo Penna, Doutora em Geografia Humana
(Universidade de Brasília)
(Examinador Interno)

Ricardo Libanez Farret, Doutor em Planejamento Urbano e Regional
(Consultor privado na área de Desenvolvimento Urbano e Regional)
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 25 de junho de 2015.

FICHA CATALOGRÁFICA

RODRIGUES, ARYANNE AUDREY

Segregação residencial na Vila Cauhy: uma rugosidade espacial?, 175 p. (UnB-PPGGEA, Mestre, Geografia, 2015).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

- | | |
|------------------------------|---------------------------|
| 1. Produção do espaço urbano | 2. Segregação Residencial |
| 3. Habitação | 4. Vila Cauhy (DF) |

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Aryanne Audrey Rodrigues

Dedico este trabalho a todos os educadores.

AGRADECIMENTOS

Sou eternamente grata ao meu amigo e orientador Professor Doutor Neio Campos, do Departamento de Geografia e do Centro de Excelência em Turismo (CET) da Universidade de Brasília (UnB), o qual me incentivou a persistir nos árduos caminhos da pesquisa científica e me apoiou de forma ímpar.

Ao Professor Doutor Dinair Andrade e ao Professor Rubens Martins, do Departamento de História da UPIS (União Pioneira de Integração Social), que me ajudaram nas reflexões iniciais acerca da Vila Cauhy.

A todos os professores do Departamento de História da UPIS.

A todos os professores do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.

Especial agradecimento ao Professor Doutor Fernando Sobrinho da UnB e à Doutora Heloísa Azevedo da Secretaria de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (SEDHAB), que contribuíram com importantes colocações em minha qualificação.

A todos os colegas de trabalho do Centro de Imagens e Informações Geográficas do Exército (CIGEX), Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes (CEFTRU/UnB) e da Greentec Consultoria Ambiental, que contribuíram imensuravelmente ao longo dos anos para o meu desenvolvimento humano e profissional.

À Tatiana Eugenia do IBRAM (Instituto Brasília Ambiental), por ter disponibilizado informações sobre a Vila Cauhy.

Aos meus amigos e à minha família, materna e paterna, pela confiança e apoio, na qual incluo também Maria Lúcia Calvoso, pelos ensinamentos e questionamentos sobre os significados da vida.

Ao meu companheiro Lui Habl, de quem soneguei tempo precioso de convivência, a fim de escrever esta dissertação.

A todos os meus colegas de turma da Graduação e do Mestrado, pela amizade, carinho e reflexões realizadas ao longo dos anos a respeito da complexidade da vida social.

Especial agradecimento à amiga Ananda Martins, pelas considerações e diálogos esperançosos, e à amiga Ana Gabriela Ortiz pela inspiração para seguir caminhos na Geografia.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo imprescindível financiamento da pesquisa.

À divina presença que habita em mim.

“Talvez não exista pior privação, pior carência, que a dos perdedores na luta simbólica por reconhecimento, por acesso a uma existência socialmente reconhecida, em suma, pela humanidade”.

Pierre Bourdieu

RESUMO

Esta dissertação realiza uma análise do processo de segregação residencial na Vila Cauhy, situada no Núcleo Bandeirante-DF. Parte-se da externalidade que o urbano representa e pensa-se a segregação como condição e condicionante da (re)produção do capital. Debate-se que a moradia, assumida enquanto mercadoria, revela uma produção do espaço urbano associada à produção do valor, que se articula por meio do trabalho social, portanto, das relações sociais entre os diferentes agentes que atuam no movimento da vida social e que assumem intencionalidades neste devir. Articula-se o pensamento da (re)produção do espaço urbano ao conceito analítico de rugosidades espaciais, o que possibilita se pensar acerca das conjunturas pregressas e dos agentes sociais que formam o espaço por uma razão estrutural e conjuntural. A Vila Cauhy, neste sentido, porta-se como objeto empírico capaz de auxiliar na compreensão deste processo excludente.

Palavras-chave: Vila Cauhy; segregação residencial; rugosidades espaciais; moradia.

ABSTRACT

This thesis realizes an analysis of the residential segregation process in Vila Cauhy, located in Nucleo Bandeirante-DF. It starts from the externality that the urban represents, and the process of segregation is thought as a condition and conditioning of (re)production of the capital. It is considered that the housing – assumed as a commodity – reveals a production of urban space associated with the production of value, which is articulated through social work, in this way, by social relations among the different agents operating in the movement of social life. It articulates the thought of (re)production of urban space with the analytical concept of spatial roughness, which makes possible to think about the previous situations and social agents that forms the space by a structural and conjunction reason. Vila Cauhy, in this sense, behaves as an empirical object which is able to assist in the understanding of this exclusionary process.

Keywords: Vila Cauhy; residential segregation; spatial roughness; housing.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 METODOLOGIA.....	22
2.1 AMOSTRAGEM.....	23
2.1.1 Definição de percentual	23
2.1.2 Seleção dos domicílios	24
2.1.3 Aferição dos domicílios.....	28
2.1.4 Conferência da aferição dos domicílios.....	34
2.1.5 Questionários aplicados.....	35
3 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: A ANÁLISE DA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO ATRAVÉS DAS RUGOSIDADES ESPACIAIS.....	37
3.1 A cidade e o urbano: das particularidades estruturalistas às contradições dialéticas	43
3.2 A razão estrutural de acumulação capitalista: a Teoria do Valor	49
3.3 A razão conjuntural: a ação dos agentes urbanos e a segregação residencial	51
4 CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA: A SELETIVIZAÇÃO ESPACIAL E A VILA CAUHY	58
4.1 A construção de Brasília: um passo lógico no processo de acumulação capitalista do Brasil.....	59
4.2 Brasília construída: a seletivização espacial e a segregação residencial	67
4.3 Contextualização socioeconômica da Vila Cauhy	79
4.3.1 Histórico da ocupação	79
4.3.2 Características da ocupação atual	85
4.3.3 Acessibilidade viária e mobilidade intraurbana.....	86
4.3.4 Perfil socioeconômico	87
4.3.5 Infraestrutura e serviços.....	88
5 VILA CAUHY: SEGREGAÇÃO ESPONTÂNEA E (IN)VOLUNTÁRIA	90
5.1 Segregação espontânea: a mercantilização da moradia	92
5.2 Segregação (in)voluntária: as escolhas de localização residencial e a mobilidade intraurbana	101
5.3 Vila Cauhy: o (não)acesso enquanto uma rugosidade espacial	102

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
------------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	112
--------------------------	------------

APÊNDICES	118
------------------------	------------

APÊNDICE A	118
------------------	-----

APÊNDICE B.....	121
-----------------	-----

APÊNDICE C.....	150
-----------------	-----

APÊNDICE D	155
------------------	-----

APÊNDICE E.....	163
-----------------	-----

APÊNDICE F	166
------------------	-----

APÊNDICE G	167
------------------	-----

APÊNDICE H	168
------------------	-----

APÊNDICE I.....	169
-----------------	-----

APÊNDICE J.....	170
-----------------	-----

APÊNDICE K	171
------------------	-----

APÊNDICE L.....	172
-----------------	-----

ANEXOS	173
---------------------	------------

ANEXO A	173
---------------	-----

ANEXO B	174
---------------	-----

ANEXO C	175
---------------	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tempo de Residência na Vila Cauhy (TOPOCART, 2009a).	25
Figura 2: Renda Mensal Familiar da Vila Cauhy (TOPOCART, 2009a).	26
Figura 3: Georreferenciamento da Vila Cauhy – Etapa 1 (Elaboração da autora, 2014).	29
Figura 4: Georreferenciamento da Vila Cauhy – Etapa 2 (Elaboração da autora, 2014).	30
Figura 5: Georreferenciamento da Vila Cauhy – Etapa 3 (Elaboração da autora 2014).	31
Figura 6: Definição dos domicílios para a categoria Tempo de Residência na Vila Cauhy (TOPOCART, 2009b).	32
Figura 7: Definição dos domicílios para a categoria Renda Mensal Familiar na Vila Cauhy (TOPOCART, 2009b).	33
Figura 8: Visão frontal dos Domicílios na Vila Cauhy (Elaboração da autora, 2014).	34
Figura 9: Mapa de acesso via aparelho celular móvel na Vila Cauhy (Elaboração da autora, 2014).	35
Figura 10: Distrito Federal – Favelas (1982) (CAMPOS, 2003).	74
Figura 11: Planta geral do Núcleo Bandeirante, PR 1/1, de 1965 (MELLO, 2008).	80
Figura 12: Planta geral do Núcleo Bandeirante (MELLO, 2008).	82
Figura 13: Vila Cauhy – Fotografias Aéreas (1965 a 1997) – SEDHAB (Elaboração da autora, 2014).	84
Figura 14: Localização da área da Vila Cauhy – Relatório de Impacto de Vizinhança da Vila Cauhy (TOPOCART, 2009c).	87
Figura 15: Equipamentos comunitários do Núcleo Bandeirante que atendem à população da Vila Cauhy – Plano de uso e ocupação do solo da Vila Cauhy (TOPOCART, 2009a).	88
Figura 16: Qualidade de acesso à infraestrutura e serviços – Vila Cauhy (2014) (Elaboração da autora, 2014).	96
Figura 17: Adensamento – Vila Cauhy (2002/2008/2014). Google Earth e Ortofoto CODEPLAN (Elaboração da autora, 2014).	100

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1: Cálculo de amostragem Tempo de Residência na Vila Cauhy (Elaboração da autora, 2014).....	27
Tabela 2: Cálculo de amostragem Renda Mensal Familiar na Vila Cauhy (Elaboração da autora, 2014).....	28
Gráfico 1: Acesso à infraestrutura – Vila Cauhy e Núcleo Bandeirante (2014) (Elaboração da autora, 2014).....	97
Gráfico 2: Edificações Vila Cauhy (2007 a 2013) (Elaboração da autora, 2014).....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARINE	Área de Regularização de Interesse Específico
ARIS	Área de Regularização de Interesse Social
BNH	Banco Nacional da Habitação
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
EPDB	Estrada Parque Dom Bosco
EPGU	Estrada Parque Guará
EPIA	Estrada Parque Indústria e Abastecimento
EPNB	Estrada Parque Núcleo Bandeirante
FZDF	Fundação Zoobotânica do Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
GRUPAR	Grupo de Aprovação e Análises de Projetos de Parcelamentos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasília Ambiental
IDHAB	Instituto de Desenvolvimento Habitacional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
KML	<i>Keyhole Markup Language</i>
LUOS	Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do País
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PUI	Parcelamentos Urbanos Isolados
SEDHAB	Secretaria de Estado e Gestão do Território e Habitação
SERCOND	Secretaria de Estado de Regularização de Condomínios
SFH	Setor Financeiro da Habitação
SIG	Sistemas de Informações Geográficas
SUPAR	Subsecretaria de Análise de Parcelamentos Urbanos
TERRACAP	Companhia Imobiliária de Brasília
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
WMS	<i>Web Map Service</i>
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

ZUEQ

Zona Urbana de Expansão e Qualificação

1 INTRODUÇÃO

Brasília, ao longo de seus 55 anos de existência, tem se revelado uma cidade cada vez mais heterogênea e distinta. Diversos estudos situam o debate acerca da metrópole e têm argumentado que a cidade admite, na verdade, cada vez mais características das demais grandes cidades brasileiras. A heterogeneidade da cidade se revela em suas especificidades, em sua dinâmica social, revelando, além de uma razão estrutural, também uma razão conjuntural na formação do espaço urbano. A cidade fragmenta-se rumo à periferia e cria cenários de mobilidade cada vez mais restritivos, onde a questão habitacional agrava-se. Os ganhos de localização operados principalmente a partir da centralidade que o Plano Piloto representa são reproduzidos por meio das ações do Estado e do mercado imobiliário, que, ao subjugarem a função social e jurídica da moradia à sua função econômica, perpetuam a lógica da segregação.

Na atualidade, Brasília conta com 31 Regiões Administrativas, e ainda com 513 parcelamentos irregulares.¹ Em 2007,² desses parcelamentos irregulares, 44 eram considerados como ARINES³ e 27 ARISs.⁴ No ano de 2013,⁵ quantificou-se um aumento de uma nova ARINE e de 12 novas ARISs, revelando um cenário crescente do parcelamento irregular das terras do Distrito Federal e a sua fragmentação. Neste cenário de ocupações irregulares, encontra-se a Vila Cauhy, que, enquanto descaracterização do parcelamento oficial do Núcleo Bandeirante, está situada na localidade há mais de 40 anos (FREITAS, 2011), possui área equivalente à ¼ desta Região Administrativa (VILLEROY, 2011, p. 9) e destaca-se apresentando fortes disparidades com o Núcleo Bandeirante, o qual por sua vez se enquadra atualmente como uma Região Administrativa, com um conjunto de características estruturais que englobam residentes de classe média (PDAD, 2013), denunciando deste modo a complexidade presente no tecido urbano de Brasília.

A importância de um estudo acerca da segregação socioespacial em uma cidade como Brasília justifica-se pela complexidade de estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais que a Capital Federal aglutina em sua dinâmica de metrópole “jovem”, e pela diversidade resultante desse amálgama de aglomerações urbanas que configuram um mosaico de realidades específicas e muitas vezes desconhecidas umas das outras. Assim, justifica-se

¹ Diagnóstico Preliminar dos “Parcelamentos Urbanos Informais no Distrito Federal”, elaborado pela Subsecretaria de Análise de Parcelamentos Urbanos (SUPAR) em 2006.

² Projeto de Lei do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) de 2007.

³ Áreas de Regularização de Interesse Específico.

⁴ Áreas de Regularização de Interesse Social.

⁵ Levantamento “Áreas Passíveis de Regularização” da TERRACAP de 2013.

um estudo que tente abordar essa diversidade para compreender seus mecanismos a partir da definição de um objeto e de uma perspectiva de análise capazes de revelar as idiossincrasias deste processo excludente. A Vila Cauhy, neste sentido, seria reveladora de um processo de formação desigual do espaço em Brasília.

O olhar de historiadora, com inserção nas bases teóricas da Geografia, se postula como um fator relevante na execução da pesquisa. A discussão a respeito de uma disciplina, mesmo quando realizada de modo exaustivo, não substitui o essencial a uma pesquisa, a discussão sobre o seu objeto de estudo, de modo que a disciplina é subordinada ao objeto, mas a retórica não é válida (SANTOS, 2006, p. 10). Portanto, a interdisciplinaridade constitui-se como fator primordial na construção de uma análise crítica sobre o objeto de estudo, uma vez que esta permite sua leitura através de diferentes abordagens.

Pensa-se como tema da análise da presente dissertação o processo de segregação residencial, e como objeto de estudo as relações excludentes no espaço geográfico delimitado da Vila Cauhy. Intenta-se compreender o processo de segregação como uma rugosidade espacial.

O conceito de rugosidade espacial é elucidado por Milton Santos da seguinte maneira:

Chamemos rugosidades ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos da divisão do trabalho já passada (todas as escalas da divisão social do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. (SANTOS, 2006, p. 92).

Assim, pensa-se que a própria materialidade presente no espaço é reveladora de conjunturas progressas de formação desigual do mesmo, uma vez que a própria materialidade apresenta permanências. A paisagem não é pensada enquanto algo estático, mas como uma forma-conteúdo composta pela sucessão de tempos históricos distintos, que revelam assim a complexidade da vida social.

Pensa-se então o acesso, aspecto da materialidade capaz de auxiliar na compreensão do processo de segregação. Considera-se a permanência deste acesso de maneira precária na Vila Cauhy enquanto uma materialidade reveladora de conjunturas desiguais de formação do espaço.

O acesso precário apresentado enquanto permanência na Vila Cauhy é pensado então

em relação ao próprio Distrito Federal na análise do processo de segregação. Porém, uma vez que o acesso precário é lido como uma rugosidade e que intenta-se refletir acerca da formação desigual do espaço, estabelece-se um paralelo comparativo com o Núcleo Bandeirante, no sentido deste atuar como artifício metodológico para compreensão do processo de segregação. Assim, compara-se o acesso entre a Vila Cauhy e o Núcleo Bandeirante, áreas contínuas, com o intuito de analisar o processo de segregação através da própria formação do espaço.

Deste modo, o conceito de rugosidade espacial surge como possibilidade de análise da (re)produção do espaço urbano através de sua materialidade, uma vez que estas podem ser lidas como testemunhas de temporalidades pregressas, que revelam uma formação desigual do espaço, e que permitem a reflexão acerca do processo de segregação.

Pensa-se nesta pesquisa o processo de estruturação do espaço urbano através das postulações de Campos (1988, p. 2), que o divide em uma razão estrutural e uma conjuntural. A razão estrutural, segundo o autor, relaciona-se à Teoria do Valor marxista, na qual o processo de produção na conjuntura capitalista é antes de tudo uma produção de valor. Já a razão conjuntural, relaciona-se às ações dos agentes sociais que atuam intencionalmente na formação do espaço urbano. Destaca-se na razão estrutural a produção, e na conjuntural a reprodução do espaço urbano, sendo estas indissociáveis.

Assim, a dissertação propõe analisar a formação do espaço geográfico da Vila Cauhy buscando identificar os agentes e a construção do processo excludente, no que tange à razão estrutural de mercantilização da moradia, e à razão conjuntural da seletivização espacial, que opera a segregação no espaço urbano.

A pesquisa propõe uma análise da dimensão do espaço intraurbano, e baseada em Campos (1988) pensa a localização enquanto um ganho, fruto do trabalho social, ou seja, a valorização é forjada mediante as relações sociais. Busca-se analisar enquanto recorte de análise na dimensão do espaço intraurbano, como as escolhas de localização residencial engendram a diferenciação do acesso no espaço.

Sendo assim, problematiza-se a temática no sentido de compreender de que forma as escolhas de localização residencial e o conseqüente distanciamento socioespacial configuram e constroem o quadro atual de (não)acesso da localidade, sendo este último uma das características do processo de segregação socioespacial, interpretado enquanto rugosidade espacial.

A pesquisa pressupõe então que através de decisões locacionais intencionais há um conseqüente distanciamento socioespacial que configura uma dinâmica de não acesso, sendo

este uma rugosidade no que diz respeito à Vila Cauhy, uma vez que se apresenta como uma permanência até a atualidade, sendo visível em sua concretude a ausência de infraestrutura, assim como bens e serviços na localidade.

É importante ressaltar que se entende que o processo de regularização fundiária, embora associado a uma busca da efetivação da função social da moradia pelas diretrizes estabelecidas no Estatuto da Cidade, possui caráter funcionalista, pelo menos no que se refere à análise do processo de segregação. Este processo de regularização subjugava a própria dinâmica da vida social ao racionalismo do planejamento urbano, que concebe os ocupantes de áreas irregulares de baixa renda – os quais não obtêm acesso aos preços praticados pelo mercado imobiliário formal – como invasores, não fornecendo infraestrutura nem serviços adequados para esta parcela da população; além do mais, este processo ainda ignora o caráter contraditório da segregação, uma vez que o reconhecimento da função jurídica da propriedade privada não garante o efetivo reconhecimento de sua função social. As remoções previstas nos processos de regularização fundiária e a posterior urbanização que impulsiona a implementação de infraestrutura e disponibilização de serviços, bem como a pressão imobiliária, retroalimentam o processo de segregação, posto que os despejos forçados apenas transferem o problema habitacional para outro local. Reflete-se assim que as políticas habitacionais necessitariam da articulação com uma reforma urbana, que distribua a população igualmente na cidade e que efetive o direito à moradia garantido pelo Artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 2000).

A pesquisa possui como objetivo geral analisar o processo de segregação residencial na Vila Cauhy, valendo-se do conceito analítico de rugosidades espaciais, o qual diz respeito à compreensão das formas duráveis que sobrevivem à sucessão do tempo, assumindo novas funções e revelando conjunturas passadas de (re)produção desigual do espaço urbano.

Como objetivos específicos a pesquisa intenta:

- Caracterizar a construção de Brasília enquanto um passo lógico do processo de desenvolvimento e acumulação capitalista no Brasil.
- Caracterizar a seletivização espacial nos idos da construção de Brasília, principalmente no que diz respeito à diferenciação entre o Plano Piloto e as demais cidades-satélites, atualmente Regiões Administrativas.
- Caracterizar e situar historicamente a ocupação da Vila Cauhy anterior e conjuntamente aos projetos do Governo do Distrito Federal (GDF).

- Levantar a partir dos questionários aplicados as motivações de ocupação e qualidade de acesso à infraestrutura e serviços dos moradores da Vila Cauhy.

A dissertação é composta primeiramente de um capítulo teórico, em que explana-se uma análise contextual dos estudos acerca da cidade e do urbano, que vão do Marxismo Clássico à evolução teórica da dimensão espacial, em que se destacam a Nova Sociologia Urbana e a Geografia Crítica. Estas correntes de pensamento propõem uma leitura do urbano enquanto externalidade, e passam a considerar as contradições presentes nos processos sociais, compreendendo assim as reconfigurações espaciais enquanto formas-conteúdo engendradas por processos históricos. Para se compreender a razão estrutural mencionada por Campos (1988, p. 2), realiza-se uma explanação, ainda que breve, da Teoria do Valor elaborada por Karl Marx; e para se entender a razão conjuntural, constrói-se uma reflexão acerca do espaço intraurbano e das ações dos distintos agentes sociais que atuam na reconfiguração do espaço urbano por meio das escolhas de localização residencial, engendrando o processo de segregação.

No segundo capítulo, portanto o capítulo contextual-histórico, realiza-se uma breve revisão acerca da formação social do Brasil e do processo de acumulação do capital no país, buscando compreender como o conflito da urbanização atua no movimento de implosão e explosão da cidade (LEFEBVRE, 2008, p. 83), concebendo esta como uma mercadoria e configurando estruturalmente o espaço através de sua mercantilização. Neste sentido, analisa-se a construção de Brasília como um passo lógico do processo de acumulação capitalista do Brasil, como propõe Farret (2010, p. 26). Busca-se compreender a razão conjuntural no que diz respeito à seletivização espacial (CAMPOS, 1988, p. 35), ou seja, pensando juntamente à razão estrutural de mercantilização do espaço como as ações intencionais dos agentes sociais atuam na reprodução do espaço urbano. Destaca-se assim a seletivização espacial entre o Plano Piloto e as demais Regiões Administrativas – destacando-se, em um primeiro momento, neste processo, o Estado como agente e, posteriormente, o mercado imobiliário. Elaborar-se ainda uma explanação acerca do histórico de ocupação e a atualidade da Vila Cauhy, trazendo informações gerais sobre a sua área e características socioeconômicas, intentando caracterizar a localidade.

Por fim, em um terceiro capítulo, portanto analítico, realiza-se a interpretação da espacialização do processo de segregação na Vila Cauhy. Uma vez que os resultados da pesquisa em campo, acerca das escolhas de localização dos moradores da localidade, revelaram que a maioria destes apresenta como motivação para residência na Vila Cauhy a

aquisição de moradia e a distância do trabalho, pensou-se que o processo de segregação perpassado possui dois aspectos.

O fato de uma população de maioria baixa renda adquirir moradia de maneira irregular na localidade, revela um aspecto da segregação que diz respeito à sua contradição estrutural, ou seja, revela um aspecto da segregação que se dá de maneira espontânea, dada a autonomização da reprodução da vida pela produção do valor, onde a apropriação do espaço urbano obedece à “lógica calcada no poder de consumo das classes sociais” (CAMPOS, 1988, p. 5).

Posto que a moradia é reproduzida enquanto um valor, onde o uso se submete à realização do valor pelo ato da troca, portanto enquanto propriedade privada, esta engendra um processo de segregação que se postula a partir dos diferentes níveis de capacidade de compra das distintas camadas sociais. Assim, por um lado, as camadas de baixa renda que não possuem acesso ao mercado imobiliário formal, dada sua capacidade de compra, apresentam como escolha residencial uma localidade irregular, cujo acesso é precário, visando uma maior proximidade aos seus postos de trabalho.

Por outro lado, os resultados da pesquisa em campo revelaram que o processo de segregação se dá também de maneira (in)voluntária. É importante frisar que o caráter involuntário do processo de segregação é pensado no sentido de representar uma mobilidade intraurbana restrita, dado o distanciamento existente entre moradias e postos de trabalho.

Pensa-se que o processo de segregação ocorre voluntariamente por alguns fatores relacionados aos interesses dos agentes sociais. O histórico de ocupação urbana da localidade mediante promessas políticas de regularização, é pensado como um aspecto possivelmente revelador deste caráter voluntário do processo de segregação. A possibilidade futura de regularização da área seria então considerada nas escolhas de localização dos moradores. Estes, mesmo sendo maioria de baixa renda, também apresentaram porcentagens relevantes de média e média-alta renda. O alto grau de axialidade local da Vila Cauhy no tecido urbano do Distrito Federal também é pensado como revelador deste aspecto do processo.

Assim, pensa-se que o processo de segregação também se dá de maneira voluntária, uma vez que a ocupação irregular surge e se mantém pela possibilidade de regularização da área, que apresenta alto grau de axialidade e uma maior aproximação aos postos de trabalho, e que apresenta também moradores de classes sociais mais altas. Estes aspectos representam então um processo de segregação que ocorre também voluntariamente.

Após a análise do processo de segregação, lança-se ainda reflexões acerca do emprego do conceito analítico de rugosidade espacial, no qual a permanência do acesso precário na Vila Cauhy é pensada comparativamente com o Núcleo Bandeirante, de modo a refletir acerca da formação do espaço urbano.

2 METODOLOGIA

Posto que se objetiva compreender como o processo de segregação espacializa-se na Vila Cauhy, primeiramente, por meio de uma revisão bibliográfica, a pesquisa busca a postulação de um capítulo teórico baseado principalmente nos autores da corrente de pensamento da Geografia Crítica. Este capítulo pretende de modo geral analisar a (re)produção do espaço urbano através das rugosidades espaciais enquanto conceito analítico. Para isso, baseia-se nas postulações de Karl Marx, Henri Lefebvre, Milton Santos, Neio Campos, Ana Fani Carlos, dentre outros.

Em um segundo momento, a pesquisa busca, mediante um capítulo contextual-histórico, analisar: estruturalmente, a formação social de Brasília enquanto passo lógico de acumulação capitalista brasileiro; e conjunturalmente, a seletivização espacial realizada em Brasília, bem como a caracterização socioeconômica da Vila Cauhy. A caracterização da ocupação da Vila Cauhy no que diz respeito à sua intensificação foi realizada com as fotografias aéreas disponibilizadas pela SEDHAB, desde o ano de 1965 até 1997. Aqui, baseou-se nas postulações de Ricardo Farret, Aldo Paviani, Luiz Gouvêa, Brasilmar Nunes, dentre outros autores, como também no estudo técnico da empresa particular Topocart, solicitado pelo GDF para o processo de regularização fundiária da Vila Cauhy.

Em um terceiro momento, objetiva-se a realização da análise do processo de segregação perpassado pela Vila Cauhy, assim como a utilização do conceito analítico de rugosidades espaciais na compreensão da dinâmica social da localidade.

A verificação do atual acesso da Vila Cauhy foi realizada com questionários objetivos aplicados à comunidade local. Os questionários se dividem em dois eixos principais de análise e visam tanto à compreensão do processo de mobilidade na localidade quanto à qualidade do acesso à infraestrutura e serviços.

Os mapeamentos foram realizados com a utilização do *software* livre Quantum GIS, com a ortofoto do Distrito Federal disponibilizada de forma *on-line* (em formato WMS) pela CODEPLAN e com os arquivos poligonais de cada PDOT, bem como com a delimitação poligonal da ARIS da Vila Cauhy, estudada pelo GRUPAR, vinculado à SERCOND, e que foram disponibilizados pelo IBRAM em visita ao órgão.

A comparação do acesso à infraestrutura e serviços entre a Vila Cauhy e o Núcleo Bandeirante foi realizado com a PDAD, da CODEPLAN, e com o estudo técnico da empresa particular Topocart, solicitado pelo GDF para o processo de regularização fundiária da Vila Cauhy, já citado.

O crescimento do número de edificações na Vila Cauhy foi quantificado utilizando-se os dados de 2010 fornecidos pelo Setor Censitário do IBGE, pelo Processo de Revisão do PDOT em 2007 e com mapeamento da autora na ortofoto do Distrito Federal, disponibilizada conforme citado pela CODEPLAN.

2.1 AMOSTRAGEM

2.1.1 Definição de percentual

Para definir o quantitativo percentual da amostragem prevista para a pesquisa *in loco* na Vila Cauhy, parte-se e se apoia nas reflexões de Campos (2003, p. 187), nas quais o mesmo analisa que Barbetta (2002, p. 60) define que o cálculo do tamanho mínimo da amostra pode ser contabilizado por meio da estimativa de um erro amostral tolerável. Barbetta (2002, p. 60) define que os erros amostrais não devem ultrapassar 4%, face à heterogeneidade de uma população, a fim de se obter nível de confiança aproximado de 95%. Desta forma, é dada a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2}$$

na qual n_0 significa uma primeira aproximação para o tamanho da amostra; e E_0 , o erro amostral tolerável. Adotou-se como erro amostral tolerável (E_0) o valor de 0,4. Desta forma, a aproximação pode ser vista na fórmula a seguir:

$$n_0 = \frac{1}{(0,4)^2} = 6.25$$

Segundo o Setor Censitário (IBGE, 2010), referente ao polígono onde se encontra a Vila Cauhy, estipula-se uma média de 3,59 de habitantes por domicílio, juntamente com 458 domicílios, o que formula um total de 1.644 habitantes. Desta forma, por meio da fórmula:

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0}$$

na qual N significa o tamanho (número de elementos) da população; n_0 simboliza uma primeira aproximação para o tamanho da amostra; n representa o tamanho (número de elementos) da amostra. Sendo assim, em função dos 1.644 habitantes a amostra é:

$$n = \frac{(1644) \cdot (6,25)}{1644 + 6,25} = \frac{10275}{1650,25} = 6,22$$

Conclusivamente, os 6,22% elementos encontrados na fórmula referem-se a 102,2568 habitantes (do total de 1.644 habitantes), o que por sua vez referem-se a aproximadamente 29 domicílios, considerando a média de 3,59 habitantes por domicílio estipulada pelo Setor Censitário (IBGE, 2010).

2.1.2 Seleção dos domicílios

Uma vez definido o percentual necessário para a amostragem da pesquisa, torna-se então necessário realizar a seleção destes 29 domicílios. A técnica de amostragem escolhida para o presente estudo foi a de Amostragem Estratificada Aleatória.

A Amostragem Estratificada Aleatória caracteriza-se enquanto uma técnica que leva em consideração subgrupos de determinado local e/ou população. Estes subgrupos são chamados de estratos e dizem respeito à presença de determinado grau de heterogeneidade na área de estudo em questão, ou seja, os estratos variam muito entre si no que diz respeito à variável em estudo, mas variam pouco dentro de si. Nesta técnica, é importante que se leve em consideração o peso de cada estrato, ou seja, que os estratos sejam representados proporcionalmente na amostra. A técnica consiste nas seguintes etapas: em um primeiro momento, em identificar os estratos com os quais se deseja trabalhar; em um segundo momento, calcular o peso relativo de cada estrato na população; e, por último e terceiro momento, por meio de um procedimento de amostragem aleatória simples, escolher ao acaso os sujeitos e/ou locais, proporcionalmente (BOLFARINE; BUSSAB, 2005).

A seleção dos estratos da amostragem foi pensada em relação ao foco do presente estudo, isto é, os estratos selecionados para compor a amostragem foram ponderados de modo a garantir uma representatividade da população, mas também de modo a relacionar-se com os focos de análise que o estudo propõe.

Deste modo, os estratos foram definidos mediante os mapas presentes no Relatório do Inventário Socioeconômico da ARIS Vila Cauhy, desenvolvidos pela empresa particular

Topocart para o GDF (TOPOCART, 2009a). Uma vez que se pretende compreender o processo de segregação socioespacial através da moradia, as categorias escolhidas foram então de Tempo de Residência na Vila Cauhy e Renda Mensal Familiar na Vila Cauhy. Os mapas podem ser visualizados a seguir:

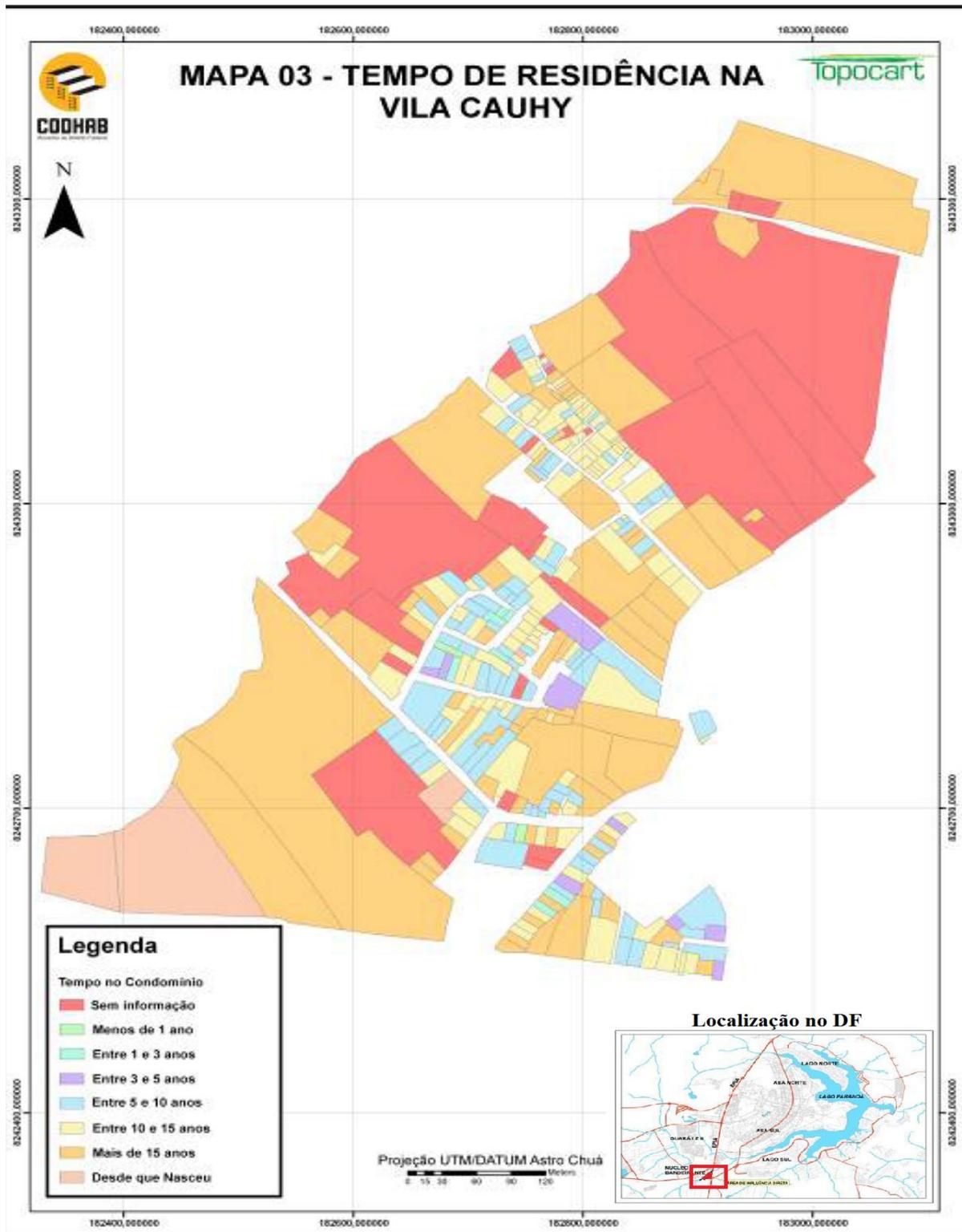


Figura 1: Tempo de Residência na Vila Cauhy (TOPOCART, 2009a) e Localização da área da Vila Cauhy (TOPOCART, 2009c).

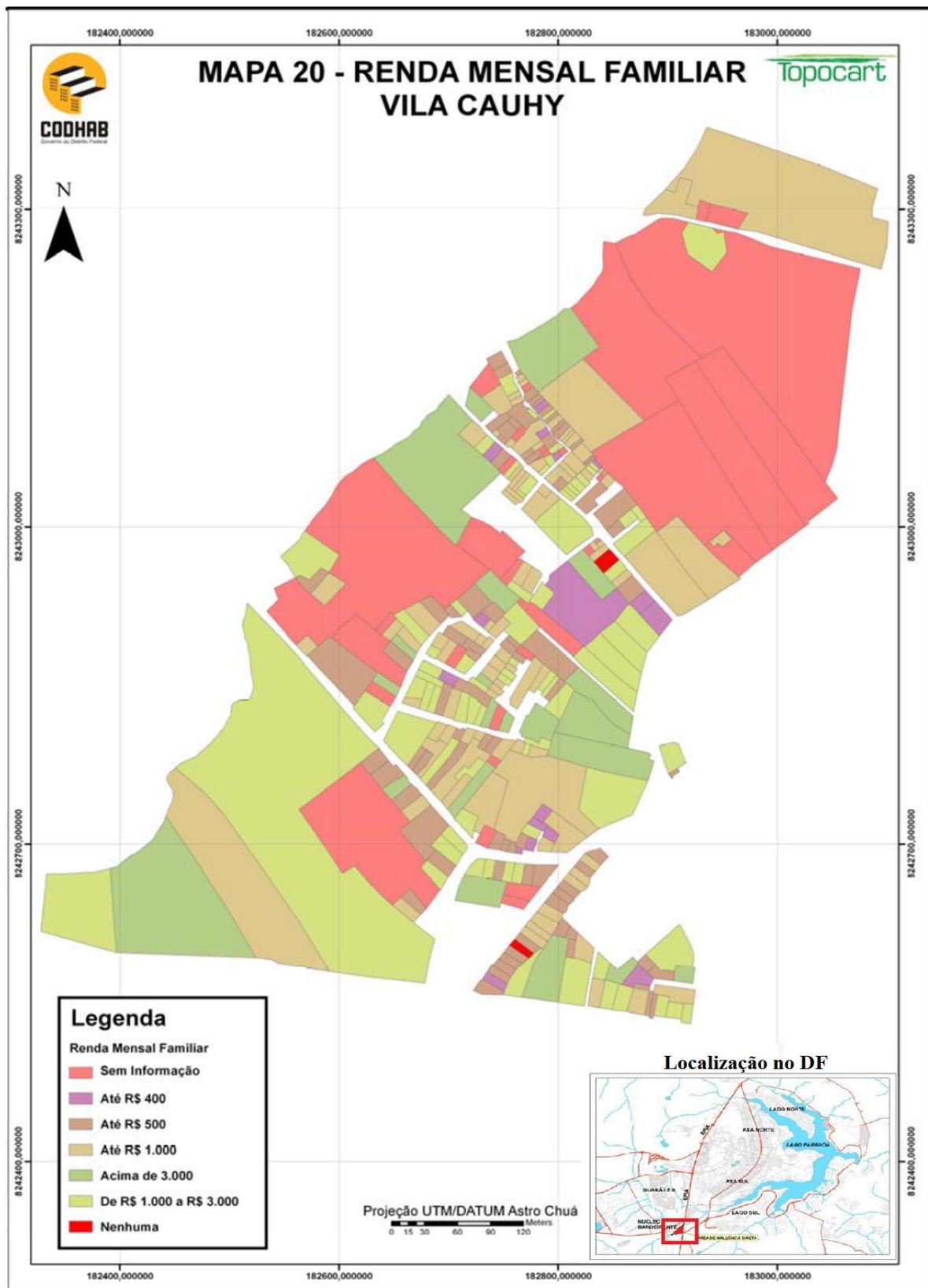


Figura 2: Renda Mensal Familiar da Vila Cauhy (TOPOCART, 2009a) e Localização da área da Vila Cauhy (TOPOCART, 2009c).

A princípio, estabeleceu-se o quantitativo de residências para cada parcela do mapa de Tempo de Residência na Vila Cauhy (TOPOCART, 2009b). Este quantitativo respeitou então as faixas percentuais, de modo a representar todas as parcelas citadas nos mapas.

Desta forma, estabelecendo-se um quadro no qual 29 domicílios representam 100% do quantitativo, apresenta-se então:

**Tabela 1: Cálculo de amostragem
Tempo de Residência na Vila Cauhy (Elaboração da autora, 2014).**

Tempo de Residência Mapa Topocart	Percentual Mapa Topocart	Quantidade de Domicílios estabelecidos para Amostragem	Definição Final: Quantidade de Domicílios estabelecidos para Amostragem
Menos de 1 ano	1%	0,29	1
1 a 3 anos	2%	0,58	1
3 a 5 anos	3%	0,87	1
5 a 10 anos	28%	8,12	8
10 a 15 anos	36%	10,44	11
Mais de 15 anos	21%	6,09	6
Desde que nasceu	1%	0,29	1
Sem informação	8%	2,32	0
Total	100%	29	29

Assim, conforme se pode observar acima, a partir dos percentuais presentes no mapa de Tempo de Residência na Vila Cauhy (TOPOCART, 2009b), calculou-se a quantidade média de domicílios que deveriam ser entrevistados. A partir desta quantidade média, definiu-se então o quantitativo final de domicílios para Amostragem, em que se considerou um domicílio para todas as parcelas com percentuais inferiores à quantidade 1 (categorias Menos de 1 ano, 1 a 3 anos, 3 a 5 anos, Desde que nasceu), 8 domicílios para a parcela de 5 a 10 anos, 11 domicílios para a parcela de 10 a 15 anos (nesta parcela, foi inserido um domicílio a mais, de modo que a mesma representa o maior percentual e era necessário perfazer um total de 29 domicílios) e 6 domicílios para a parcela Mais de 15 anos. A parcela “Sem informação” não foi levada em consideração, uma vez que não apresenta informações.

Em um segundo momento, os cálculos foram realizados para o mapa de Renda Mensal Familiar na Vila Cauhy (TOPOCART, 2009b). Este quantitativo também respeitou as faixas percentuais, de modo a representar todas as parcelas citadas nos mapas.

Desta forma, estipulando-se um quadro no qual 29 domicílios representam 100% do quantitativo, estabelece-se então:

Tabela 2: Cálculo de amostragem Renda Mensal Familiar na Vila Cauhy (Elaboração da autora, 2014).

Renda Mensal Familiar na Vila Cauhy Mapa Topocart	Percentual Mapa Topocart	Quantidade de Domicílios estabelecidos para Amostragem	Quantidade de Domicílios estabelecidos para Amostragem	Definição Final após redistribuição
Até R\$400	5%	1,45	2	2
Até R\$500	27%	7,83	8	9
Até R\$1.000	29%	8,41	8	9
De R\$1.000 a R\$3.000	24%	6,96	6	7
Acima de R\$3.000	6%	1,74	2	2
Sem informação	9%	2,61	3	0
Total	100%	29	29	29

Assim, conforme se pode observar acima, a partir dos percentuais presentes no mapa de Renda Mensal Familiar na Vila Cauhy (TOPOCART, 2009b), calculou-se a quantidade média de domicílios que deveriam ser entrevistados. A partir desta quantidade média, definiu-se então o quantitativo final de domicílios para Amostragem, no qual foram estabelecidos 2 domicílios (cada) para as parcelas de Até R\$400 e Acima de R\$3.000, 8 domicílios cada para as parcelas Até R\$500 e Até R\$1.000 e 6 domicílios para a parcela De R\$1.000 a R\$3.000. A parcela “Sem informação” não foi levada em consideração, uma vez que não apresenta informações. Já que se necessita de um total de 29 domicílios, os 3 domicílios sem informação foram redistribuídos nos níveis que apresentaram maiores porcentagens, ou seja, somou-se um domicílio a mais nos níveis Até R\$500, Até R\$ 1.000 e De R\$ 1.000 a R\$ 3.000.

2.1.3 Aferição dos domicílios

Uma vez que o trabalho tem como pretensão aferir a localização precisa de cada domicílio da Amostragem, e que a empresa particular Topocart encontra-se impedida por cláusula contratual a disponibilizar os arquivos de SIG presentes em seus estudos, tornou-se necessário realizar o Georreferenciamento da imagem dos mapas disponíveis no Inventário Socioeconômico da ARIS de Vila Cauhy (TOPOCART, 2009b). Ou seja, por meio da imagem *Raster* dos mapas, realizou-se o processo de Georreferenciamento de modo a garantir a localização precisa dos domicílios em relação aos próprios mapas e à ortofoto de 2013 do Distrito Federal já georreferenciada e disponibilizada pela CODEPLAN (CODEPLAN, 2013).

A ferramenta utilizada para realizar o Georreferenciamento da imagem *Raster* foi o Georreferenciador do QuantumGIS. Foram definidos um total de 6 pontos de controle para que houvesse uma maior precisão do processo, conforme se pode observar a seguir:

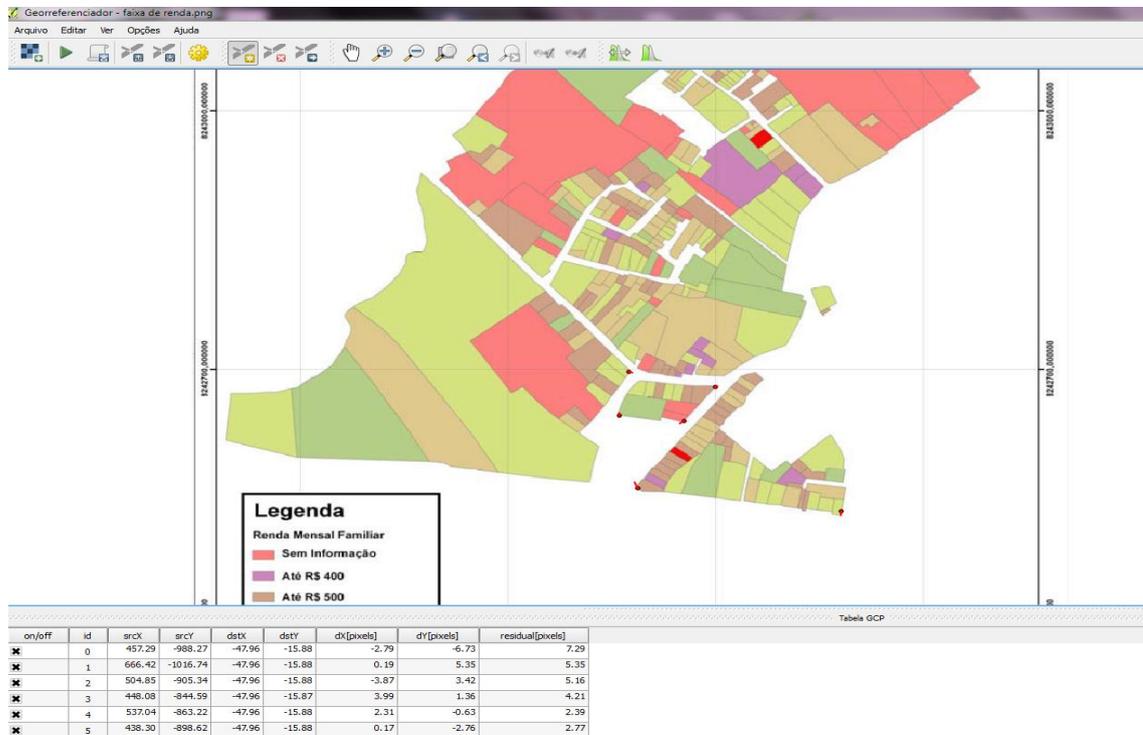
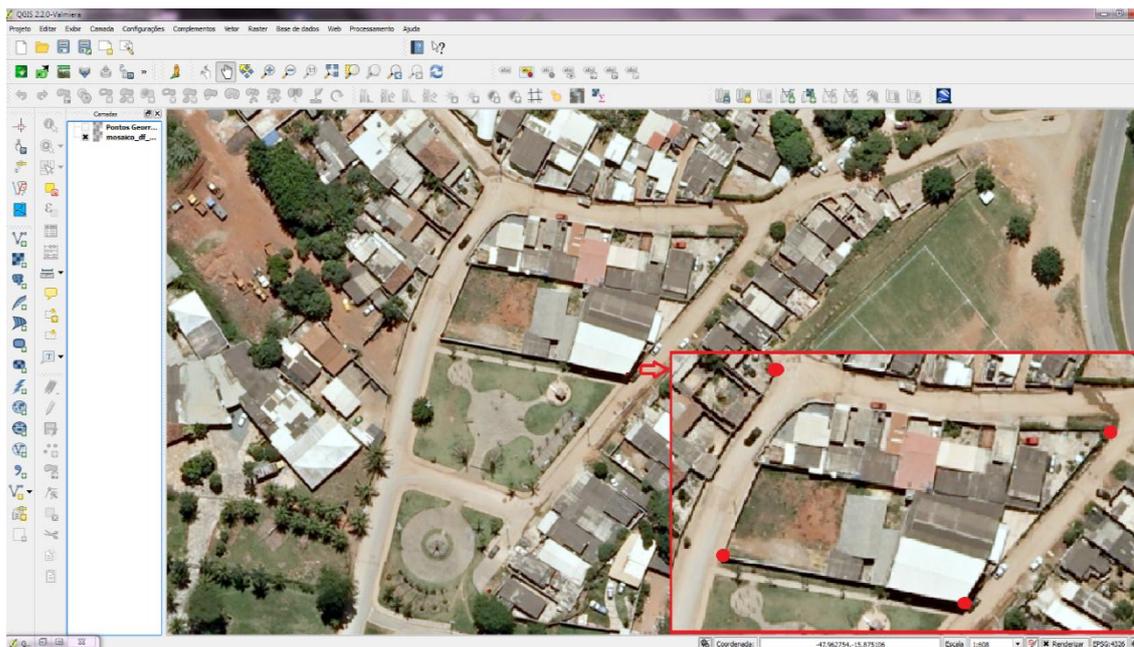


Figura 3: Georreferenciamento da Vila Cauhy – Etapa 1 (Elaboração da autora, 2014).

Estes 6 pontos de controle foram ligados à localização aproximada dos mesmos na ortofoto de 2013 do Distrito Federal (CODEPLAN, 2013), conforme pode-se visualizar a seguir:



**Figura 4: Georreferenciamento da Vila Cauhy – Etapa 2
(Elaboração da autora, 2014).**

E por fim gerou-se o resultado do processo de Georreferenciamento, no qual foi possível sobrepor os mapas da Topocart à ortofoto de 2013 do Distrito Federal (CODEPLAN, 2013). Desta forma, ao se realizar a aferição dos domicílios da Amostragem, pode-se apoiar-se nas informações presentes nos mapas de Renda Mensal Familiar da Vila Cauhy e Tempo de Residência na Vila Cauhy (TOPOCART, 2009b) de forma segura e precisa.

O resultado do processo de Georreferenciamento pode ser visualizado a seguir:

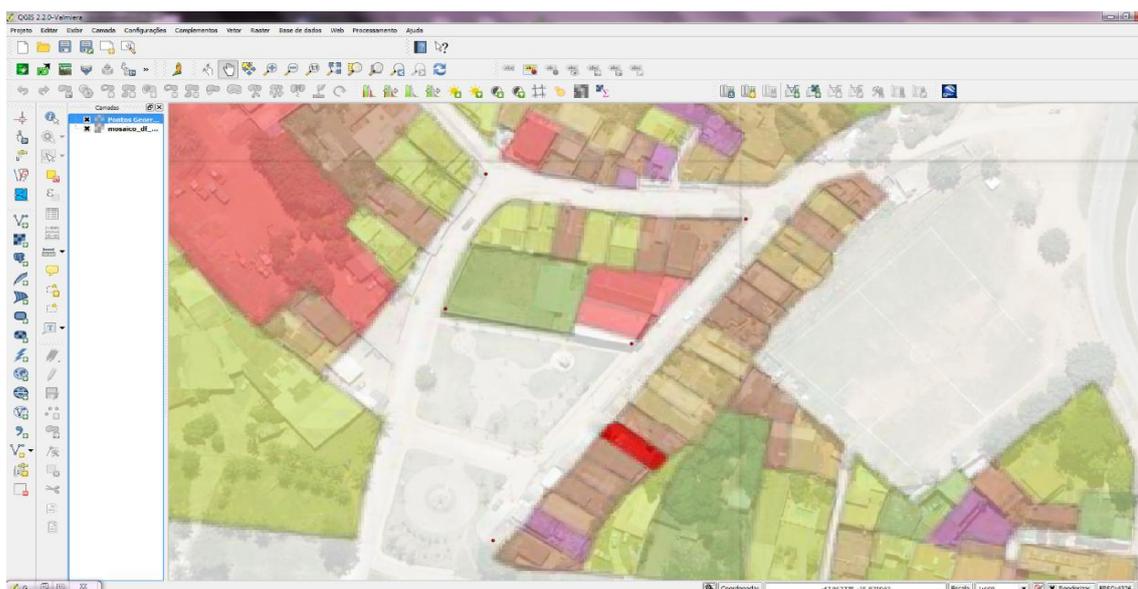


Figura 5: Georreferenciamento da Vila Cauhy – Etapa 3 (Elaboração da autora 2014).

A definição dos 29 domicílios da Amostragem se deram por meio do cruzamento entre os mapas da Topocart. Ou seja, a partir do quantitativo de domicílios estabelecidos para cada nível na Tabela 1 e Tabela 2, realizou-se a seleção pela intersecção dos domicílios em comum entre as categorias (Tempo de Residência na Vila Cauhy e Renda Mensal Familiar na Vila Cauhy). Buscou-se deste modo garantir a representatividade dos diferentes níveis de Renda e Tempo de Residência de acordo com seus respectivos percentuais. Por se tratar de uma Amostragem Estratificada Aleatória, a seleção que já possuía seus estratos definidos pelas categorias supracitadas foi feita de forma aleatória.

O mapa que contém a seleção e definição dos domicílios para a categoria Tempo de Residência na Vila Cauhy pode ser visualizado a seguir:

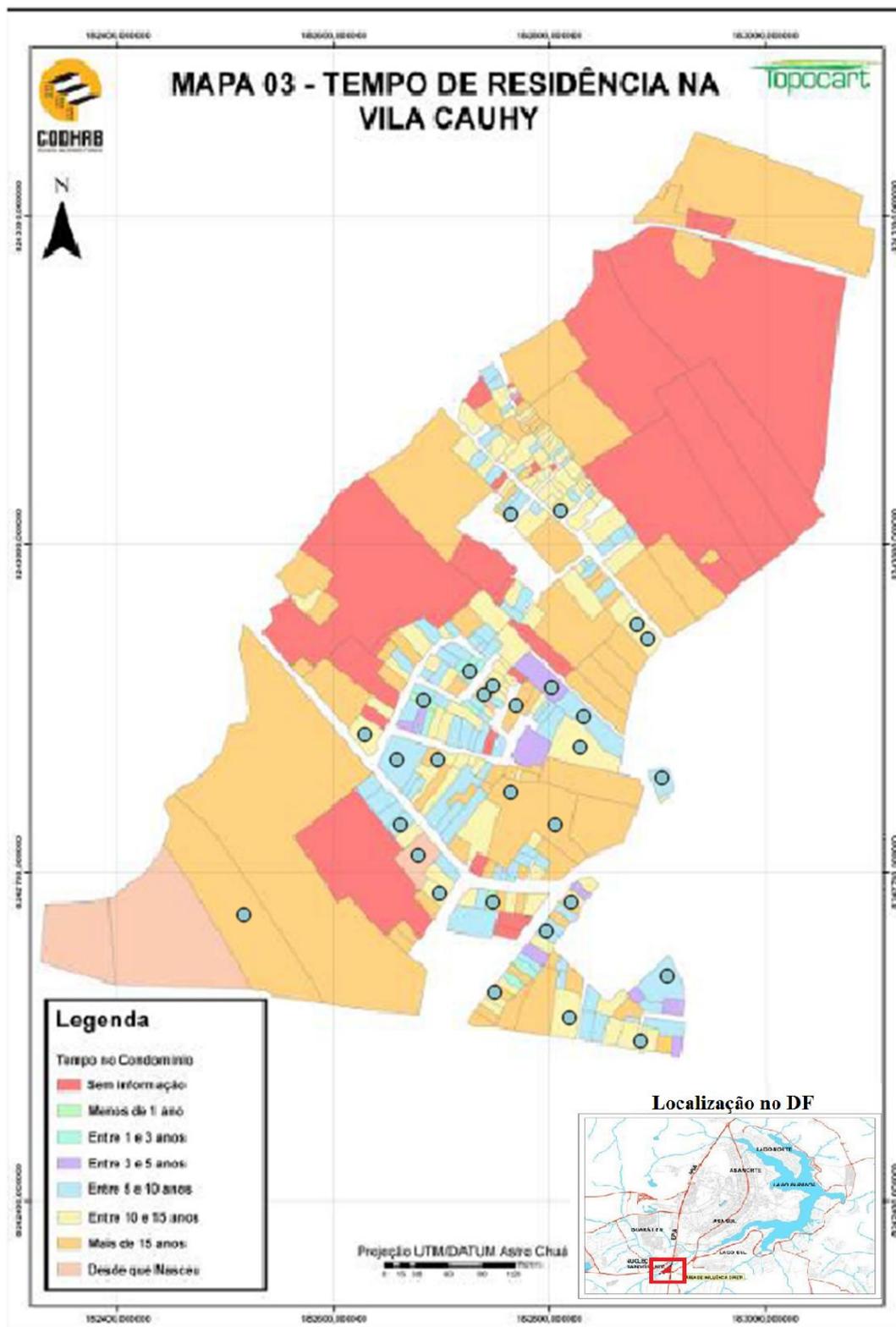


Figura 6: Definição dos domicílios para a categoria Tempo de Residência na Vila Cauhy (TOPOCART, 2009b).

Em seguida, o mapa contendo a seleção e definição dos mesmos domicílios, porém para a categoria Renda Mensal Familiar na Vila Cauhy, pode ser visualizado a seguir:

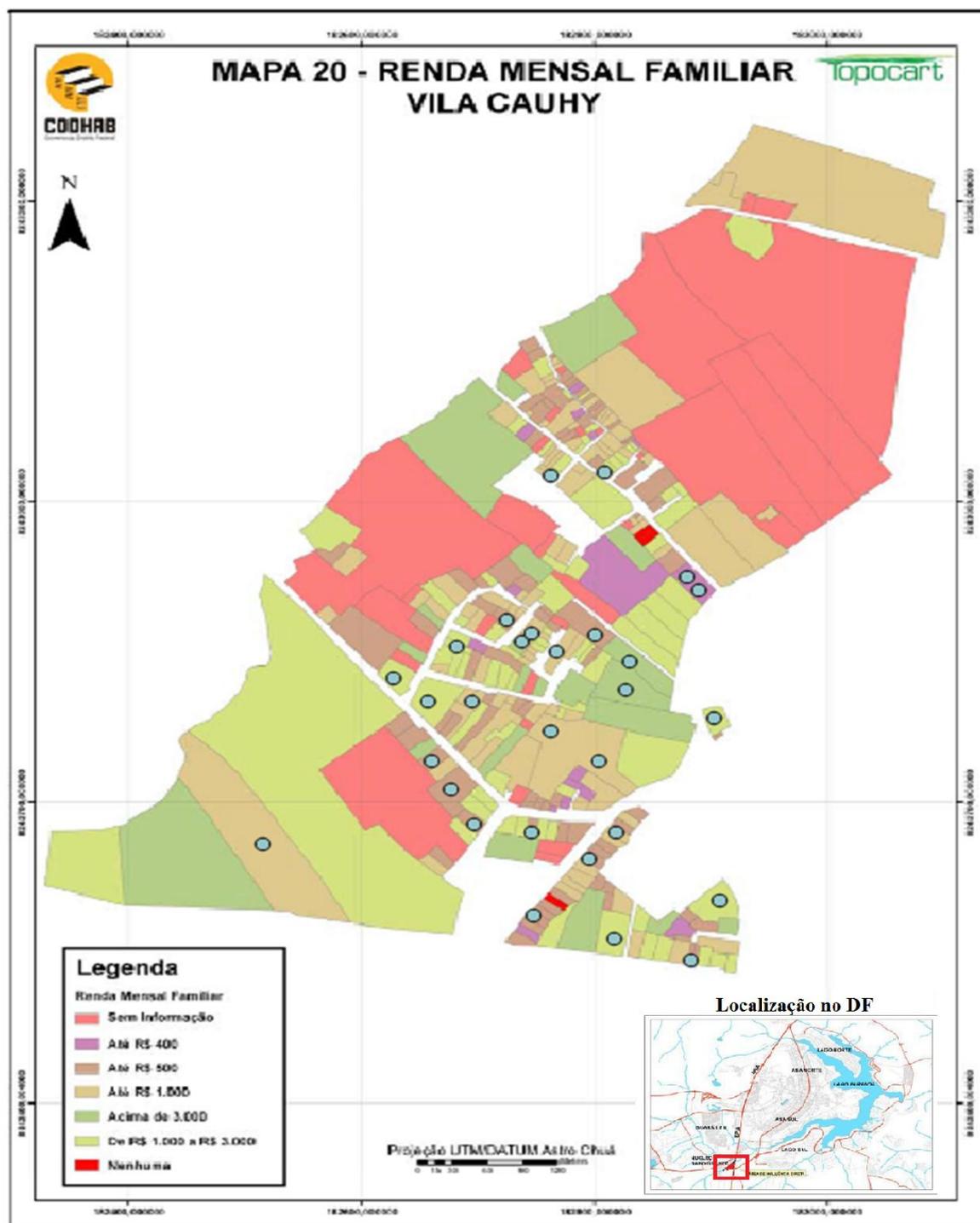


Figura 7: Definição dos domicílios para a categoria Renda Mensal Familiar na Vila Cauhy (TOPOCART, 2009b).

2.1.4 Conferência da aferição dos domicílios

Após a definição dos 29 domicílios da Amostragem, somados ao processo de Georreferenciamento, tornou-se possível identificar os domicílios na ortofoto do Distrito Federal, que possui 20 cm de resolução (CODEPLAN, 2013). O estudo buscou avançar ainda, associando esta definição dos domicílios à visualização da localização dos mesmos pelo *Google Street View*. Para isto, foi necessário exportar a camada de pontos criados para os domicílios no Quantum GIS no formato KML para o programa *Google Earth*, no qual é possível adicionar o *plug-in* do *Google Street View*. Deste modo, a localização dos domicílios no *Google Earth* pôde ser associada à visualização de imagens panorâmicas dos mesmos, ao nível da rua. Na imagem a seguir, pode-se visualizar um exemplo O marcador amarelo refere-se ao domicílio a ser analisado e no quadro vermelho está a imagem panorâmica frontal da residência:



Figura 8: Visão frontal dos Domicílios na Vila Cauhy (Elaboração da autora, 2014).

Ainda para critério de aferição exata dos domicílios, a autora considerou necessário criar um Guia de Campo (Apêndice B) com todas as informações disponíveis de cada um, de modo a realizar a conferência da localização com o entrevistado.

Também para fins de conferência, foi criado um mapa⁶ *on-line* no *Google Maps*, que foi gerado por sua vez através das coordenadas geográficas de cada domicílio. O mapa possibilita o acesso via aparelho celular móvel, o que garante mais precisão no momento da realização do trabalho em campo. Este pode ser visualizado a seguir:

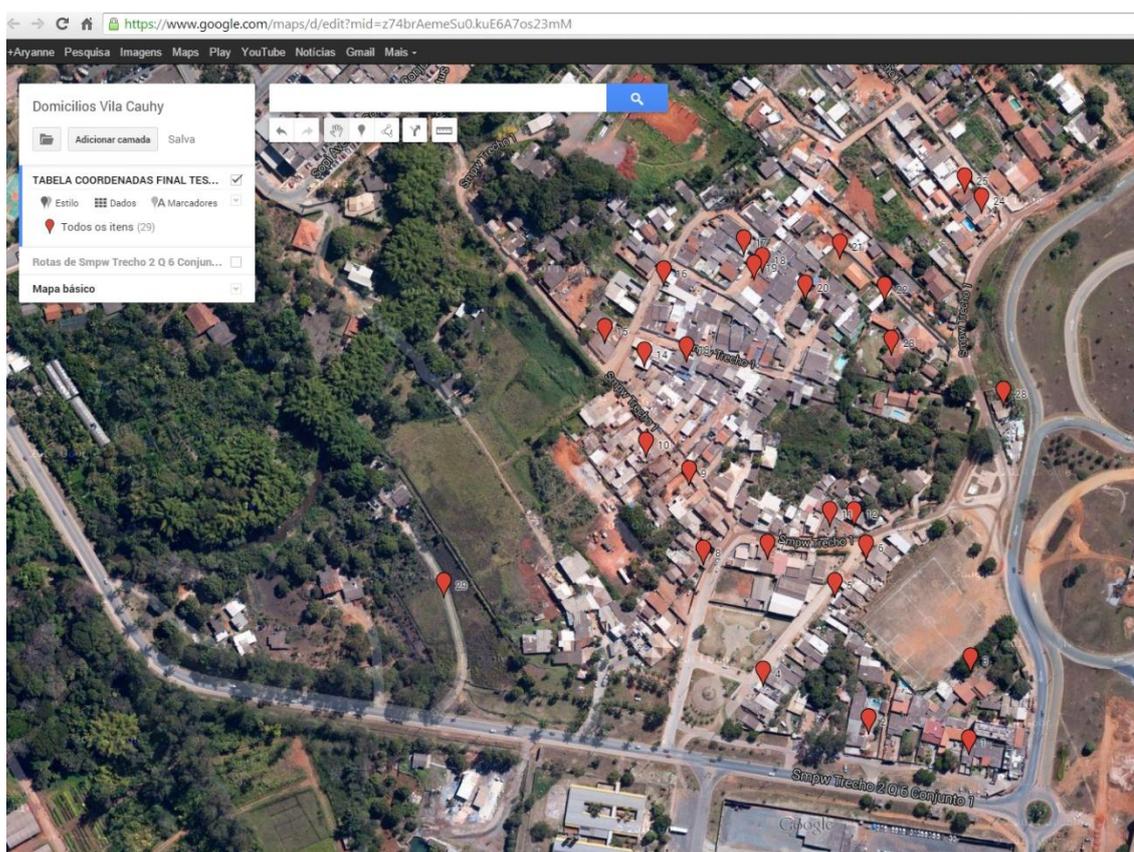


Figura 9: Mapa de acesso via aparelho celular móvel na Vila Cauhy (Elaboração da autora, 2014).

2.1.5 Questionários aplicados

O questionário denominado Pesquisa de mobilidade intraurbana na Vila Cauhy possui perguntas objetivas referentes à localização anterior do morador e as suas características, as motivações da mudança e por fim as considerações sobre a localização atual e as suas características. Possui ainda uma pergunta subjetiva a respeito das motivações da mudança para Vila Cauhy, motivações estas que atuam metodologicamente no sentido da possibilidade de apresentar aspectos relevantes para análise do processo de segregação perpassado pela localidade. A elaboração deste questionário se deu baseada no questionário

⁶ O mapa encontra-se no seguinte endereço eletrônico: <<http://goo.gl/aK3zVa>>.

utilizado por Campos (2003) no estudo da mobilidade urbana, a fim de se compreender as mudanças no padrão de distribuição social em Brasília, e no questionário utilizado na PDAD no estudo das motivações da migração dos atuais residentes do Núcleo Bandeirante para o Distrito Federal (Apêndice K).

O questionário denominado Pesquisa de Qualidade de acesso à infraestrutura e serviços na Vila Cauhy possui perguntas objetivas referentes à avaliação dos moradores sobre Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário, Pavimentação Asfáltica, Energia Elétrica, Coleta de Resíduos Sólidos, Saúde, Transporte Público, Educação e Segurança (Apêndice L).

3 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: A ANÁLISE DA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO ATRAVÉS DAS RUGOSIDADES ESPACIAIS

“We read to know that we are not alone”.

C. S. Lewis

Assumido o fato de que a pesquisa é realizada a partir de um sujeito, e que este é, portanto, circunstancial de sua formação e suas crenças enquanto ser no mundo, este capítulo teórico subsidia os demais ancorado na corrente de pensamento marxista e na sua apropriação pela Geografia, especificamente pelos autores da corrente de pensamento da Geografia Crítica, no estudo da segregação.

A segregação enquanto processo social concerne ao entendimento da estrutura e dinâmica do objeto de estudo para além de sua aparência fenomênica e do “fetiche” da paisagem, ou seja, concerne à tentativa de apreensão do movimento e das contradições que o processo abarca na sua totalidade. Sendo assim, parte-se do abstrato ao concreto, visando desnaturalizar o processo. O entendimento da segregação enquanto um processo em movimento diz respeito então a apreender anteriormente a própria produção e reprodução do espaço urbano e suas contradições, uma vez que se compreende a segregação enquanto condição/condicionante da própria razão estrutural de acumulação do capital.

Ao lançarmos olhares acerca do processo de segregação, partimos do entendimento da cidade e do urbano, onde a cidade, segundo Lefebvre diz respeito à uma base material, à um objeto espacial que ocupa determinado lugar, e o urbano diz respeito à simultaneidade, à dinâmica que articula a cidade (LEFEBVRE, 2002. p. 61).

Para melhor entendimento do objeto delimitado, adota-se como recorte analítico a dimensão do espaço intraurbano, no qual pensamos a localização segundo Campos (1988), enquanto um ganho, fruto do trabalho social, que atuante na (re)produção do espaço urbano passa a engendrar formas-conteúdo. Neste sentido, existe uma atribuição de valor no âmbito conjuntural, e não somente estrutural, isto é, efetua-se uma valorização da localização pelas próprias relações sociais.

Parte-se das postulações de Campos (1988, p. 2) a respeito do processo de estruturação do espaço urbano, e de Santos (2008, p. 6) a respeito da conceituação de espaço geográfico, produto e produtor das relações sociais. É a partir destes conceitos que se situa esta discussão

teórica, ao se propor a análise do processo de segregação residencial através do conceito de rugosidades espaciais.

Campos (1988, p. 2) salienta que o processo de estruturação do espaço urbano se divide em duas razões: a estrutural e a conjuntural. Para o autor, a razão estrutural diz respeito à Teoria do Valor marxista, na qual o processo de produção na conjuntura capitalista é antes de tudo uma produção de valor. A razão conjuntural, por sua vez, diz respeito à ação dos agentes sociais que atuam intencionalmente na formação do espaço urbano, agindo sob diversas camadas sociais. Sendo assim, para o referido autor, a cidade constitui um “resultado complexo da interação entre as lógicas estruturais e a intervenção dos agentes sociais, fundamentadas pelas relações sociais de produção e reprodução do espaço no modo de produção capitalista” (1988, p. 2). Considera-se que se destaca na razão estrutural a produção, e na conjuntural a reprodução do espaço urbano, sendo estas indissociáveis.

Pensando este aspecto humano conjuntural presente na (re)produção do espaço, apoiou-se novamente às definições de Campos (2003, p. 18), ao considerar que a categoria espaço geográfico é a que mais fornece subsídios teóricos para compreender o processo de segregação, uma vez que esta leva em conta os sistemas de ações do homem e a materialidade dos sistemas de objetos que “formam as configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço” (CAMPOS, 2003, p. 18). Sendo assim, apropria-se deste conceito miltoniano para realizar esta análise.

A concepção de espaço geográfico, na qual se apoia esta pesquisa, definida por Santos (2008, p. 63), considera-o enquanto produto e produtor das relações sociais, ou seja, o espaço geográfico é material, mas engloba também a vida que produz esta materialidade. Para o autor, o espaço por si só não é relevante à análise, seu uso é que o valoriza e o faz objeto de análise.

Carlos (2002, p. 65) auxilia nesta compreensão, postulando que compreender a materialidade do espaço é, portanto, compreender a vida que a produz, pois o espaço é assim condição do existir social. Neste sentido, o espaço abarca uma materialidade e concretiza-se nas formas-conteúdo por meio das relações sociais, nas quais a ação dos agentes sociais é dotada de intencionalidades (SANTOS; COSTA, 2011, p. 3).

Os sistemas de ações e os sistemas de objetos pensados por Santos (1996, p. 221) possibilitam esta compreensão do espaço como produto e como produtor, uma vez que para o autor os elementos fixos, fixados no lugar (estradas, pontes, construções humanas) permitem fluxos, ações que modificam o próprio lugar, recriando as condições sociais para a redefinição

do mesmo. Estes fixos e fluxos para o autor estão articulados enquanto sistemas e não como meros objetos localizados ou ações localizadas – são sistemas de objetos e sistemas de ações.

Concebe-se assim, a partir da leitura sartreana que Milton Santos realiza, a indissociabilidade entre forma e conteúdo, em que as formas são transpassadas por conteúdos engendrados pelas relações sociais, as quais compõem a totalidade. Deste modo, os fixos são ressignificados em sua concretude pelos fluxos, e é possível anunciar não somente uma produção, mas também uma reprodução do espaço. Se se pensa a indissociável relação entre as formas e conteúdos, assim como os fixos e fluxos, observa-se também a relação indissociável entre estrutura, processo, forma e função na reflexão acerca da reprodução do espaço urbano.

Esta relação indissociável é anunciada por Santos (1985, p. 71) ao passo que o autor propõe considerar a totalidade. Para o autor, deve-se pensar a estrutura no que se relaciona ao modo como os objetos estão organizados, o processo como uma ação contínua e intencional, a forma como um arranjo ordenado de objetos é criado para executar determinada função e a função, por sua vez, como uma atividade desempenhada por determinada forma. É pensando esta inseparabilidade que se distancia de uma leitura formal e se objetiva uma leitura dialética, que não visa apreender a realidade, e sim compreender a totalidade de determinado processo.

Deste modo, a produção do espaço urbano, como apontado por Campos (1988, p. 2) é compreendida, em parte, pela razão estrutural relacionada à produção de valor no modo de produção capitalista, mas também, em parte, pela razão conjuntural, na qual a ação intencional dos agentes sociais atua em sua (re)produção, uma vez que o espaço geográfico relaciona-se à compreensão da materialidade e das relações sociais que a (re)produzem (SANTOS, 2008, p. 63), e que são portanto indissociáveis.

Ao passo que se pensa o espaço como produto e produtor e a sua inseparabilidade entre forma e conteúdo, utiliza-se analiticamente neste estudo o conceito de rugosidades espaciais. Este, segundo Santos (2006, p. 25), diz respeito ao acúmulo de paisagens, de tempos passados materializados na forma do presente, em que diferentes divisões do trabalho se justapõem e sobrepõem, dando destaque então para as heranças espaciais. Deste modo, para o autor, a produção do espaço é ao mesmo tempo construção e destruição das formas e funções sociais. Este movimento de construção e destruição diz respeito não somente aos objetos e fixos, mas também às próprias relações sociais que se estabelecem. Assim, estas relações são além de heranças físico-territoriais, mas também heranças socioterritoriais ou sociogeográficas.

Existe desta forma um acúmulo do tempo, do espaço e das próprias relações sociais que engendram as formas-conteúdo. O espaço seria testemunha de tempos progressos, sendo assim uma forma durável que não se desfaz com as transformações presentes no mesmo, ou seja, alguns processos se adaptam às formas progressas e outros criam novas funções para se inserir nestas formas (SANTOS, 1980, p. 138).

Neste sentido, as rugosidades espaciais seriam formas duráveis resultantes da razão estrutural do modo de produção capitalista que são (re)produzidas por funções, atividades desenvolvidas por determinada forma e transpassadas pelas relações sociais.

Carlos (2006, p. 47) lança a seguinte indagação: “são as formas que mudam ou os processos que adquirem novos conteúdos?”. Pensa-se que se trata de uma retórica, de uma dialética do devir social. A autora auxilia na compreensão de que os processos sociais, ao adquirirem novos conteúdos, criam formas, estando estas indissociáveis de seus conteúdos. Assim, a mudança das formas indica a criação de novos conteúdos, porém a permanência da forma não indica a ausência de criação de novos conteúdos pelos processos sociais, pelo contrário, as rugosidades espaciais demonstram justamente este ponto. A permanência das formas indica a continuidade da produção de conteúdos por meio das novas funções que vão sendo criadas.

O processo de acumulação do capital, por exemplo, na busca pela homogeneização do espaço não compreende as formas duráveis como obstáculos à sua efetivação, logo, este as supera, e cria novas funções capazes de atuarem em sua operacionalização no espaço. Reflete-se assim que o capital não concebe fronteiras físicas e imateriais na (re)produção do espaço.

Ao se pensar a estruturação do espaço intraurbano através da razão estrutural, na qual o processo de produção é sempre a produção de um valor, e da razão conjuntural, em que a ação dos agentes urbanos é dotada de intencionalidades e manifesta-se na (re)produção do espaço; e ainda ao se pensar o espaço geográfico como um indissociável sistema de objetos e ações, produto e produtor das relações sociais que neste se engendram e forjam materialidades nas formas-conteúdos, avança-se na possibilidade de análise do processo de segregação por meio do conceito de rugosidades espaciais, de modo que compreendendo o caráter dialético⁷ presente na (re)produção do espaço se torna possível refletir a respeito do acúmulo do espaço, dos tempos e processos de modo desigual.

⁷ A concepção materialista do espaço-tempo diz respeito ao movimento que esta perpassa, uma vez que a matéria está sempre em movimento. Sendo assim, a filosofia marxista propõe pensar o espaço-tempo como forma geral da matéria em movimento, na qual a contradição lhe é inerente.

Deste modo, considera-se o espaço como o acúmulo desigual dos tempos, plurais, e se atém às postulações de Santos (1994, p. 35), quando este aponta que “a história da cidade é a história de sua produção continuada”. Assim, é possível pensar a heterogeneidade do espaço não apenas como um produto, mas também como uma produção e reprodução.

As rugosidades espaciais neste sentido seriam as formas duráveis que são inerentes ao conflito da urbanização que ora homogeneiza, ora fragmenta e hierarquiza o espaço da cidade, seriam então inerentes à própria produção capitalista do espaço. Lança-se assim uma visão que conceba a dialética de produção e reprodução do espaço não somente pela sua razão estrutural, mas também por sua razão conjuntural, em que as relações sociais retroalimentam as materialidades e as formas-conteúdo engendradas, de modo que se pode analisar as formas duráveis que se forjam, ou seja, as rugosidades espaciais.

Pensa-se a partir deste raciocínio uma leitura das distintas especificidades da (re)produção do espaço intraurbano a partir das rugosidades espaciais, onde as reconfigurações espaciais permitem refletir acerca das conjunturas anteriores – destarte, outras temporalidades –, e das transformações que se sucedem e se materializam no espaço e que perpassam determinados processos como a da segregação.

É na expansão continuada do capital, conjuntamente às ações dos agentes urbanos, que o espaço se (re)produz. Esta reprodução do espaço intraurbano, determinada em parte pelos ganhos de localização postulado por Bourdieu (1997 apud CAMPOS, 2003, p. 19), reincide na formação das rugosidades espaciais, o que permite refletir acerca das conjunturas anteriores, bem como acerca de suas formações e os agentes sociais envolvidos.

Ressalva-se que as rugosidades espaciais não se relacionam *necessariamente* aos processos de segregação – a exemplo de um porto abandonado que passa por um processo de refuncionalização turística –, mas que o conceito auxilia como *possibilidade de análise* da (re)produção do espaço urbano através de sua materialidade, permitindo refletir acerca da fragmentação do espaço urbano. As rugosidades, enquanto possibilidade de análise, podem ser lidas como testemunhas de temporalidades e conjunturas progressas de formação desigual do espaço.

As formas duráveis, ainda que cristalizações espaciais provisórias, têm em suas formações uma gama complexa de relações sociais que as materializam, e que o eterno vir-a-ser do espaço geográfico as reproduz em continuidade ou descontinuidade de forma-conteúdo. Assim, a aparente inércia das rugosidades espaciais não é declarada, posto que a aparente imobilidade da forma não está desassociada de seu conteúdo, o qual está em constante

movimento, e que por isso incide na reconfiguração da forma no futuro, enquanto virtualidade-presente.

Pensa-se, pois, as rugosidades espaciais como arranjos isolados, conforme definido por Santos (2006, p. 140), associadas a seus conteúdos sociais. Assim, é possível refletir a respeito do acúmulo desigual dos tempos e da formação desigual dos espaços, percebida enquanto segregação, uma vez que forma e conteúdo são indissociáveis.

É neste sentido que esta pesquisa se situa, bem como os 3 distintos momentos do presente capítulo teórico.

O primeiro momento relaciona-se à análise contextual dos estudos acerca da cidade e do urbano, do Marxismo Clássico à evolução teórica da dimensão espacial, em que se destacam a Nova Sociologia Urbana e a Geografia Crítica, ao iniciarem a proposição de uma leitura do urbano enquanto externalidade, considerando as contradições que perpassam os processos sociais. Assim, possibilita-se uma leitura do espaço enquanto produto e produtor. Este momento se torna necessário no intuito de realizar considerações a respeito de como se pode pensar o espaço urbano enquanto fator social, aspecto que auxilia na utilização do conceito de rugosidades espaciais enquanto categoria analítica do processo de segregação, posto que as reconfigurações espaciais enquanto formas-conteúdo engendradas por processos históricos permitem refletir a respeito das transformações que (re)produzem este espaço.

O segundo momento diz respeito à explanação da Teoria do Valor elaborada por Karl Marx,⁸ no sentido de fornecer subsídios para a compreensão da razão estrutural mencionada por Campos (1988, p. 2), que auxilia também na compreensão da formação das rugosidades espaciais enquanto formas indissociáveis de seus conteúdos. Ressalva-se a sua inseparabilidade da razão conjuntural,⁹ posto que se vale analiticamente do conceito de espaço geográfico, no qual a ação dos agentes sociais é também levada em consideração na (re)produção do espaço urbano. Desta forma, conforme colocado por Campos (2003, p. 74),

⁸ Reportou-se à Teoria do Valor marxista, uma vez que se entende que o espaço urbano é socialmente produzido. A leitura do espaço urbano e da terra baseada na Teoria da Renda é refutada. Esta leitura concebe a terra como uma falsa mercadoria, não produzida pelo trabalho humano, ausente de valor, cuja valorização é fictícia e se dá pela renda gerada pelo capital imobiliário, em que a sua oferta não pode ser controlada. Compreende-se então que a terra não é um mero substrato físico precedente ao trabalho humano, desprovida de valor ou cuja oferta não pode ser controlada. Seu valor, como o de qualquer mercadoria, é proveniente do trabalho socialmente necessário para a sua produção. Este valor, em parte, relaciona-se ao valor dos produtos em si (das casas e infraestruturas), e, em parte, à localização do produto na aglomeração. O controle da oferta por sua vez se dá no sentido de que os agentes hegemônicos (principalmente o Estado e os agentes imobiliários) atuam na concentração espacializada de trabalho social. A valorização seria decorrente do acúmulo de valor-trabalho que se materializa em objetos espaciais, conforme indica Silva (2012, p. 108).

⁹ A razão conjuntural, no que diz respeito à análise do processo de segregação socioespacial perpassado pela Vila Cauhy, é analisado por meio dos recortes temporais e espaciais lançados sob a mesma, a fim de refletir sobre a ação dos agentes sociais que (re)produzem o seu espaço.

pensa-se não somente uma relação valor-trabalho, mas também uma relação valor-espço, haja vista as materializações do espaço se substantivarem pelo trabalho humano.

O terceiro momento refere-se à explanação da razão conjuntural mencionada por Campos (1988, p. 2), que se relaciona à ação dos agentes sociais, em que a reconfiguração do espaço urbano se dá por meio dos ganhos de localização (BOURDIEU, 1997 apud CAMPOS, 2003, p. 19) e das escolhas de localização residencial (CAMPOS, 2003, p. 77), que, por sua vez, acabam por engendrar o processo de segregação.

Neste sentido, as decisões locacionais estabelecidas por agentes sociais subjugados à razão estrutural atuam na (re)produção do espaço urbano, e dentre outras configurações, acabam por configurar as rugosidades espaciais, que auxiliam na compreensão do processo de segregação. Pensamos assim a localização associada à estrutura do espaço urbano, ao modo como os objetos se organizam, estando esta subjugada à razão estrutural capitalista mas também associada à sua conjuntura, uma vez que pensamos a localização enquanto ganho, fruto do trabalho social e portanto variável que atua na (re)produção do espaço; e os ganhos e escolhas de localização associados ao processo que este espaço urbano abarca, sendo em nossa análise o processo de segregação, que em uma ação continuada e intencional acaba engendrando formas-conteúdo, portanto, formas e funções que se estabelecem neste espaço.

3.1 A cidade e o urbano: das particularidades estruturalistas às contradições dialéticas

Uma vez que a evolução dos estudos acerca da cidade e do urbano se delineia, novos olhares são a estes lançados. O urbano, antes concebido em sua existência por si mesmo, passa a renegar a tentativa de explicar os processos sociais por este viés analítico, e é pensado enquanto externalidade, que viabiliza a cidade. A abertura do entendimento do urbano enquanto meio e produto da ação humana o concebe assim como processo, como simultaneidade, e este é entendido como o sentido da industrialização, e não apenas o seu produto. Assim, à medida que os estudos vão renegando uma visão estruturalista das análises sociais, passa-se a considerar as contradições. O espaço passa a ser compreendido não como um receptáculo ou palco dos acontecimentos, não somente como um produto, mas também como produtor, que é modificado e modifica as ações da sociedade, e que é transpassado pelas contradições do sistema capitalista.

É na primeira metade do século XIX que se inicia a primeira onda de expansão industrial na Europa, e é neste período que se inicia o pensamento marxista acerca da cidade e do urbano. Friedrich Engels publica duas importantes obras que rompem com a dicotomia

analítica campo-cidade. São elas *Situação da classe operária na Inglaterra* (1845) e *Questão da habitação* (1872). Engels realiza então a tentativa de transpor uma análise das condições socioeconômicas da classe trabalhadora inglesa para além de fatores descritivos como crescimento demográfico e fluxo migratório, revelando o surgimento de um novo modo de produção capitalista que encontra no lócus da cidade o cenário da luta de classes.

A análise realizada por Marx e Engels em *A ideologia alemã* (1846) aponta a dinamização da cidade e do campo pela nova divisão do trabalho, que, condicionados à sociabilidade capitalista, revelavam as reconfigurações da cidade através de uma nova organização da força de trabalho e novas tecnologias. Os estudos avançam no sentido de compreender que o capital era, de partida, urbano-industrial, e que a população do campo era progressivamente abarcada pela lógica da aglomeração urbana, da acumulação, concentração e reprodução da relação capital-trabalho (SOUZA, 2005, p. 66). Pensa-se então a contradição que é inerente à estrutura capitalista, ao passo que o próprio processo de acumulação do capital carrega em si uma relação conflituosa na reprodução da vida por meio da produção do valor; porém, neste momento, o urbano ainda apresentava-se de modo germinal na totalidade-mundo.

Já na segunda metade do século XIX, embora do lado oposto do globo, o discurso presente nos estudos da Escola de Chicago atrela-se aos interesses dos governantes locais, propondo análises de diversas cidades dos Estados Unidos sobre os seus fenômenos particulares, visando produzir resultados para aplicações práticas e revelando, assim, um caráter utilitarista das pesquisas e os seus intentos de reforma social. Devido ao utilitarismo presente no discurso dessas pesquisas, determinados processos, como o da segregação, eram lidos como anomalias, patologias sociais, e não eram efetivamente explicados, pois não eram concebidas as contradições dos processos sociais. Existia, então, um determinismo nos estudos. O urbano nesta concepção existia por si mesmo, e a partir dele poderia se explicar os fenômenos sociais (SOUZA, 2005, p. 70; EUFRASIO, 1995, p. 41; BECKER, 1996, p. 178).

No início do século XX,¹⁰ com a Escola de Frankfurt, refutavam-se as determinações provenientes dos fenômenos superestruturais, privilegiando o comportamento do sujeito individual (OLIVEIRA, 2009, p. 69). Considera-se que neste momento existe ainda a refutação nos estudos das contradições inerentes aos processos sociais, e é somente na

¹⁰ É importante destacar, no início do século XX no Brasil, a obra *História econômica do Brasil* (1945), do historiador e geógrafo Caio Prado Jr. e a obra *Raízes do Brasil* (1936), do historiador Sérgio Buarque de Holanda, que, apesar de não possuírem foco no estudo do urbano, lançavam importantes contribuições no estudo das contradições dos problemas sociais (MOURA et al., 2008, p. 11).

segunda metade do século XX que as contradições acerca destes processos, estabelecidos no espaço agora urbano, começam a ser pensadas.

Os estudos da Geografia que se desenvolviam na França, relacionados à Geografia Regional Francesa, passam a realizar uma denúncia das realidades espaciais, visando compreender as contradições presentes na totalidade do espaço urbano (MORAES; COSTA, 1982, p. 118). Ainda na Europa, em 1970, surgem pesquisas críticas em relação à tradição da Escola de Chicago, inspiradas pelo movimento estudantil francês denominado “Maio de 68”. Surge assim a Nova Sociologia Urbana, que tecia, por exemplo, uma crítica à concepção de segregação enquanto uma anomalia, anulando a tentativa de equilíbrio presente nas pesquisas da Escola de Chicago e compreendendo-a, a partir de então, como contradição.

Existe neste sentido uma percepção das contradições que são inerentes aos processos sociais os quais se estabelecem no espaço urbano. Dentre os pesquisadores que passam a constituir a Nova Sociologia Urbana, destaca-se o filósofo Henri Lefebvre.

O espaço, anteriormente compreendido como um palco dos processos sociais, é a partir de então anunciado por Lefebvre e lido como socialmente produzido (LEFEBVRE, 1976 apud CAMPOS, 2003, p. 54). Lança-se neste momento uma análise social que concebe analiticamente a dimensão espacial. Lefebvre, ao formular uma teoria espacial, atenta para o caráter multifacetado do espaço social¹¹ enquanto lócus da reprodução das relações sociais de produção, ou seja, da reprodução da sociedade (LEFEBVRE, 1976, p. 30). O autor postula que o espaço social intervém no modo de produção e se modifica com este, ou seja, que o modo de produção se modifica com as sociedades. E ainda concebe uma análise do espaço que o concebe enquanto possibilidade de mudança (LEFEBVRE, 1991, p. 9). Então, lança importantes contribuições ao repensar a dialética de Marx, afirmando que o reconhecimento do espaço se dá pela análise das relações sociais que se apresentam neste, em que as contradições são reveladas (MOURA et al., 2008, p. 26).

Propõe-se, a partir da década de 1970, principalmente com as contribuições de Henri Lefebvre, um olhar histórico sobre a cidade e as contradições presentes em seus processos sociais, afastando-se dos aspectos particulares propostos por abordagens como as da Escola de Chicago. Lançam-se, também, olhares sobre um novo período de desenvolvimento do capitalismo, o Capitalismo Monopolista de Estado, no qual a circulação do capital se dá em nível mundial, retirando do espaço urbano o seu caráter de especificidade e particularidade.

¹¹ É importante ressaltar que a definição de espaço social lançada por Henri Lefebvre não diz respeito a um espaço anterior à sociedade, palco dos acontecimentos, e sim a uma multiplicidade e simultaneidade de espaços que são (re)produzidos pelas relações sociais de produção, isto é, pela reprodução da sociedade.

Neste período, o Estado atua no atendimento submisso das necessidades da reprodução ampliada do capital, já que o mesmo é uma *forma* necessária da reprodução capitalista, em que a política estatal subordina-se à economia.¹²

As cidades passam a ser analisadas à luz da dinâmica estrutural capitalista, que assume a sua contradição interna, e da ação dos agentes sociais como reprodutores do espaço urbano, e rompe-se então com o caráter a-histórico, de um espaço físico passivo ou objeto unilateral sujeito à ação dos agentes sociais (SOUZA, 2005, p. 73; SOUZA; CAETANO, 2014, p. 69).

Ainda na década de 1970,¹³ segundo Correa (2003, p. 23), inicia-se o movimento teórico-metodológico conhecido como Geografia Crítica, baseada teórica e filosoficamente no materialismo histórico dialético, que concebe a interação dialética entre a matéria e os processos sociais, bem como as formas geradas por estes, e que considera ainda a dimensão da prática social enquanto conteúdo do real, possibilitando orientar as reflexões e o pensamento para ação (MOURA et al., 2008, p. 18).

A Geografia Crítica lança a sua contribuição ao propor uma crítica ao modelo capitalista vivenciado e exercido primariamente no meio urbano. Deste modo, são analisadas as formas de apropriação da natureza e as relações estabelecidas no espaço, assim como o próprio espaço, que é produzido e reproduzido através das interações e das contradições transpassadas pelo mesmo, onde a lógica estruturante do modo de produção é articulada à ação dos agentes sociais.

A categoria “espaço” passa a ser central nos estudos a partir de então, e tem seu fundamento teórico no marxismo e nas contradições principalmente geradas no pós-guerra (CORREA, 2003, p. 23). Esta categoria surge rasgando toda a sua supressão histórica pela categoria “tempo”, presente nos estudos acadêmicos, como aponta atualmente Doreen Massey na obra *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade* (2008).

Sobre o espaço, o seu caráter estático, indeterminado, morto, atemporal, neutro, considerando o espaço como um palco ou espelho para os acontecimentos, é substituído por uma leitura que o concebe como dinâmico, histórico, heterogêneo, produto e produtor das

¹² Nesta concepção de Estado, trabalhada pelo jurista e filósofo do direito Alysson Mascaro na obra *Estado e forma política* (2013), o Estado é compreendido como uma forma necessária para a reprodução capitalista. Deste modo, ele e o capitalismo são inseparáveis em suas existências. A forma política é proveniente da forma mercadoria, pois, para o autor, é a partir da acumulação de capital que o Estado, como se concebe atualmente, surge. A política estatal, enquanto uma forma política, encontra-se então subordinada à economia, e consequentemente ao capital.

¹³ Ana Fani Carlos reflete que a década de 1970 caracteriza-se como um marco de transformação no pensamento geográfico, no qual, de um lado, destaca-se a influência marxista, que consolida a Geografia Crítica e a Geografia Radical, e, do outro, a Fenomenologia (CARLOS, 2002, p. 164).

relações sociais, que o ressignifica e reconfigura, e que é indissociável do tempo.

As reflexões acerca do espaço e de seu caráter reprodutor, realizadas por Lefebvre, são apropriadas pela Geografia Crítica e propõe-se daí pensar o espaço indissociável da sociedade; sendo assim, indica-se pensar a formação socioespacial em sua totalidade, numa dinâmica dada pelas contradições na reprodução do sistema capitalista, conforme reflete Correa (2003, p. 25).

A partir desta evolução do pensamento acerca dos processos que se estabelecem na cidade, torna-se possível pensar o urbano enquanto processo, que viabiliza a cidade.

A cidade é compreendida enquanto forma material prático-sensível, viabilizada pelo urbano. E o urbano, enquanto simultaneidade, atividades, reunião (SANTOS, 1994, p. 34). Estes estariam em interação dialética e associadas aos seus conteúdos sociais, que são, portanto, indissociáveis (LEFEBVRE, 1970, p. 149).

Neste sentido, a cidade se refere então à materialidade física, ao lócus, ao concreto, à forma criada, mas também criadora (SANTOS, 1994, p. 69), à ordem próxima e ao trabalho materializado (CARLOS, 2007, p. 12). E o urbano, ao predomínio das atividades econômicas e dos processos sociais da cidade sobre o campo, ou seja, porta-se como um fenômeno, como algo externo, uma virtualidade, uma ordem distante, condição, meio e produto da ação humana (SANTOS, 1994, p. 69; CARLOS, 2007, p. 12).

Uma vez que se distancia de uma leitura baseada na lógica formal, a urbanização não é interpretada como resultado da industrialização, e sim como o seu próprio sentido (LEFEBVRE, 2002, p. 15), posto que ela modifica as formas de produção das materialidades urbanas construídas e os critérios locacionais que conduzem as ações dos agentes sociais (ABRAMO, 1995, p. 550), na esfera da reprodução. Este pensamento de Lefebvre e Abramo reincide então na estruturação do espaço urbano, definida por Campos e determinada pelas razões estrutural e conjuntural (CAMPOS, 1988, p. 2).

Pensa-se que a cidade atuou e atua como condição para o desenvolvimento industrial, concentrando a população consumidora, trabalhadores e as condições gerais de produção (MONTE-MOR, 2006, p. 13).

Lefebvre (2008, p. 83) define que este processo nega a estrutura social da cidade, bem como a própria cidade, pelo movimento de implosão e explosão ao qual ela está sujeita.

A centralidade¹⁴ na cidade é negada, bem como o seu conteúdo político e comercial, eis o processo de implosão; e a malha urbana se fragmenta em periferias, eis a sua explosão.

O processo de acumulação capitalista, que intenta em seu processo produtivo a atribuição de mais-valia e a reprodução ampliada do capital e a sua circulação, encontra na cidade e no urbano o potencial para a sua maximização crescente. O processo de segregação vivenciado hoje na cidade e no urbano se revela e se espacializa de modo nítido, porque a própria cidade é condição para este processo, revelando deste modo suas contradições. Assim, o urbano é uma condição para a reprodução do sistema capitalista. As relações de troca, portanto a superação do valor de uso pelo valor de troca, são generalizadas na razão estrutural e também nas práticas sociais, trazendo à cidade um caráter de um produto, mercadoria.

Assim, o que caracteriza a cidade e o urbano atualmente é o caráter de principal lócus da reprodução social, reprodução esta que a cidade veio a assumir ao longo de suas transformações históricas, e da mundialidade que o fenômeno urbano anuncia. O que impera na cidade é a segregação socioespacial, pelo movimento dialético de negação da própria cidade (ARAUJO, 2012, p. 138).

A abertura do entendimento do urbano enquanto meio e produto da ação humana o concebe, assim, como processo, como simultaneidade, e este é entendido como o sentido da industrialização, e não apenas o seu produto. Esta visão possibilita pensar as contradições inerentes aos processos sociais e o espaço enquanto produto e produtor das relações sociais que o engendram, e que abarcam também as contradições da razão estrutural capitalista. Conseqüentemente, a (re)produção do espaço urbano pode ser pensada através das rugosidades espaciais, uma vez que o pensamento se abre para o entendimento do acúmulo do espaço, do tempo e das relações sociais, que engendram o espaço a partir de uma razão estrutural contraditória e desigual, e de uma razão conjuntural que, por meio de ações, engendra materializações no espaço.

Desta forma, pensa-se o espaço como o acúmulo desigual dos tempos e esta análise se atém às postulações de Santos (1994, p. 35) quando este aponta que “a história da cidade é a história de sua produção continuada”. Existe assim uma dita revanche das formas, na qual estas formas-conteúdo, ao mesmo passo que são criadas, são criadoras, processo perceptível através das rugosidades espaciais.

¹⁴ Existem atualmente várias centralidades na cidade, que se metropoliza e se apresenta no formato de um arquipélago, sendo, portanto, reticular e polinucleada. Afasta-se assim de uma leitura baseada no modelo centro-periferia, e se concebe a cidade policêntrica e estruturada por redes fragmentadas, perpassando um processo de centralização, como aponta Olivier Mongin (2006, p. 223).

3.2 A razão estrutural de acumulação capitalista: a Teoria do Valor

A evolução dos estudos acerca da cidade e do urbano, principalmente a partir das contribuições de Henri Lefebvre e da Geografia Crítica com Milton Santos, lança novas possibilidades de compreensão do espaço urbano. A abertura para o entendimento do processo de reprodução deste para além da esfera produtiva acrescenta aos estudos um novo passo à apreensão da totalidade. As relações sociais que engendram formas-conteúdo no espaço urbano são pensadas em um urbano que é lido como fenômeno, como externalidade, como ordem distante; mas que são, ao mesmo tempo, engendradas por uma razão estrutural capitalista que, sendo contraditória, acaba por forjar materializações de modo desigual.

Uma vez que se compreende as rugosidades espaciais enquanto formas-conteúdo, e enquanto possibilidade analítica do processo de (re)produção do espaço urbano, bem como dos processos que fazem uso ou não destas formas, considera-se necessário refletir, por meio da Teoria do Valor proposta por Karl Marx, acerca da razão estrutural que, em parte, concebe estas formas, conforme elucidado por Campos (1988, p. 2).

A pesquisa se debruça sob a Teoria do Valor no sentido então de fornecer subsídios para a compreensão da razão estrutural, que engendra, em parte, as formas-conteúdo, em que estas, por sua vez, são perpassadas por processos sociais. Dentre estes processos, destaca-se o da segregação, que se espacializa como segregação residencial, conforme mencionado anteriormente, posto que este processo é compreendido como condição e condicionante da própria razão estrutural de acumulação do capital.

Uma vez que o capital busca a sua expansão continuada através do valor, o qual se expressa como valor de troca, o valor de uso passa a ser alienado, e esta circulação, no que tange ao seu caráter especializado, possibilita conjuntamente os ganhos de localização (BOURDIEU, 1997 apud CAMPOS, 2003, p. 19), nos quais o processo de segregação delinea-se. É neste sentido, de revelar a contradição entre o valor de uso e o valor de troca no processo de circulação do capital, que se produz estruturalmente o espaço, algo sobre o que este subcapítulo pretende avançar na reflexão.

Ressalva-se novamente a inseparabilidade da razão conjuntural, que diz respeito às ações dos agentes sociais na (re)produção do espaço, mas se lançam conceituações, neste primeiro momento, de modo a compreender a lógica de acumulação do capital e a atribuição de valor na esfera da produção, principalmente, nos conceitos de valor, valor de uso, valor de troca, fetichismo da mercadoria, mais-valia, dentre outros.

Segundo Lopes (2009, p. 18), Karl Marx considera a acumulação primitiva como ponto de partida para acumulação capitalista e define que a primeira se inicia com a expropriação agrária – que afasta o camponês de sua base fundiária – e com a ascensão da propriedade privada. A partir daí os obstáculos à realização do capital vão sendo suprimidos, e a terra, anteriormente monopólio da Igreja e aristocracia, passa a ser operada como mercadoria.

Campos (1988, p. 2) reflete que “todo o processo de produção numa estrutura social capitalista, é antes de mais nada, a produção de valor”. O valor seria uma característica socialmente criada através do trabalho. Assim, o valor seria intrínseco às mercadorias, e visaria a reprodução da vida social através de sua própria produção.

Sendo o valor proveniente do trabalho, este subdivide-se em trabalho concreto, que se relaciona à execução da atividade de forma útil, imprescindível à existência e que independe de qualquer forma de sociabilidade, e trabalho abstrato, o qual, inserido na produção capitalista, caracteriza-se pelo gasto da força de trabalho e se expressa como gerador de valor, e não mais como gerador de valor de uso (CHAGAS, 2010, p. 63).

É importante compreender que o capital, enquanto valor-capital, ou seja, enquanto movimento de autonomização do valor, assume a forma de mercadorias (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 287). O movimento de autonomização do valor objetiva a produção de um valor excedente, de uma mais-valia, e o fetichismo da mercadoria ocorre quando as relações sociais assumem uma interpretação de relações entre coisas, se autonomizando e ocultando seus valores de uso. A mercadoria se manifesta então através do valor de troca.

Assim, esta apresenta 2 aspectos distintos, sendo um valor de uso que é real, e outro que é uma projeção, um valor, manifestado pela troca.

Segundo Carcanholo (1998, p. 19), o valor de uso diz respeito à satisfação humana a partir das propriedades materiais dos produtos. A mercadoria, enquanto valor de uso, depende da quantidade de trabalho empregada em sua produção e se realiza apenas a partir do seu consumo. Já o valor de troca diz respeito à capacidade do produto em ser trocado ou comprar outros, isto é, enquanto possibilidade de intercâmbio entre produtos com distintos valores de uso. Assim, a mercadoria ora se assume como um valor, que se realiza por meio de trocas, ora se assume um valor de uso, e ambas as situações não podem se efetivar ao mesmo tempo. Se a mercadoria está assumida enquanto valor e, conseqüentemente, efetiva esta condição mediante a troca, logo o seu valor de uso torna-se alienado.

Pensa-se assim que a produção e a reprodução do espaço se dão, em parte, pela razão estrutural, em que o capital busca sua expansão continuada. A busca por totalização do capital no espaço visa à sua hegemonia através de um espaço para este homogêneo; porém, as contradições presentes no espaço revelam uma heterogeneidade, na qual, por exemplo, diferentes temporalidades e conteúdos se sobrepõem, formando as rugosidades espaciais, que permitem compreender a formação do espaço urbano.

Refletir a respeito da razão estrutural capitalista auxilia na reflexão acerca das rugosidades espaciais, pois ajuda a raciocinar a respeito do próprio processo de produção do espaço e das formas-conteúdo que nele se engendram, bem como dos processos sociais que passam ou não estas formas. Este raciocínio auxilia também na reflexão do caráter contraditório desta razão estrutural, que, assim sendo, acaba por gerar materializações também de modo desigual.

3.3 A razão conjuntural: a ação dos agentes urbanos e a segregação residencial

Conforme posto anteriormente, a abertura do entendimento do urbano enquanto meio e produto da ação humana o concebe assim como processo, como simultaneidade. Esta interpretação traz luz às contradições inerentes aos processos sociais, haja vista a desnaturalização do urbano; e ainda possibilita pensar o espaço enquanto produto e produtor das relações sociais que o engendram, abarcando as contradições da razão estrutural capitalista. Possibilita ainda pensar a reprodução da força de trabalho no âmbito residencial, e a agregação humana e a heterogeneização do espaço, conforme apontado por Souza (2005, p. 73).

Pensa-se as verticalidades, mas também as horizontalidades, as diferentes ações dos agentes urbanos, que, juntamente à razão estrutural, conjuntamente forjam diferenças na (re)produção do espaço urbano. A autonomização da vida social, conferida pela sociabilidade capitalista, vale-se então destas diferenças para realizar a expansão continuada do capital, visto que se opera pela relação contraditória entre valor de uso e valor de troca, e uma vez que o espaço enquanto (re)produtor da vida social se vale do passado no presente para engendrar novas formas-conteúdo no futuro. Esta relação espaço-tempo é, portanto, dialética e apresenta-se em movimento.

A temporalidade dá ao espaço o seu caráter histórico, enquanto produção que é social, e constitui materializações, ao passo que o tempo transcorre. Estas temporalidades distintas e diversas podem ser observadas através das rugosidades espaciais, como

mencionado anteriormente, e é a respeito deste aspecto, referente à razão conjuntural, que se atém neste momento.

Ao se pensar o processo de segregação através do espaço, compreendê-lo-á enquanto segregação residencial, conforme aponta Carlos (2007, p. 94), onde a moradia é concebida como uma mercadoria, ater-se-á à contradição inerente entre o seu valor de uso e valor de troca, e também à existência do aspecto social que perpassa a sua reprodução, por meio da ação dos agentes urbanos.

Pensa-se que o processo de segregação se espacializa na segregação residencial e encontra na moradia a sua contradição fundamental. A busca do capital por sua livre acumulação e circulação, e a transformação de tudo em mercadoria, perpassa assim a habitação,¹⁵ onde a moradia é concebida como mercadoria. Enquanto mercadoria, a moradia possui valor intrínseco, que se manifesta mediante o seu valor de troca. Este valor intrínseco, cabe ressaltar, não é fruto do trabalho concreto. Então, de que forma poder-se-ia pensar a moradia enquanto produto? Apesar de a mercadoria não ser fruto do trabalho concreto, ela é produto das relações humanas, é produção engendrada pela reprodução e vice-versa, forjada nas relações sociais que assim também constituem e formam o espaço.

A moradia, não sendo fruto do trabalho concreto, mas sendo socialmente produzida, é fruto então do trabalho social. Ela abarca sim uma lógica estrutural relacionada à produção de valor enquanto uma mercadoria, expressando a sua contradição entre valor de uso e valor de troca, em que o seu valor de uso é alienado pelo fetiche da troca, embora abarque também a sua reprodução que é social.

Este processo de produção e reprodução da moradia enquanto mercadoria permite pensar o espaço enquanto produto, mas também enquanto produtor, visto que, segundo Campos (1988, p. 31), neste ocorre acúmulo de trabalho e incorporação de capital.

Se de um lado a produção do espaço urbano se dá por uma razão estrutural, por outro, dá-se por uma razão conjuntural, na qual as formas-conteúdos espacializadas se engendram em diferentes temporalidades e em diferentes usos. Os agentes urbanos, que atuam na reprodução do espaço, de fato condicionam estas antigas e novas formas-conteúdos, e posto que o espaço é socialmente produzido, a moradia apresenta-se como uma função, mas também como uma forma-conteúdo espacializada que permite a reflexão acerca deste processo de reprodução.

¹⁵ Cabe ressaltar que a habitação apresenta dois sentidos, sendo um como bem durável e outro como ativo para os seus proprietários (CAMPOS, 2003, p. 156). Compreende-se que estes sentidos são operacionalizados de acordo com as ações dos agentes sociais na reprodução ampliada do capital.

A produção de valor da moradia se dá então na esfera de sua reprodução. Se segundo Topalov (1979) a cidade se apresenta em valor de uso simples, em casas, ruas e infraestruturas, ela também se apresenta em valores de troca complexos, socialmente produzidos (HARVEY, 1990 apud SILVA, 2012, p. 108).

A moradia, enquanto mercadoria, produto socialmente produzido, perpassa uma valorização relacionada à sua localização. Pensa-se a localização associada à estrutura de (re)produção do espaço, o modo como este se organiza, e também como um ganho, fruto das relações sociais. É da terra-localização e os processos perpassados por esta que se trata neste momento.

Campos (2003, p. 77) postula o conceito de escolhas de localização residencial baseadas na teoria social crítica de Bourdieu (1997), e as associa à posição social e à dinâmica imobiliária. Ou seja, o autor define que as decisões de localização residencial são estratégicas na medida em que são definidas por fatores específicos como a posição social alcançada pelo indivíduo e pela dinâmica de circulação e empoderamento do espaço pelo capital imobiliário. Em diálogo com o conceito de ganho de localização de Bourdieu (1997), as escolhas de localização residencial definem, dentre outros fatores, a localização por renda, que se situa próxima a bens raros, e a localização por posição social, que se situa em locais ditos prestigiosos, na distinção que é simbólica, mas também se revela na concretude do espaço geográfico. “Como o espaço geográfico é fisicamente objetivado por meio de uma localização, é na relação entre a distribuição dos agentes e a distribuição dos bens no espaço que se define o valor das diferentes localidades do espaço social objetivado” (CAMPOS, 2003, p. 67).

Verifica-se que as escolhas de localização definidas por Campos (2003, p. 77) atuam na fragmentação do espaço, onde perpassam distintos processos. Carlos (2007, p. 94) define que o ato de morar revela a forma como o processo de segregação se espacializa de modo estratificado e hierarquizado. Ela afirma ainda que a segregação pode se dar de forma espontânea, como estratégia de classe, na qual a “diferenciação de renda localiza as pessoas, diferencialmente, na metrópole, uma vez que o uso está subordinado à propriedade e, portanto, seu uso se submete à realização do valor através de um ato de troca” (CARLOS, 2007, p. 96). Neste sentido, o mercado fundiário distribui a população baseando-se na racionalidade da propriedade privada. As classes de baixa renda apresentam uma estratégia de

sobrevivência¹⁶ e as de alta renda tendem a apresentar uma estratégia de isolamento, através dos condomínios fechados. Ambas as classes são capturadas pelo mercado imobiliário, que comercializa o solo urbano como mercadoria.¹⁷

Carlos (2007, p. 96) afirma também que a segregação pode se dar de forma programada, de forma que a intervenção do Estado, por meio da construção de infraestrutura ou deslocamento de atividades e funções, valoriza ou desvaloriza determinadas áreas. A desvalorização implica na degradação da vida, e a valorização é capturada pelo mercado imobiliário.

A localização estruturada enquanto ganho, enquanto valor de uso, apresenta-se pelo acúmulo de trabalho e incorporação de capital (CAMPOS, 1988, p. 31), e perpassa um processo valorativo à medida que garante acesso. A seletivização espacial (CAMPOS, 1988, p. 35) por escolhas de localização residencial engendra a diferenciação no acesso à moradia. Sendo assim, conforme mencionado, a segregação se efetua em segregação residencial, na qual o ato de morar revela a forma como o processo de segregação se espacializa, seja de forma espontânea seja programada, em que as escolhas de localização determinadas pelas classes dominantes influem nas não escolhas assumidas pelas classes dominadas.

Uma vez que existe uma separação entre os locais de trabalho e moradia, as condições de acessibilidade apresentam-se precarizadas e denota-se a espacialização do processo de segregação residencial. Logo, o deslocamento apresenta-se como obstáculo à reprodução da força de trabalho (VIANNA, 2005, p. 12), e o capital se beneficia da localização pelo próprio processo de operacionalização da expansão continuada da produção de valor.

O espaço construído, compreendido como uma estruturação do espaço essencialmente social (CAMPOS, 1988, p. 35), em seu processo de reprodução apresenta a ação contraditória de diversos agentes e os seus conflitos de interesses. Se “cada divisão do trabalho cria um tempo seu próprio, diferente do tempo anterior” (SANTOS, 1996, p. 109),

¹⁶ Ressalva-se a existência de mercados imobiliários informais. E, em relação ao mercado formal, a existência também de submercados imobiliários, que segundo Campos (2003, p. 155) caracterizam a heterogeneidade da habitação. A existência destes se dá de acordo com o nível de qualidade dos mesmos. Este nível de qualidade refere-se por sua vez à substitubilidade segundo os demandantes e ofertantes agregados no mercado. Considera-se que esta heterogeneidade compõe justamente a complexidade da habitação enquanto um ativo, no que se refere à comercialização da mesma, formal e informal.

¹⁷ A autora atribui a ação do mercado imobiliário no espaço urbano à crise do setor industrial. Assim, o processo de (re)produção do espaço apareceria como estratégia de realização do capital financeiro, que investe na produção imobiliária enquanto aplicação de capital. Assim, a expansão do centro se dá pela comercialização de novas áreas, que fragmentam o espaço urbano (CARLOS, 2007, p. 97).

cada uma destas acaba por engendrar no espaço distintas divisões territoriais do trabalho, onde as formas-conteúdos apresentam-se.

Cabe assim dizer que as formas-conteúdos referentes às rugosidades espaciais permitiriam refletir acerca do passado que engendra formas no presente, mas também acerca das distintas divisões territoriais do trabalho, que, perpassando-as, acumulam trabalho e incorporam capital numa relação passado-presente-futuro. Este processo de reprodução do espaço é então articulado por diversos agentes sociais.

Quem seriam então estes agentes? Correa (1989, p.12) na obra *O espaço urbano* caracteriza os seguintes agentes urbanos: a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes proprietários industriais e grandes empresas comerciais; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado e e) os grupos sociais excluídos.

Em relação aos proprietários dos meios de produção, o autor (Correa, 1989, p. 13) postula que estes são grandes consumidores do espaço e que buscam realizar este consumo por meio da compra de terrenos os quais possuam acessibilidade para a população que destes se utilizará. Postula ainda que estes terrenos interferem na produção do espaço através da determinação da localização de usos da terra. Em relação aos proprietários de terras, o autor define que estes buscam a acumulação de uma renda fundiária crescente, mediante usos comerciais ou residenciais relacionados ao *status*. Este uso, estando relacionado à obtenção de uma renda fundiária, refere-se então à efetivação do valor enquanto valor de troca.

Destaca-se que a partir do movimento de valorização locacional é possível que estes proprietários de terra se tornem promotores imobiliários, atuando no loteamento, construção e venda das construções. Os promotores imobiliários, por sua vez, atuam na incorporação, financiamento, construção e comercialização lucrativa da mercadoria-moradia. A produção da habitação, neste sentido, busca em seu processo valorativo a produção de novos valores de uso das moradias, por meio das inovações, assim, as moradias são comercializadas por seus valores de troca agora ressignificados. O Estado também é apresentado enquanto agente social, na medida em que atua na estruturação do espaço urbano através de instrumentos e determinações legais, tais como regulamentação do uso do solo, direito de desapropriação, limitação do preço das terras, impostos imobiliários e fundiários, reservas fundiárias que impactam no preço futuro das terras, investimento em infraestruturas e créditos para habitação. Considera-se que a associação do Estado com os promotores imobiliários também merece ser destacada neste momento, uma vez que ela influi no preço da terra.

Por fim, segundo Correa (1989, p. 29) os grupos sociais excluídos, por possuírem renda baixa, acabam residindo em conjuntos habitacionais governamentais ou em locais informais. É nestes locais informais que os grupos sociais excluídos apresentam-se como modeladores, agentes sociais que estruturam o espaço urbano.

A estruturação do espaço por estes agentes se dá então na criação dos assentamentos informais, destarte favelas, que também buscam via habitação uma maior proximidade aos postos de trabalho, posto que estão segregadas espacialmente dos ganhos de localização gerados pelo acúmulo de trabalho e incorporação de capital de forma valorativa.

Destacam-se ainda os grupos sociais dominantes como agentes urbanos, uma vez que ao construírem os denominados enclaves fortificados (CALDEIRA, 1997, p. 2), logo condomínios fechados, reestruturam o espaço urbano, criando inclusive contradições à compreensão e estruturação do espaço público.

Considera-se que determinados agentes urbanos, condicionados à reprodução da vida pela produção do valor, apresentam-se como hegemônicos. Os agentes hegemônicos – dentre eles, principalmente o Estado e os agentes imobiliários –, atuam na concentração espacializada do trabalho social, e este acúmulo de valor-trabalho materializa-se nas formas-conteúdos, nos objetos espaciais (SILVA, 2012, p. 108).

Carlos (2007, p. 112) define que a função econômica da propriedade privada, subjuga as funções jurídica e social. Assim, pensa-se que a materialização do espaço se dá estruturalmente através da mercantilização da moradia e conjunturalmente da seletivização espacial definida pelas escolhas de localização.

A mercantilização da moradia e a seletivização espacial por escolhas de localização residencial apresentam-se então como conteúdos sociais, que materializados no espaço, delineiam formas-conteúdo. Estas formas-conteúdos revelam a fragmentação do espaço através da habitação e a contradição entre valor de uso e valor de troca, e sobrevivem à sucessão do tempo mediante subjugação da função jurídica e social pela função econômica que transpassa a moradia.

Desta forma, nega-se o urbano, pela fragmentação dos elementos da prática socioespacial (CARLOS, 2007, p. 112), e vivencia-se a cidade enquanto mercadoria, onde o acesso desigual à moradia postula-se como condição da realização continuada do valor, no que diz respeito à função econômica da propriedade privada do solo urbano.

Pensar a contradição capital-trabalho, juntamente à ação dos agentes sociais que (re)produzem o espaço urbano (CAMPOS, 1988, p. 35), significa também pensar a

reprodução das relações sociais e a sua divisão em classes (CAMPOS, 1988, p. 32), assim como pensar a materialização do espaço urbano enquanto espaço construído, onde este se materializa de forma desigual e, sendo forma-conteúdo, sobrevive à sucessão do tempo como rugosidade.

As rugosidades espaciais enquanto formas-conteúdo, acúmulos de tempos progressos com funções no presente, são caras no sentido de pensar justamente o caráter humano presente na construção do espaço, ou seja, pensar justamente este caráter social do trabalho e da produção, que engendra formas no espaço. Conforme coloca Milton Santos, a cidade é uma organização humana, é histórica, é um conjunto de formas naturais e de formas artificiais e técnicas (SÃO PAULO,1993). A existência das rugosidades espaciais reforça este caráter humano e, portanto, a produção social, e não somente estrutural do espaço urbano, que se constitui pelos ganhos de localização, uma vez que se compreende a história urbana como uma sucessão de acúmulo de objetos com diferentes temporalidades, na qual alguns são rejeitados, e outros são utilizados, operacionalizados pelos processos presentes.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA: A SELETIVIZAÇÃO ESPACIAL E A VILA CAUHY

“Enfim, era preciso saber quanto cimento será gasto numa ponte por onde ninguém passará de mãos dadas”.

Nicolas Behr

Conforme posto no capítulo anterior, buscou-se realizar uma apropriação analítica do conceito de rugosidades espaciais proposto por Santos (2006, p. 25), de modo a analisar os processos sociais que engendram estas formas duráveis.

Neste sentido, pretende-se compreender a Vila Cauhy através do conceito analítico de rugosidade espacial, como expressão de um processo de segregação. Compreender os processos sociais perpassados pela Vila Cauhy no presente concerne ao entendimento da (re)produção de seu espaço, posto que se objetiva entender como o processo de segregação espacializa-se.

Assim, considera-se que, para a compreensão da (re)produção do espaço da Vila Cauhy, é necessário que se compreenda a própria (re)produção do espaço de Brasília e os processos por esta perpassados, que por sua vez engendram diferentes formas-conteúdo. Posto isto, e considerando as mencionadas e indissociáveis razões estrutural e conjuntural propostas por Campos (1988, p. 2) a respeito da estruturação do espaço urbano, considera-se necessário dividir o presente capítulo em 3 momentos.

O primeiro momento diz respeito à compreensão da razão estrutural no sentido de apreender a (re)produção do espaço urbano no que concerne à lógica de acumulação capitalista, haja vista o fato de a própria (re)produção do espaço urbano ser condição e condicionante dela mesma. Parte-se da concepção de Lefebvre (2002, p. 15) que concebe o urbano como processo, que viabiliza a cidade. Assim, objetiva-se por meio de uma breve revisão acerca da formação social do Brasil e do processo de acumulação do capital no país, compreender como o conflito da urbanização atua no movimento de implosão e explosão da cidade (LEFEBVRE, 2008, p. 83), de modo que esta urbanização é concebida como mercadoria e configura estruturalmente o espaço através de sua mercantilização, na qual o valor de troca realiza-se pela diferenciação.

É neste sentido que se analisa a construção de Brasília como um passo lógico do processo de acumulação capitalista do Brasil, como propõe Farret (2010, p. 26), refutando as interpretações que partem de questões pontuais, e que são, portanto, reducionistas. Mediante a

reflexão acerca da dialética entre formas e processos incitada por Carlos (2006, p. 47), pensa-se Brasília como uma forma-conteúdo proveniente do próprio processo de acumulação capitalista brasileiro, que abarca em seu interior diferentes outros processos na (re)produção do espaço.

O segundo momento refere-se à compreensão da razão conjuntural no sentido de depreender a (re)produção do espaço urbano no que concerne à seletivização espacial (CAMPOS, 1988, p. 35), ou seja, no sentido de compreender, juntamente à razão estrutural de mercantilização do espaço, como as ações intencionais dos agentes sociais atuam na reprodução do espaço urbano. Entende-se que a ação dos agentes sociais é desta forma condicionada às classes sociais às quais estes pertencem (CAMPOS, 1991, p. 98). Assim, busca-se entender como as escolhas de localização residencial (CAMPOS, 2003, p. 77), articuladas à seletivização espacial, engendram novas formas-conteúdo.

No cenário de Brasília, a (re)produção do espaço substantiva-se através da seletivização espacial entre o Plano Piloto e as cidades-satélites – atualmente, Regiões Administrativas¹⁸ – destacando-se em um primeiro momento neste processo o agente Estado e, posteriormente, o mercado imobiliário. Esta valorização seletiva incide no processo de segregação, no qual o Núcleo Bandeirante, localidade que abarca o objeto empírico desta análise, apresenta-se como realidade materializada da pressão popular por moradia.

É neste sentido que, em um terceiro momento, realiza-se uma contextualização da Vila Cauhy, por meio de dados secundários obtidos em estudo técnico da empresa particular Topocart, solicitado pelo GDF, dentre outras fontes. Objetiva-se neste momento propor uma explanação acerca da ocupação e atualidade da Vila Cauhy, trazendo informações gerais sobre a sua área e suas características socioeconômicas, no intuito de caracterizar a localidade. Considera-se que a explanação acerca da atual realidade socioeconômica da localidade expressa em sua materialidade os conteúdos e processos atuantes em sua (re)produção espacial, e que esta explanação possibilita, portanto, a base para sua análise.

4.1 A construção de Brasília: um passo lógico no processo de acumulação capitalista do Brasil

A maioria dos estudos realizados a respeito da construção de Brasília compreende a sua concretização baseada em questões pontuais, que geralmente dizem respeito às decisões tomadas no curto período de tempo anterior à sua construção. Partindo deste ponto, este

¹⁸ BRASÍLIA. Distrito Federal. Lei Orgânica do Distrito Federal, Art. 10.

estudo questiona as abordagens que concebem a mudança da capital brasileira para Brasília apenas no que tange a questões isoladas,¹⁹ uma vez que as manifestações para interiorização da capital datam idealmente desde o ano de 1789, legislativamente desde 1822 e constitucionalmente desde 1899 (FARRET, 2010, p. 26), abarcando então distintos períodos e processos.

Conforme apontado no capítulo anterior, ao passo que os estudos acerca da cidade e do urbano evoluem, o urbano é considerado como processo que viabiliza a cidade, conforme propõe Lefebvre (2002, p. 15). Deste modo, as contradições são pensadas e lança-se a tentativa de compreender como o conflito da urbanização – na qual o espaço urbano é condição e condicionante da reprodução capitalista – atua no movimento de implosão e explosão da cidade (LEFEBVRE, 2008, p. 83). Pensa-se assim a urbanização como o sentido da industrialização (LEFEBVRE, 2002, p. 15), e não o seu mero resultado. A própria cidade, a partir deste movimento, é então articulada enquanto mercadoria e a configuração do espaço se dá através de sua mercantilização, que se opera pela diferenciação e fragmenta-se.

Posto que o espaço urbano é condição e condicionante da reprodução do capital, a (re)produção do espaço urbano de Brasília opera-se nesta razão estrutural e simboliza a consolidação do capital industrial no país. Marcada pela busca da integração nacional e a ascensão da urbanização brasileira, a objetivação pelo aumento dos fluxos econômicos no interior do país incide na construção de Brasília.

Este cenário é marcado então pela transição entre um Brasil predominantemente agrário para um Brasil assinalado pela industrialização extensiva (PELUSO, 2003, p. 7), processo em que o capital visa à sua hegemonia.

O Estado, neste sentido, intermedia por meio de uma política territorial a expansão continuada do capital pela própria reprodução do espaço urbano, e a cidade, abarcando em si o conflito inerente ao urbano, fragmenta-se em sua mercantilização.

Baseou-se na leitura de Farret (2010, p. 26) e se portou à necessidade de se levar em consideração a esfera política e a modificação das estruturas sociais, frente ao processo de acumulação do capital conjuntamente a novas divisões sociais e espaciais do trabalho, ou seja, levar em consideração o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, para se compreender

¹⁹Farret (2010, p. 26) propõe que os estudos acerca da construção de Brasília devem, portanto, afastar-se das compreensões reducionistas que levam em consideração apenas o psicologismo de Juscelino Kubitschek, os idos da década de 1950 ou apenas as questões econômicas nacionais ou regionais. A compreensão ufanista e mística que coloca Brasília enquanto produto da epopeia de bandeirantes modernos que cumpriam as profecias de Dom Bosco também é refutada, uma vez que estas aspirações ideológicas não explicam por si só a construção da nova capital.

como este atua estruturalmente na configuração do espaço, e incide na construção de Brasília. Afastou-se de uma leitura formal e funcionalista, e se propôs pensar a construção de Brasília no que diz respeito à lógica capitalista de (re)produção do espaço. É na possibilidade de uma análise cuja abordagem conceba a formação espacial de Brasília que a Geografia é neste caso tão cara.

Sendo assim, os argumentos pontuais que tentam justificar a construção de Brasília, nesta proposta de análise, atuam apenas como pontes para a contextualização do processo de acumulação capitalista. Portanto, estes argumentos pontuais não são refutados; todavia, torna-se necessário frisar que os mesmos não explicam por si só a criação da nova capital.

Pensar a construção de Brasília incide pensar a construção de uma dita cidade planejada. Nunes afirma que Brasília é “uma das cidades-laboratório do mundo no que se refere à experiência do planejamento urbano” (NUNES, 1996, p. 11). Farret (2010, p. 36), no entanto, faz ressalvas ao afirmar que as concepções territoriais de planejamento devem ser analisadas no que diz respeito à própria formação social do Brasil, e mais ainda, no que diz respeito à lógica de desenvolvimento capitalista, uma vez que esta lógica (re)configura as divisões sociais e espaciais do trabalho (FARRET, 2010, p. 28), afirmando que são as próprias condições do processo de acumulação capitalista que viabilizam a construção de Brasília. Portanto, afasta-se a construção de Brasília da concepção de uma experiência de planejamento urbano isolada.

Schmidt (2010, p. 42) considera que a concepção de Brasília perpassa uma organização do espaço a qual viabiliza o controle do social e político e uma funcionalidade da divisão territorial que visa a objetivos políticos. Farret (2010, p. 27) acrescenta a esta reflexão, indo mais além, e faz refletir que estes objetivos políticos estão também relacionados à própria política territorial, em que o capital visa à sua hegemonia.

Ao sugerir que Brasília surge como um passo lógico no processo de acumulação capitalista, que, por sua vez, determina padrões de divisão espacial do trabalho, o autor (FARRET, 2010, p. 27) corrobora na reflexão de que a criação da nova capital vem então cerceada pela criação de um centro político nacional, que passaria a configurar estatal e territorialmente no país.

Para o autor (FARRET, 2010, p. 28), a criação de uma nova política territorial se faz presente, na tentativa de harmonizar a economia e a política da formação social histórica da nova capital. Assim, a política territorial seria apenas a intermediação do Estado neste

processo de acumulação, que visa à total socialização do espaço através da reprodução expandida do capital.

A criação de um centro político nacional abarca então uma política territorial, e o Estado, intermediando esta política, intenta a expansão do capital, criando bases materiais essenciais para a hegemonia do capital.

Posto isto, a política territorial da nova capital não se reduz somente a objetivos políticos, mas também diz respeito ao quadro de socialização do espaço pela reprodução expandida do capital. Reitera-se que o Estado, enquanto forma política, subordina a política estatal à economia, e conseqüentemente ao capital (MASCARO, 2013); porém, é importante ressaltar, conforme Farret (2010, p. 27) aponta, que o Estado não pode ser interpretado apenas como uma superestrutura ou um espelho do sistema produtivo, e sim como uma relação de forças sociais.

Posto que se intenta pensar o espaço geográfico, é importante ainda pensar a forma indissociável de seus conteúdos, estrutural e conjunturalmente. São as ações concernentes às relações sociais que definem o Estado, e não apenas o seu sistema produtivo (FARRET, 2010, p. 27). Deste modo, o Estado e logo a política estatal subordinam-se à economia, mas também são ressignificados pelas próprias relações sociais.

Para se compreender a construção de Brasília, relacionada à consolidação do processo de acumulação capitalista, o qual se articula em um movimento hegemônico pela produção do espaço urbano, norteou-se na conceituação teórica das quatro gerações de cidades, de Milton Santos (1965, p. 39) e nos estágios econômicos definidos por Farret (2010, p. 29). Ateve-se somente às três primeiras gerações, posto que a quarta geração refere-se aos idos de 1970 e objetivou-se, neste momento, realizar uma análise breve acerca da construção de Brasília como passo lógico da acumulação capitalista no Brasil.

Segundo Santos (1965, p. 39), a primeira geração de cidades remonta ao século XVIII, quando a atividade econômica é ainda ligada ao processo produtivo da mineração e agricultura, e as vias de transporte do país são ainda precárias. A divisão do trabalho neste momento é, portanto, escravista e exportadora, relacionada a uma política econômica nacional ainda voltada para o mercado externo e que proíbe a existência de fábricas na Colônia, cuja capital é Salvador. Portanto, o processo produtivo não possui caráter industrial, engloba ainda apenas o plantio de cana-de-açúcar e a mineração de ouro. Assim, segundo Schiffer (2010, p. 77), as movimentações comerciais realizam-se ainda em pontos isolados do território e não se efetua uma integração do território nacional, tampouco um processo de urbanização.

No que seria um estágio de transição entre a primeira e a segunda geração de cidades, definida por Santos (1965, p. 39), Farret (2010, p. 29) conceitua o Estágio do Modelo Primário de Exportação. O autor afirma que com a abolição do sistema escravista e com a implementação do sistema de trabalho assalariado, com o qual se torna possível o surgimento de um setor de exportação, potencializam-se os passos dados rumo ao processo de acumulação capitalista. Segundo o autor, a economia deste estágio baseia-se nos ciclos produtivos de monoculturas com grande demanda na Europa. Todos estes ciclos produtivos passam a implicar na modificação das estruturas sociais e espaciais do Brasil, acentuando as disparidades regionais. Consequentemente, a configuração territorial neste período ainda é perpassada por enclaves, mas não se efetiva a integração do território nacional e o processo de urbanização.

A segunda geração de cidades, proposta por Santos (1965, p. 39), remonta à primeira metade do século XX, quando se inicia a expansão da economia cafeeira paulista e das rodovias e ferrovias do país, e inicia-se o desmonte do modelo agrário no país. Com a crescente importância do porto do Rio de Janeiro, a capital brasileira, neste momento, Salvador transfere-se para o Rio de Janeiro, em 1763 (SCHMIDT, 2010, p. 46). Neste período, com o surgimento de mercados regionais, não existem políticas territoriais explícitas e o Estado realiza as suas ações direcionadas aos interesses oligárquicos, atuando na manutenção das estruturas regionais forjadas pela economia agroexportadora, e subsidiando a agricultura e a infraestrutura física e econômica do país. Com isso, exacerbam-se as disparidades regionais, sendo estas fruto da ação estatal (FARRET, 2010, p. 30). Não se efetua, portanto, uma integração do território nacional e o país ainda não perpassa um processo de urbanização.

A partir da formação de um complexo regional no estado de São Paulo, da expansão de sua produção cafeeira, verifica-se o crescimento e o desenvolvimento do transporte ferroviário no país. Estes dois fatores dão então origem ao polo de crescimento paulista, que acaba por influenciar as formas assumidas pelo território brasileiro (SCHMIDT, 2010, p. 56).

Desta forma, é com a expansão da produção cafeeira paulista que se subsidia a criação e a expansão de um sistema ferroviário paulista, que por sua vez acentua a expansão industrial e passa a integrar territorialmente as economias internas do país (SCHMIDT, 2010, p. 53). Portanto, é no quadro do advento da produção cafeeira paulista que se inicia o processo de urbanização no país. Segundo Mello (1986, p. 99), a economia cafeeira paulista gera condições para a criação do capital industrial e da grande indústria, concentrando capital

monetário nas mãos da oligarquia cafeeira, que o transforma em capital produtivo industrial, e transforma a força de trabalho em mercadoria, criando assim um mercado interno.

Há então uma crise nas cidades manufatureiras, decorrente das transformações sociais provocadas pelo processo de acumulação capitalista e reforça-se a partir deste momento a concepção da terra como mercadoria (PELUSO, 2003, p. 3), em que a política territorial passa a ser frisada nas ações do Estado.

Em suma, inicia-se a formação de um dito espaço nacional unificado pela existência de um mercado interno integrador (THERY et al., 2001, p. 396), no qual o processo de urbanização desponta; porém, mantêm-se ainda fortes disparidades regionais. De acordo com Schiffer (2010, p. 83), a economia cafeeira entra em declínio na década de 1930, mas São Paulo já se porta como lócus da industrialização brasileira, uma vez que segundo a autora, a região possuía relações de trabalho assalariado e uma ocupação do território que era contínua, devido à sua rede ferroviária.

A terceira geração de cidades definida por Santos (1965, p. 39) remonta também à primeira metade do século XX e relaciona-se à consolidação do processo de integração nacional, reforçado pelo plano Marcha para o Oeste e pela construção da nova capital Brasília, onde surgem maiores possibilidades de fluxos econômicos em direção ao interior do país. Neste momento, segundo Santos (2008, p. 42), ocorre a formação da rede de cidades do país, que acaba por remodelar o espaço nacional na consolidação de sua integração.

Assim, o Estado intermedia o processo de acumulação capitalista por meio de uma política territorial, forjada sob a tentativa de diminuição das disparidades regionais, que visa aumentar o mercado consumidor interno, para assim realizar a integração do território nacional, e, por conseguinte, a expansão continuada do capital pela (re)produção do espaço urbano.

No que denomina Estágio do Modelo de Acumulação Industrial, Farret (2010, p. 30) indica que, com a Revolução de 1930 e o fim da República Velha, inicia-se um movimento o qual vai contra os privilégios da oligarquia rural e todos os interesses da mesma na economia cafeeira. Com o fim das burguesias regionais, existe então a possibilidade de expansão do capitalismo em nível nacional. A burguesia industrial cria agências para proteger os interesses nacionais e dá os seus primeiros passos rumo à hegemonia do setor produtivo. Neste período, ocorre então uma reforma que passa a associar os interesses industriais aos interesses da produção cafeeira. O setor industrial passa a ser o lugar da acumulação capitalista e acelera-se a divisão do trabalho.

Destarte, após o aparecimento da industrialização massiva, surge então uma nova divisão do trabalho, e inicia-se a formação de um sistema econômico integrado (SCHMIDT, 2010, p. 57). O Estado passa a investir em infraestrutura e na indústria, com políticas de incentivo fiscal, e a formular um quadro de crescimento industrial setorizado no Sudeste. Com isso, formula-se também um quadro de crescimento acelerado da urbanização no país (FARRET, 2010, p. 32). O caráter industrial que a cidade passa a assumir progressivamente associa-se então ao urbano, que é condição e condicionante da reprodução continuada do capital, conforme aponta Lefebvre (2002, p. 15).

Durante o período Vargas, o Brasil apresentava 80% de sua ocupação ainda rural e litorânea, isto é, caracteriza-se por um vazio demográfico em seu interior. Neste quadro, lança-se o plano denominado Marcha para o Oeste, no ano de 1938. O plano de caráter progressista propõe a ocupação do interior do Brasil, visando atenuar as disparidades entre as regiões Norte e Centro-Oeste, e a região Sudeste (GALVÃO, 2011, p. 2), a fim de possibilitar os fluxos econômicos no interior do país.

De modo geral, o plano Marcha para o Oeste se revela como um modelo de subsídio no qual a produção realizada no interior do país serve para a manutenção do crescimento do polo industrial concentrado na região Sudeste. Assim, acentuam-se as disparidades regionais pela existência de um crescimento industrial setorizado.

Farret (2010, p. 17) aponta que a questão territorial e a eliminação das disparidades regionais passam a fazer parte da agenda política nacional a partir da necessidade de extensão do mercado consumidor interno brasileiro, visando à integração nacional. Esta necessidade de ampliação, por sua vez, advém do próprio processo de acumulação capitalista, e Brasília surge como uma realidade capaz de acentuar a expansão da fronteira econômica do Brasil. A partir deste período, há então o coroamento de uma estratégia empreendedora que reconhece o potencial da região Centro-Oeste brasileira para os futuros eixos de controle e expansão territorial, convergindo interesses locais e nacionais (FERREIRA, 2010, p. 25).

Neste cenário de crescimento do mercado interno e ampliação da industrialização nacional, no qual é possível o capitalismo realizar-se no controle e expansão territorial (FERREIRA, 2010, p. 25), as manifestações mudancistas a respeito da interiorização da capital federal são incorporadas na Constituição de 1946, a qual define que a capital da união deveria ser transferida para o Planalto Central (BRASIL, 1946).

Na década de 1950, o então governo de Juscelino Kubitschek é marcado pela transição de um estágio predominantemente agropecuário para o estágio da industrialização

extensiva (PELUSO, 2003, p. 7). Neste período, o Estado passa a assumir investimentos no setor de infraestrutura e bens intermediários, visando alcançar o controle da economia nacional. Porém, esta conjuntura é abalada pela criação do Plano de Metas em 1956. Este plano propunha desenvolver a economia nacional e objetivava também a construção de Brasília, nova capital federal. O Plano por sua vez agrava as disparidades setoriais na indústria, e os desequilíbrios espaciais, uma vez que comprime o salário da classe trabalhadora e gera, por conseguinte, uma maior concentração de renda e de investimentos na região Sudeste (FARRET, 2010, p. 33).

A partir da necessidade de expansão da fronteira econômica nacional e do mercado interno, que pretendiam alterar o quadro de desequilíbrios regionais e espaciais, é que a questão territorial passa a ser levada como primária para o desenvolvimento nacional.

Neste quadro, inicia-se então a construção de Brasília, uma convergência entre os interesses nacionais e regionais, um trampolim do Sudeste industrial para conseguir expandir a fronteira econômica do país. A construção da nova capital federal visava então aumentar a demanda interna com a integração de novas áreas do território nacional, visando também fomentar a indústria da construção civil e criar um mercado consumidor de alto nível (FARRET, 2010, p. 36).

Torna-se importante ressaltar que a construção de Brasília não pode ser interpretada enquanto movimento de um desenvolvimento regional autônomo, e sim fruto de uma conjuntura maior, ou seja, ponto de apoio para o desenvolvimento nacional, o qual obedece à lógica capitalista de (re)produção do espaço (FARRET, 2010, p. 36). Deste modo, “a construção de Brasília simboliza o esforço pela difusão produtiva da indústria na totalidade do território nacional” (COSTA; STEINKE, 2014, p. 4), sendo a cidade o principal lócus de reprodução da vida social pela reprodução continuada do capital.

Assim, a criação de um centro político nacional abarca então uma política territorial, que intermediada pelo Estado visa à hegemonia capitalista (FARRET, 2010, p. 27). Este processo se dá pela integração do território nacional, pela dinamização de seu interior na busca pela expansão da fronteira econômica do país. Brasília, neste sentido, é pensada como uma forma-conteúdo proveniente do próprio processo de acumulação capitalista brasileiro.

Uma vez que ao intermediar uma política territorial o Estado objetiva a hegemonia do capital, o papel assumido por este na projeção, decisões e planejamento de Brasília assume um caráter monopolístico, posto que a terra pública é utilizada para promover a migração dos

componentes do corpo administrativo da cidade, e para subsidiar o desempenho do sistema governamental (FARRET, 2010, p. 36) no processo de acumulação capitalista.

Ou seja, haja vista o fato de que a própria construção de Brasília é proveniente do processo de acumulação capitalista do Brasil, a (re)produção de seu espaço obedece esta razão e opera-se estruturalmente por sua mercantilização. Destaca-se que o Estado enquanto forma política da mercadoria – portanto subordinado ao capital e, por conseguinte, à economia – possui papel ímpar nesta dinâmica, e atua enquanto agente social hegemônico, que opera, e mais ainda, subsidia a mercantilização do espaço.

Assim, conforme a lógica de reprodução do capital, e carregando em si o conflito da urbanização, a cidade fragmenta-se, sendo pensada como mercadoria e operando-se a partir de sua mercantilização. É do papel assumido pelo Estado, conjuntamente ao mercado imobiliário posteriormente formado, ambos agentes hegemônicos (SILVA, 2012, p. 108), no que diz respeito à configuração espacial de Brasília, que se atém a seguir.

4.2 Brasília construída: a seletivização espacial e a segregação residencial

Uma vez abordada, ainda que de forma sucinta, a análise da formação espacial do Brasil, a fim de apreender como o espaço urbano passa a ser condição e condicionante da lógica capitalista, e como a criação da nova capital federal faz parte deste processo, presta-se neste momento à compreensão da razão conjuntural pela discussão sobre a formação espacial de Brasília²⁰ e o processo de seletivização espacial, reproduzido pelo Estado e posteriormente também pelo mercado imobiliário.

Objetiva-se neste momento compreender juntamente a razão estrutural de mercantilização do espaço, como as ações intencionais dos agentes sociais atuam conjuntamente na (re)produção do espaço urbano. Assim, busca-se entender como as escolhas de localização residencial (CAMPOS, 2003, p. 77), articuladas ao processo de seletivização espacial, engendram novas formas-conteúdo, que, pela diferenciação, (re)produzem o espaço de forma desigual.

Conforme colocado, posto que a própria construção de Brasília advém do processo de acumulação capitalista do Brasil, a (re)produção de seu espaço obedece a esta razão e opera-se estruturalmente por sua mercantilização. Considera-se que o Estado enquanto forma política da mercadoria – portanto subordinado ao capital e, por conseguinte, à economia –

²⁰ Como é conhecido atualmente o Distrito Federal.

atua de modo ímpar nesta dinâmica, e por sua atuação intencional é concebido enquanto agente social hegemônico, que opera e subsidia a mercantilização do espaço em Brasília.

Assim, o Estado, intermediando uma política territorial, visa à hegemonia do capital por meio de um plano urbanístico, o qual, na ação do Estado, vincula a propriedade fundiária ao capital imobiliário para realização do capital (CAMPOS, 1991, p. 107).

A (re)produção do espaço de Brasília substantiva-se então através da seletivização espacial entre o Plano Piloto e as cidades-satélites – atualmente, Regiões Administrativas – destacando-se em um primeiro momento o agente Estado e, posteriormente, também o mercado imobiliário.

O processo de mercantilização do espaço de Brasília se dá antes mesmo de sua construção, posto que, como mencionado, as formas-conteúdo materializam-se por meio de processos sociais no passado, que, atuantes no presente, virtualizam-se no futuro. Este movimento dialético diz respeito então à própria produção do espaço de Brasília, que é lida enquanto um empreendimento imobiliário.

Desde a década de 1950, portanto anteriormente à sua construção, Brasília é articulada enquanto um empreendimento imobiliário no processo de reprodução expandida do capital. Através do loteamento e emissão de letras imobiliárias, denominadas “Obrigações de Brasília”, o Estado visa ao financiamento da própria construção da nova capital, e desta forma passa a admitir uma política de supervalorização da terra (CAMPOS, 1988, p. 87).

Peluso reflete o seguinte:

A implantação do novo projeto já nasceu como um empreendimento imobiliário, naquele momento a única fonte de riquezas possível. Desapropriadas as fazendas dentro das fronteiras do DF, e passadas para o patrimônio da NOVACAP, o governo, como proprietário fundiário, dispôs delas para fixar a cidade como um fato irredutível para as administrações posteriores. As ações se concretizaram com leilões, doações de terrenos, determinação de que órgãos governamentais adquirissem terra para a construção dos apartamentos para seus funcionários transferidos. Outro mecanismo fundador foi a Emissão das Letras Imobiliárias de Brasília, vendidas pela NOVACAP para todo o Brasil e para o exterior (PELUSO, p. 20, 2003).

O citado monopólio da terra por parte do Estado é articulado então pela NOVACAP. Constituída em 1956 pela Lei nº 2.874, a NOVACAP era então uma empresa pública federal responsável pela administração das obras de Brasília (CAMPOS, 1988, p. 74). Esta intervenção da NOVACAP na configuração espacial de Brasília é analisada por Campos

(1991, p. 113) como um instrumento para impedir a consolidação de moradias alternativas, como ocupações irregulares²¹ e sublocações, realizadas pelos trabalhadores menos qualificados, e assim operacionalizar a intermediação do Estado no processo de acumulação capitalista.

As áreas não construídas inicialmente passam a configurar um estoque de terras para o futuro e esperado crescimento da cidade (CAMPOS, 1988, p. 105). Existe então um conjunto de transações imobiliárias especulativas por meio das vendas de lotes. Ou seja, na década de 1950 corretores vendem lotes afirmando que estes se encontram na periferia mais distante²² do quadrilátero do Distrito Federal, quando na verdade estes se situam nas fazendas vizinhas do Distrito Federal, não estando regularizados e não podendo adentrar na configuração de lote urbano. Este quadro gera conflitos entre os verdadeiros proprietários das terras e os novos adquirentes, e denota o caráter de empreendimento imobiliário de Brasília (CAMPOS, 1988, p. 77).

Neste período, ainda não existia um mercado imobiliário de terras, uma vez que estas são desapropriadas pelo Estado e passam a compor o seu circuito de comercialização monopolista (CAMPOS, 1988, p. 75). Porém, a ausência de um mercado imobiliário não significa de forma alguma o atrofiamiento dos interesses do capital imobiliário (CAMPOS, 1988, p. 77). Segundo Campos, “o primeiro corretor imobiliário da cidade foi o próprio presidente Juscelino Kubistchek, ao vender lotes de Brasília em todo o Brasil e até mesmo no exterior” (CAMPOS, 1988, p. 77).

Bicca acrescenta que:

Brasília sempre representou como possibilidade, talvez ímpar, de realização do capital imobiliário e de todos os demais que concorreram para sua construção e também das cidades satélites (...) nunca, em situação alguma no Brasil e talvez mesmo no exterior, foram tão grandes e em espaço de tempo tão curto, as possibilidades de reprodução ampliada do capital aplicado nos mais variados setores que, direta ou indiretamente, concorriam para a realização integral de uma cidade do porte e com as características da nova capital (BICCA, 1985, p. 103).

²¹ Nesta pesquisa, refuta-se o termo “invasão” e utiliza-se então o termo “ocupação irregular”, uma vez que se entende que a cidade pertence aos cidadãos os quais nela residem. Compreende-se a heterogeneidade jurídica dos parcelamentos no Distrito Federal e a distinção entre os termos “irregular” e “clandestino”, em que existe aporte ou não da legislação vigente, respectivamente; porém, refere-se às ocupações como irregulares de um modo geral, dada a complexidade do cenário e o crescente número de processos de regularização fundiária por parte do Estado.

²² Conhecido vulgarmente como Entorno do Distrito Federal.

Gouvêa (1995, p. 58) explicita que em relação à construção de Brasília, “na realidade, por trás de um ‘racionalismo messiânico’, o modernismo escamoteava as suas verdadeiras intenções de instrumentalizar o espaço, para colocá-lo a serviço do capital”. A ação do Estado no controle da configuração espacial de Brasília toma destaque, e é justamente a função de capital político-administrativa do país que o torna agente articulador da organização espacial da nova capital do país (CAMPOS, 1988, p. 82). A criação de um centro político nacional, conforme colocado, parte de uma política territorial, que, intermediada pelo Estado, intenta a reprodução continuada do capital.

Assim, o Estado assume uma posição de controle de caráter monopolístico ao atuar como promotor da configuração espacial de Brasília (SCHMIDT, 2010, p. 56) e como detentor de suas terras (PELUSO, 2003, p. 11). O Estado estabelece arbitrariamente o preço regulador do mercado e realiza as vendas a preço de monopólio (CAMPOS, 1988, p. 103). Ao usar a terra pública para subsidiar o desempenho de seu sistema governamental, por meio do planejamento urbano, este planejamento acaba por revelar a realização da terra enquanto mercadoria (CAMPOS, 1988, p. 3). Dessa forma, a política estatal atua como intermédio do Estado para efetivar o processo de acumulação capitalista.

Posto que a urbanização altera então as produções das materialidades e os critérios locacionais que conduzem as ações dos agentes sociais (ABRAMO, 1995, p. 550), a relação de produção e de consumo do espaço perpassa um movimento seletivo do Estado, e cada espaço passa a ter um valor e ser ocupado de acordo com ocupadores os quais possuem rendas específicas para os mesmos (CAMPOS, 1988, p. 06). Fala-se aqui de um submercado de “alta produção”, que, tendo produção intensa e seriada, é destinado para estratos sociais específicos, em que o Estado obtém ganhos imobiliários por ser detentor das terras (CAMPOS, 1991, p. 99).

Ou seja, por meio das escolhas de localização residencial (CAMPOS, 2003), reproduz-se conjunturalmente o espaço de Brasília, acentuando-se o processo de segregação residencial. A razão conjuntural opera-se pelo processo de valorização seletiva do espaço urbano, que é (re)produzido de forma desigual, pois este é condição para reprodução capitalista.

Em relação à seletivização espacial, Campos (1991, p. 115), em concordância com Gouvêa (1995, p. 55), define que o Plano Piloto neste sentido destinava-se à tecnoburocracia e às elites dominantes, de acordo não só com o papel desempenhado por estes na divisão econômica e social do espaço, mas também pelo papel na divisão técnica do trabalho.

Portanto, “Observa-se que, desde a construção da cidade, já ocorria uma seletivização dos espaços, constituindo-se o Plano Piloto como espaço para abrigar as classes dominantes” (GOUVÊA, 1995, p. 62).

Existia então uma distinção entre as áreas e instalações das moradias destinadas aos políticos e técnicos, e as destinadas aos operários em geral (GOUVÊA, 1995, p. 55). Assim, os apartamentos construídos no Plano Piloto eram em grande maioria destinados aos funcionários do Estado, sendo que o financiamento destes realizava-se entre os órgãos públicos destinatários da obra e as empreiteiras. Campos, em concordância com as citações de Gouvêa (1995), define que:

O processo de produção da mercadoria habitação realiza-se em série [...] e sua apropriação, pelo fato de as unidades habitacionais estarem destinadas a segmentos específicos da sociedade, se processa com grande homogeneidade interna. Tais aspectos têm grande significado no que se refere à segregação residencial, pois desde a formação deste espaço, registra-se uma maior diferenciação dos padrões habitacionais para os diferentes segmentos sociais, assim como sua seletivização (CAMPOS, 1991, p. 112).

O controle exercido pelo Estado na seletivização do espaço revela-se nos dizeres de um dos diretores da NOVACAP na época, quando o Estado afirma que deputados e senadores teriam prioridade na escolha das residências, seguido então dos demais funcionários públicos federais, de acordo com os seus cargos e funções (OLIVEIRA, 1987, p. 132), o que reforça a seletivização pela divisão econômica e social do espaço e pela divisão técnica.

Existia ainda um sistema de pontos, que acabava por determinar o merecimento e a locação dos funcionários da NOVACAP a se estabelecerem no Plano Piloto. Dessa forma, o tempo de exercício, salário, número de dependentes e cargo exercido determinavam as pontuações a serem preenchidas para o merecimento das moradias (CAMPOS, 1988, p. 76).

Com a inauguração de Brasília, em 1960, e o surgimento de um governo de oposição, ocorre uma paralisação da indústria de construção civil, diminuindo a oferta de emprego no setor; porém, ocorre também um acentuado crescimento populacional migratório, que pressiona por moradias (CAMPOS, 1991, p. 103).

A demanda por habitação gerada pelos migrantes é então articulada na criação das cidades-satélites (PELUSO, 2003, p. 10), que se davam por estas pressões populares por moradia e forjavam ocupações irregulares e assentamentos formalizados pelo Estado. Por

meio de um discurso sanitaria²³ do Estado, as cidades-satélites eram concebidas distantes do Plano Piloto, o qual por sua vez concentrava os empregos e serviços (VIANNA, 2005, p. 31), gerando então a fragmentação do tecido urbano de Brasília. Assim, “nesta fase, a modelagem de expansão inspirada na manutenção da cidade central já apresentava alguns ajustes, mas ainda era um forte condicionante da ocupação” (BRITO, 2009, p. 32).

O citado submercado imobiliário de “alta produção” estagna-se, sendo o momento marcado pela existência de um sistema de prestações efetuado pelo Estado para as populações reassentadas nas cidades-satélites, que, não conseguindo arcar com os custos advindos das valorizações, obtêm renda fundiária mediante sublocação dos terrenos (CAMPOS, 1991, p. 104), reforçando o processo de segregação.

Como expressão germinal deste processo de seletivização espacial em Brasília tem-se a Cidade Livre, que representou um movimento de resistência popular frente às determinações locacionais do Estado, ao ordenar a extinção dessa ocupação e transferência dos moradores para outras localidades.

A Cidade Livre – atual Núcleo Bandeirante –²⁴ era neste sentido uma cidade provisória, formada no início da construção de Brasília, em 1956, que deveria ser removida na inauguração da nova capital federal. A localidade era neste período definida pelo Estado como local de abrigo dos operários da construção civil, e portava-se como local de abastecimento, concentrando o comércio daquele período. Esta denominação devia-se à ausência de taxaço de impostos e tributos para os produtos comercializados no local, bem como para as moradias. O movimento popular de resistência à remoção da localidade, associado aos interesses de uma forte associação comercial presente (BRITO, 2009, p. 116), acabou culminando na regularização da localidade, no ano de 1964 (GOUVÊA, 1995, p. 67).

Partindo deste ponto, é-se capaz de desmistificar que o controle estatal é capaz de frear o processo de segregação. É justamente a ação monopolista do Estado enquanto controlador e promotor da configuração espacial de Brasília que acentua o processo de segregação neste momento, uma vez que este promove a seletivização espacial (CAMPOS, 1988, p. 6) e a realização da terra como mercadoria.

O plano urbanístico de Brasília atuava então como um instrumento de controle social do Estado e promulgava a funcionalidade técnica dos espaços, e em conflito com o dinamismo dos processos sociais acabava por acentuar o processo de segregação

²³ Cria-se neste período a Comissão Permanente de Controle e Remoção de Favelas (BRITO, 2009, p. 32).

²⁴ A regularização da Cidade Livre como Núcleo Bandeirante se deu no ano de 1964 por meio do projeto de lei nº 4.020, apresentado ao Senado Federal pelo Deputado Breno da Silveira (GOUVÊA, 1995).

(VESENTINI, 1986, p. 148). Conforme aponta Campos (1988, p. 95), “a terra urbana em Brasília, ao contrário do que fora previsto no Plano original, tem se constituído num dos fatores mais importantes acentuadores da segregação”.

Com a instauração de um regime autoritário em 1964, e principalmente a partir da década de 1970, uma nova dinâmica territorial é constituída no Distrito Federal. As construções são retomadas²⁵ com a transferência de órgãos públicos para Brasília e representações diplomáticas, que ainda estavam presentes na antiga capital, Rio de Janeiro.

No ano de 1973, é criada a TERRACAP,²⁶ a fim de realizar o gerenciamento das terras públicas antes promovido pela NOVACAP. O monopólio fundiário continua então em mãos do Estado e uma forte repressão é lançada às ocupações informais, por um governo então autoritário, que as impelia para locais cada vez mais distantes do Plano Piloto (BRANDÃO, 2013, p. 79).

O surgimento germinal do mercado imobiliário se dá no âmbito do financiamento do SFH ao poder público, mas também à iniciativa privada, que possibilitava então o surgimento germinal de construtoras (VIANNA, 2005, p. 32).

Assim, a TERRACAP neste momento já passa a oferecer projeções²⁷ para incorporadoras²⁸ do mercado imobiliário que se formava, e dificulta o acesso da população de baixa renda à moradia, uma vez que a oferta destinada a esta população era capturada pela compra e pelo processo especulativo exercidos pelo mercado imobiliário em formação (BRANDÃO, 2013, p. 84). Imperam neste momento duas lógicas: a de um submercado de conjuntos habitacionais populares, e a de um submercado concorrencial que se opera por meio de pequenas e médias empresas imobiliárias (CAMPOS, 1991, p. 109).

A continuidade do monopólio fundiário, por parte do Estado, possibilita a construção de habitações populares pela SHIS, e permite também, por outro lado, a reserva de vazios urbanos. Estes vazios, dotados de infraestrutura, localizavam-se então entre ocupações irregulares e o Plano Piloto, e permitiam à TERRACAP o acúmulo de capital imobiliário

²⁵ Neste momento, constrói-se o Lago Sul e as suas pontes de ligação à área central, diversos blocos residenciais na Asa Sul do Plano Piloto, assim como residências populares financiadas pela Sociedade de Habitações de Interesse Social (SHIS) mediante o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) (CAMPOS, 1991, p. 106).

²⁶ Primeira empresa pública direcionada ao mercado imobiliário no Brasil (BRANDÃO, 2013, p. 85).

²⁷ Neste período, a TERRACAP oferecia projeções às incorporadoras em diversas áreas do Plano Piloto e áreas de expansão no Guará, Gama, Sobradinho e Ceilândia (BRANDÃO, 2013, p. 85).

²⁸ Segundo Campos (2003, p. 39), o capital incorporador atuante nas incorporadoras age na aquisição do terreno, aprovação do projeto, operação de empréstimo, agenciamento imobiliário das vendas antecipadas do bem imobiliário, contratação da firma construtora e, ainda, na finalização do empreendimento, quando da entrega de todas as unidades imobiliárias.

especulativo (VIANNA, 2005, p. 32), substantivados pela valorização gerada por suas localizações.

O período é marcado ainda pelo surgimento do transporte de massa e vias de ligação interligando as cidades-satélites existentes ao Plano Piloto, o que torna possível o surgimento de novos aglomerados urbanos (BRITO, 2009, p. 191), os quais se aproveitam das infraestruturas construídas na rede urbana em construção.

Assim, até a década de 1980, a política habitacional praticada no Distrito Federal era marcada pelo oferecimento de projeções da TERRACAP para incorporadoras do mercado imobiliário, pela criação de reserva de vazios urbanos pela TERRACAP e pelo financiamento do Banco Nacional da Habitação (BNH) à construção de moradias voltada para a população de baixa renda. Posto que a dinâmica habitacional era assinalada pela convivência do Estado às práticas do mercado imobiliário, privilegiava-se a população de renda média e alta, e, ao mesmo tempo, as populações que criavam ocupações irregulares nas proximidades do Plano Piloto eram removidas para locais periféricos.

Deste modo, criam-se loteamentos urbanos nas áreas limítrofes do Distrito Federal, voltados para a absorção da população de menor renda, não atendida pelo mercado imobiliário seletivo de Brasília (CAMPOS, 2003, p. 40). Estima-se um total de 70 mil habitantes vivendo em favelas neste período, conforme figura a seguir:

Tabela Nº 2 - Distrito Federal – Favelas (1982)

Região Administrativa	Nº de Invasões	Nº de Barracos	Nº de Pessoas
Brasília	37	5.373	37.611
Gama	04	356	2.492
Taguatinga	10	2.943	20.601
Sobradinho	02	472	3.304
Planaltina	17	892	6.244
Total	70	10.036	70252

Fonte: GEPAFI/Governo do Distrito Federal

**Figura 10: Distrito Federal – Favelas (1982)
(CAMPOS, 2003).**

No período seguinte, já no final da década de 1980, o Distrito Federal, com a sua autonomia administrativa, passa a reforçar uma nova dinâmica territorial espreada e conurbada (FREITAS, 2013, p. 45).

O monopólio fundiário por parte do Estado é gradativamente distribuído para um dito mercado imobiliário, que, enfim constituído, opera-se de forma oligopolista (CAMPOS, 1991, p. 111), e que, operado pelo capital incorporador, possui além de renda fundiária também retornos financeiros baseados em seu lucro composto (CAMPOS, 2003, p. 42).

Com a decadência do SFH e a extinção do BNH, em 1987, o período é marcado por um acentuado processo de urbanização (VIANNA, 2005, p. 32), gerado por contingentes migratórios.

Criam-se novas áreas urbanas para a classe média e, somada a esta conjuntura, dá-se ainda uma política de doação de lotes semiurbanizados para a população de baixa renda, que configurava um quadro de irregularidade na ocupação do Distrito Federal (CAMPOS, 2003, p. 46). Esta política de doação de lotes se insere no âmbito da atuação política do então Governador Joaquim Roriz, de 1988 a 1990, e posteriormente de 1991 a 1995, o qual intentava, por meio de uma estratégia política, a criação de um curral eleitoral (BRITO, 2009, p. 33), ou seja, concebendo a política habitacional enquanto intermediação de interesses particularistas.

Ainda neste período, é destacada, enquanto ação estatal de interesse particularista, a atuação da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal (FZDF), com alta taxa de distribuição irregular²⁹ de concessão de uso de diversas áreas públicas rurais do quadrilátero, que associa-se ao processo de autosegregação praticado pela classe média e média-alta na criação dos condomínios horizontais fechados (BRANDÃO, 2013, p. 94).

Neste período, a conjuntura anterior, que caracterizava a política de regularização fundiária como exceção, é substituída por uma nova política permissiva neste sentido, por meio da Lei nº 54 de 1989 (BRANDÃO, 2013, p. 91). Assim, o período é perpassado pela consolidação de um mercado informal de terras, voltado principalmente para as camadas média e média-alta da população, o que gerava ganhos para os diversos agentes envolvidos: Estado, empreendedores de terras particulares, grileiros e compradores (BRANDÃO, 2013, p. 107).

A partir de 1995, no governo de Cristovam Buarque, que se estende até 1998, a política habitacional do Distrito Federal perpassa uma estagnação gerada por articulações

²⁹ Questionada pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Terra, de 1991.

políticas do ex-governador Joaquim Roriz³⁰ (SILVA, 2007, p. 41), que incidem na crise organizacional e financeira do IDHAB.³¹

A gestão de Cristovam Buarque no que se refere à política habitacional não contém o crescimento desordenado de assentamentos informais (SILVA, 2007, p. 41) e condomínios irregulares (PDOT, 2007, p. 68), já existentes na conjuntura anterior, marcada pela doação de lotes semiurbanizados para a população de baixa renda no governo de Joaquim Roriz, concessão de uso de áreas rurais pela FZDF, que se configuraram como condomínios fechados, existência de um mercado informal de terras e ainda pela existência de uma política estatal permissiva à regularização fundiária por meio da Lei nº 54 de 1989.

Assim, a ocupação do Distrito Federal é realizada neste período em maioria como dispersão, ou seja, principalmente pelo parcelamento de glebas rurais, de propriedade pública ou privada, desconectadas dos núcleos urbanos já consolidados, em unidades de menor dimensão (PDOT, 2007, p. 69).

A gestão subsequente de Joaquim Roriz, de 1999 a 2006, também é assinalada pela política de distribuição de lotes aprofundando a problemática habitacional do Distrito Federal (SILVA, 2007, p. 42).

Deste modo, a capital vai sendo explodida,³² dependente economicamente da concentração³³ de trabalho e serviços no Plano Piloto (PAVIANI, 2010, p. 228), ao passo que a mercantilização do espaço de Brasília é operada também por um mercado imobiliário, o qual, sendo seletivo, contribui ainda mais para a diferenciação.³⁴ Mesmo a ocupação não se dando mais de forma polinucleada, “a população mais pobre continua residindo nas áreas periféricas, que crescem significativamente” (FREITAS, 2013, p. 45).

Assim, os idos de 1960 são marcados pelo monopólio fundiário estatal, que privilegiava as camadas funcionais a partir de um plano urbanístico e expulsava as populações

³⁰ As ações de Joaquim Roriz foram realizadas no sentido de colocar grande parte da terra urbana do Distrito Federal com valor comercial como garantia aos bancos para as obras do metrô. Desta forma, o sucessor, Cristovam Buarque, ficaria impedido de realizar oferta de lotes (SILVA, 2007, p. 41).

³¹ O órgão ficou sem receber recursos durante 19 meses e diversos técnicos responsáveis foram exonerados. Foram trazidos novos técnicos de São Paulo, que pouco conheciam sobre as especificidades da problemática habitacional do Distrito Federal, e que passaram a coordenar o desenvolvimento habitacional local (SILVA, 2007, p. 41).

³² Atualmente, o Distrito Federal possui 31 Regiões Administrativas (FREITAS, 2013, p. 43).

³³ Estima-se que 44,25% dos postos de trabalho do Distrito Federal concentram-se no Plano Piloto, juntamente ainda com 6,99% de postos de trabalho ocupados por trabalhadores que possuem mais de um emprego, aumentando este percentual para 51,24% (FREITAS, 2013, p. 44).

³⁴ Do total de 745 domicílios particulares do Distrito Federal, 285 mil são alugados/cedidos e 31 mil encontram-se desocupados (PNAD, 2009), ao passo que o déficit habitacional é de 106 mil unidades (MCidades, 2013). O maior componente deste déficit é a coabitação (45%), seguido do ônus excessivo de aluguel (40,2%), domicílios precários (7,9%) e adensamento (7%) (MCidades, 2013).

de baixa renda para as cidades-satélites. Com a instauração do regime autoritário em 1964, a conivência do Estado, intermediada pela TERRACAP, às práticas de incorporadoras do mercado imobiliário privilegiava a população de renda média e alta, e ao mesmo tempo as populações de baixa renda³⁵ eram ainda expulsas para locais periféricos, enquanto a TERRACAP criava vazios urbanos com valorização especulativa próximos ao Plano Piloto. Com a autonomia administrativa em 1988 e a consolidação do mercado imobiliário, áreas urbanas eram criadas para classe média. Concomitantemente, áreas rurais eram distribuídas de forma irregular para a classe média e média-alta pela FZDF, iniciando o fenômeno dos condomínios horizontais fechados, que era reproduzido devido a uma política permissiva à regularização destas ocupações e gerando, portanto, um mercado informal de terras. Os contingentes de baixa renda em ocupações irregulares eram então abarcados por uma política estatal eleitoreira, que atuava na doação de lotes, como forma de o Estado administrar o problema habitacional recorrente. A estagnação da política habitacional durante a primeira metade da década de 1990, seguida da política de distribuição de lotes também realizada até 2006, apenas retroalimenta esta problemática.

Considera-se neste sentido que a política territorial exercida pelo Estado atua, assim como na própria concepção e construção de Brasília, como uma intermediação do processo de acumulação capitalista no espaço construído. Acentua-se dessa forma o conflito entre a valorização seletiva e o dinamismo da vida social, dando continuidade à fragmentação do espaço urbano de Brasília.

Posto que Brasília surge enquanto passo lógico do processo de acumulação capitalista do Brasil, a cidade possibilita a direção dos fluxos financeiros para o interior do país e maior integração nacional. O Estado, por meio de sua política territorial, subsidia a expansão do capital. Este caráter permanece em sua concepção, construção e materialização do espaço, onde as bases materiais são constituídas pelo duplo movimento de homogeneização e segregação. Pensa-se então que as escolhas de localização residencial são operadas pela valorização seletiva do espaço urbano, que, sendo condição para a reprodução capitalista, é (re)produzido de forma desigual a partir dos diferentes padrões de consumo.

Primeiramente, sob o que se entende ser uma segregação programada (CARLOS, 2007, p. 96), por meio do monopólio fundiário do Estado, as escolhas de localização residencial são efetuadas por este Estado no sentido técnico e funcional, baseadas em um plano urbanístico, e privilegia-se o Plano Piloto, núcleo central, como local de abrigo das

³⁵ Um total de 70 ocupações irregulares de baixa renda é contabilizado no ano de 1982 no Distrito Federal (CAMPOS, 2003).

classes dominantes e do acúmulo de trabalho e incorporação de capital. O dinamismo da vida social, com a pressão popular por moradias, incide na criação de diversas cidades-satélites, distanciadas intencionalmente do centro, a exemplo do Núcleo Bandeirante, que dão um caráter polinucleado à Brasília.

Posteriormente, sob o que se entende ser uma segregação espontânea e também voluntária (CARLOS, 2007, p. 96), a articulação do Estado às incorporadoras do mercado imobiliário, a criação de vazios urbanos próximos ao Plano Piloto e a regularização de condomínios de classe média e média-alta reforçam a seletivização espacial e a valorização da área central da cidade, assim como a sua própria contradição: a segregação das camadas de baixa renda, que, englobadas por uma política habitacional a qual ignora a função social da moradia, subjugando-a à função econômica, revela o conflito entre a hegemonização do capital e o dinamismo da vida social. Assim, as decisões locacionais lançadas pelo Estado e pelo mercado imobiliário formal e informal, que privilegiam as classes média e média-alta, disseminam o conflito com os demais agentes sociais, ou seja, com a própria dinâmica da vida social.

As escolhas de localização residencial dirigidas aos grupos sociais excluídos³⁶ estruturam, de fato, o espaço urbano; porém, dão-se de modo vertical, a partir de determinações provenientes do próprio conflito entre valor de uso e valor de troca da moradia. A moradia, ao ser mercantilizada de maneira seletiva, revela a sua contradição na formação de ocupações irregulares realizadas pelas parcelas da população de baixa renda, que não possuem acesso formal à terra, posto que a função social da moradia é subjugada à função econômica.

Destarte, o mercado imobiliário distribui a população baseando-se na racionalidade da propriedade privada. Tanto as classes de baixa renda quanto as de alta renda são capturadas pelo mercado imobiliário, que comercializa o solo urbano como mercadoria, visando, por meio da produção imobiliária, à realização do capital financeiro, conforme aponta Carlos (2007, p. 97). Sendo assim, conforme mencionado, a segregação se efetua em segregação residencial, na qual o ato de morar denuncia a forma como o processo de segregação se espacializa, seja de forma espontânea seja programada, em que as escolhas de localização, determinadas pelas classes dominantes, influem nas (não) escolhas assumidas pelas classes dominadas.

³⁶ O índice de Gini aponta uma desigualdade de distribuição de renda de 61,95% para o Distrito Federal, valor superior ao encontrado na região e no país (IPEA, 2012) e ainda uma concentração de pouca distribuição de renda nas Regiões Administrativas mais pobres (CAMPOS, 2003, p. 117).

4.3 Contextualização socioeconômica da Vila Cauhy

Haja vista os processos do passado engendram formas no presente, as quais, indissociáveis de seus conteúdos, sujeitam-se ao passado e virtualizam-se no futuro, pensa-se a Vila Cauhy neste sentido como uma forma-conteúdo associada ao processo de seletivização espacial perpassado por Brasília, que, por sua contradição inerente, fragmenta e explode a cidade, gerando o seu polinucleamento, no qual o processo de segregação espacializa-se na segregação residencial.

A Vila Cauhy encontra-se situada no Núcleo Bandeirante, Região Administrativa, com um conjunto de características estruturais que englobam residentes de classe média (PDAD, 2013), apresentando fortes disparidades socioeconômicas em relação ao mesmo, e revelando assim a complexa heterogeneidade do espaço urbano de Brasília.

Para realizar a contextualização socioeconômica da Vila Cauhy, baseia-se, dentre outras fontes, nos estudos técnicos para a regularização fundiária, realizados em 2009 pela empresa particular Topocart a pedido do GDF, sendo estes o Plano de Uso e Ocupação do Solo (TOPOCART, 2009a), o Relatório Complementar Socioeconômico (TOPOCART, 2009b) e o Relatório de Impacto de Vizinhança (TOPOCART, 2009c).

4.3.1 Histórico da ocupação

A nomenclatura da Vila Cauhy é proveniente do apoio do Deputado Distrital Jorge Cauhy,³⁷ o qual, no âmbito de sua atuação política, foi um dos agentes ativos para a sua ocupação e permanência (DISTRITO FEDERAL, 2000). Intenta-se nesta hipótese articular o seu apoio à permanência da localidade como moeda eleitoral, posto que o mesmo era partidário da gestão do então Governador Joaquim Roriz, que, conforme mencionado, atuava na doações de lotes semiurbanizados para a população de baixa renda como moeda eleitoral.

Enquanto descaracterização do parcelamento oficial do Núcleo Bandeirante, a Vila Cauhy situa-se na localidade há mais de 40 anos (FREITAS, 2011) e possui território equivalente à ¼ desta Região Administrativa (VILLEROY, 2011, p. 9). Segundo o Plano de Uso e Ocupação do Solo da Vila Cauhy (TOPOCART, 2009a), a população atual é de 1.514 habitantes, com uma densidade bruta de 52,2hab/Ha.

³⁷ Jorge Cauhy exerceu 4 mandatos de Deputado Distrital e atuou como fundador e presidente da Associação Comercial do Núcleo Bandeirante, e como diretor da Associação Comercial do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2000).

O Plano de Uso e Ocupação do Solo da Vila Cauhy (TOPOCART, 2009a) indica que a área foi ocupada na década de 1980 pelo Clube de Regatas do Guará³⁸ e por várias chácaras com concessão de uso rural cedido pela FZDF. Indica-se que a ocupação foi iniciada próxima ao entroncamento da EPIA com o balão de acesso ao Setor de Mansões Park Way e ao Núcleo Bandeirante, por ser uma área com melhores condições geotécnicas e de acessibilidade. O adensamento se deu ao longo do tempo em direção ao córrego Riacho Fundo, inclusive em faixas de domínio das rodovias e vias circundantes (EPIA e Via NB3). A expansão da área ao norte não se efetuou devido à resistência dos ocupantes das chácaras ao parcelamento irregular do solo.

Conforme a planta geral do Núcleo Bandeirante – PR 1/1, de 01/12/1965 –, Mello (2008, p. 194) aponta que a configuração espacial inicial da área, onde se localiza a Vila Cauhy atualmente, caracterizava-se pelo parcelamento em dezoito chácaras dos espaços ribeirinhos da Região Administrativa do Núcleo Bandeirante, sendo que somente a área em cinza claro submetia-se à destinação “área a ser urbanizada” (termos grafados na planta):

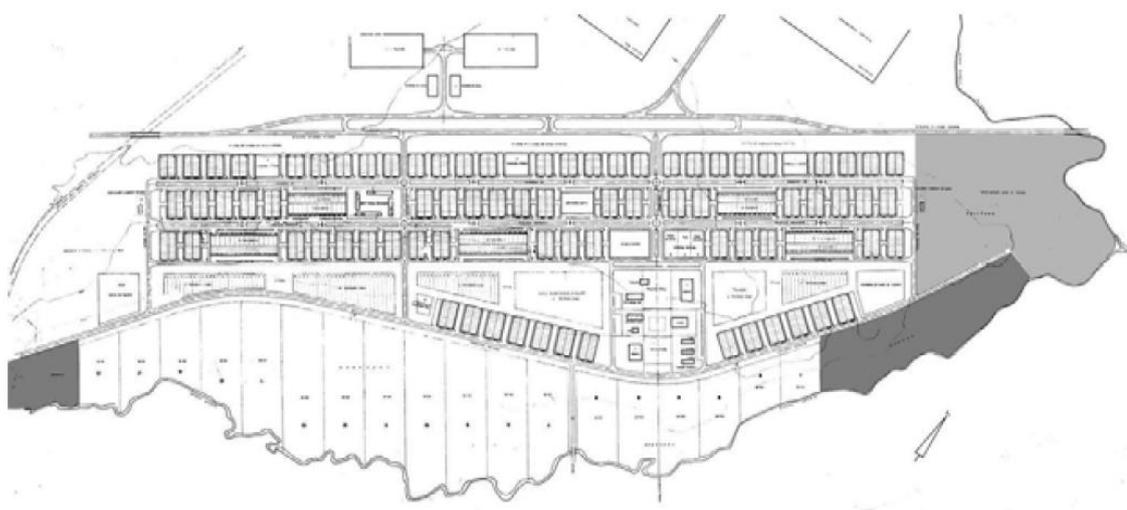


Figura 6.4. Planta geral do Núcleo Bandeirante, PR 1/1, de 1965.

Figura 11: Planta geral do Núcleo Bandeirante, PR 1/1, de 1965 (MELLO, 2008).

³⁸ A situação fundiária da Vila Cauhy indica que a maior parte da área encontra-se inserida na matrícula nº 11.621, que pertence ao Clube de Regatas Guará, o qual é objeto de ação revocatória de doação proposta pela TERRACAP em 19/08/2008, processo nº 2008.01.1.105664-6, em curso na Vara do Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF. O restante da área localiza-se no remanescente do Imóvel Gama, desmembrado do Município de Luziânia (GO), e incorporado ao território do Distrito Federal, em terras adquiridas, incorporadas ao patrimônio da TERRACAP (TOPOCART, 2009a). Em consulta ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), a autora constatou que a área foi devolvida à TERRACAP em sentença de 09/12/2009 do referido processo; porém, este ainda encontra-se em andamento, uma vez que o Clube de Regatas Guará ainda não efetuou o pagamento dos débitos devidos à TERRACAP, conforme sentença de 16/03/2015.

Conforme citado, o estudo técnico da empresa particular Topocart, a pedido do GDF para a regularização fundiária da Vila Cauhy (TOPOCART, 2009a) aponta que a ocupação da localidade se deu na década de 1980 pelo Clube de Regatas do Guará, o qual recebeu a doação de terras pela TERRACAP no referido período, e ainda por várias chácaras com concessão de uso rural cedido pela FZDF.

Ao passo que o Clube de Regatas Guará não chegou a efetivar a construção de um estádio preterido em sua doação pela TERRACAP, considera-se então que, em um primeiro momento, a localidade configurava-se na forma de chácaras, cujo uso era rural.

Importante destacar que, embora a localidade tenha permanecido com a configuração de chácaras da década de 1960 a 1980, a dinâmica espacial do Núcleo Bandeirante perpassava desde a década de 1960³⁹ – tendo intensificação na década de 1980 – o parcelamento das áreas próximas ao Ribeirão Riacho Fundo, que visava atender às demandas por lotes. Segundo o mapa a seguir, na área destinada ao Clube de Regatas Guará (F), deu-se a ocupação irregular da Vila Cauhy (MELLO, 2008, p. 198), que se considera parte também deste processo de ocupação das áreas ribeirinhas do Núcleo Bandeirante, pela impressão de habitabilidade que o acesso à água confere às ocupações informais,⁴⁰ conforme pode ser observado a seguir:

³⁹ Em 1969, criou-se o parcelamento denominado Áreas Especiais (G); em 1982, a Vila Divinéia (A); e, em 1986, o Setor de Oficinas (E). Na porção leste, foram criadas as chácaras da Colônia Agrícola Bandeirante 2 (H) (MELLO, 2008, p. 198).

⁴⁰ A proximidade da Vila Cauhy ao Ribeirão Riacho Fundo concede à localidade a presença de um solo hidromórfico e de lençol freático próximo à superfície (TOPOCART, 2009a), sobre os quais os moradores relataram a criação de poços artesianos para obtenção de água.

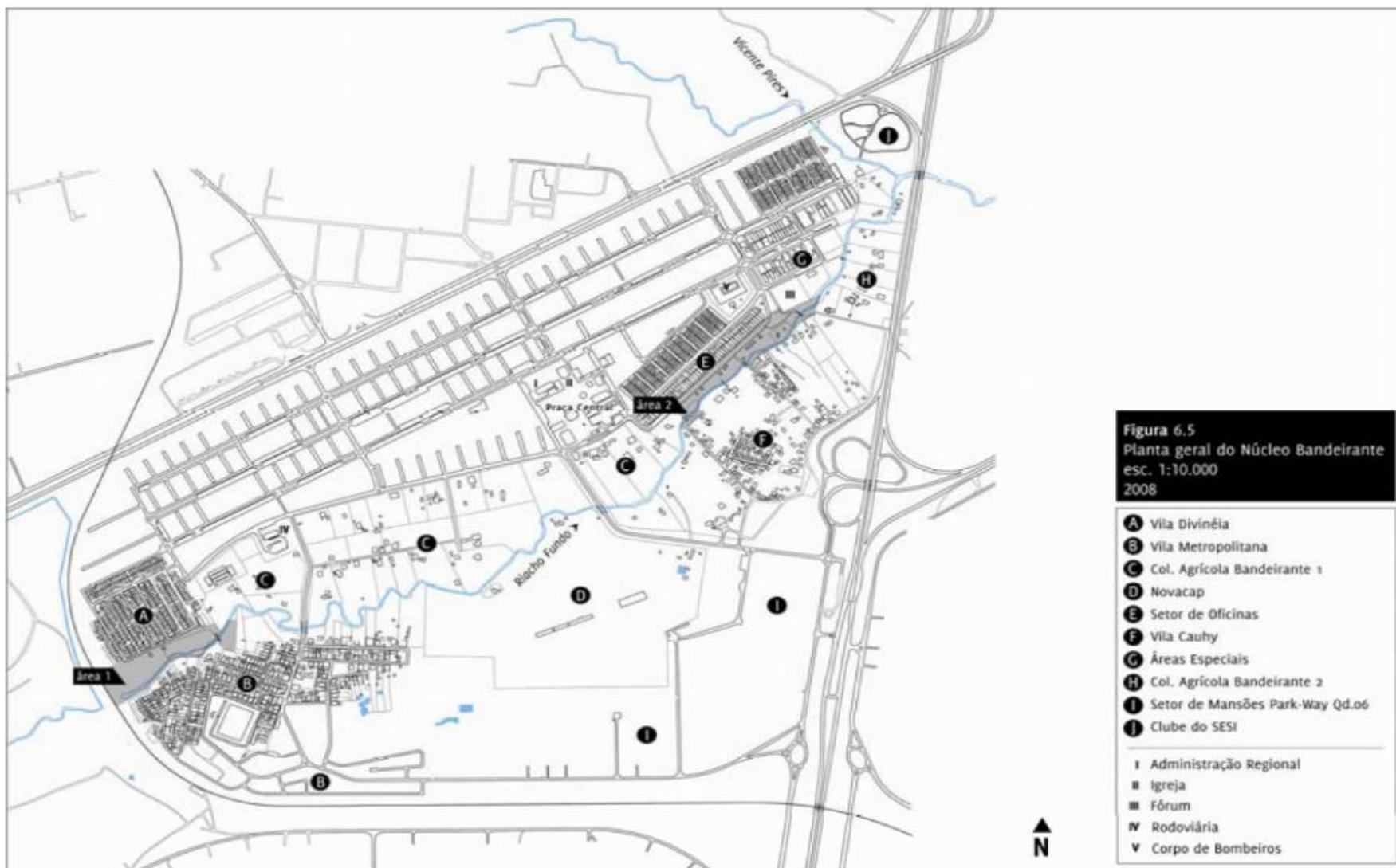


Figura 12: – Planta geral do Núcleo Bandeirante (MELLO, 2008).

Assim, a configuração inicial da área referente à atual Vila Cauhy, que se caracterizava pela existência de chácaras, passa a ser transplantada progressivamente por uma ocupação de caráter urbano, pela densidade e predominância do uso do solo como residencial, caracterizando-se assim como um assentamento urbano informal.

A ocupação se dá inicialmente a partir de 1991, próxima ao balão da EPIA (DF-003), e intensifica-se aproximadamente a partir do ano de 1997, totalizando 60 edificações neste período (Apêndice G). Esta intensificação pode ser visualizada a seguir através do mapeamento realizado pela autora a partir das imagens de aerofotogrametria disponibilizadas pela SEDHAB:

Vila Cauhy - Fotografias Aéreas (1965 a 1997)
Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano (Sedhab)

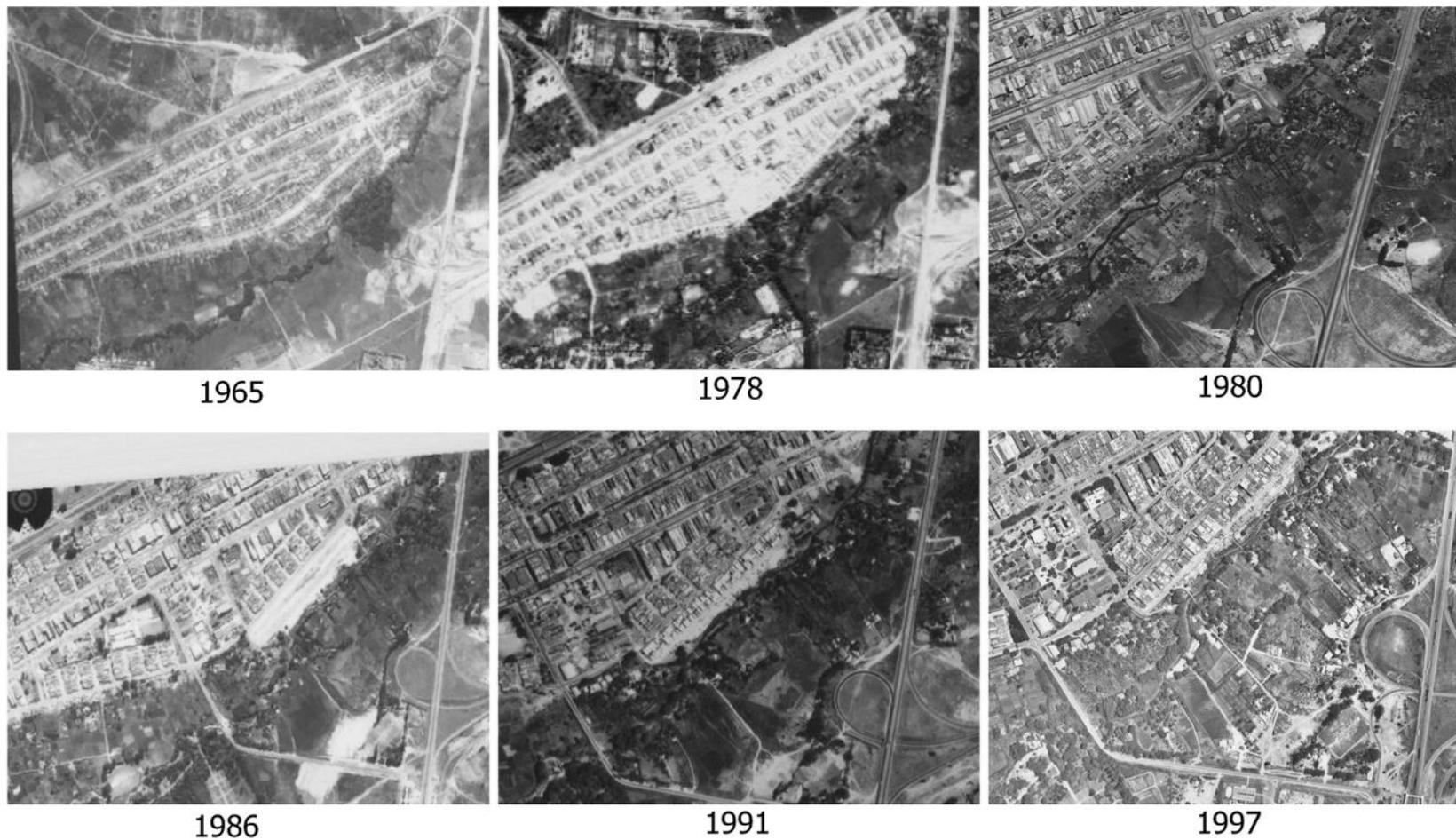


Figura 13: Vila Cauhy – Fotografias Aéreas (1965 a 1997) – SEDHAB (Elaboração da autora, 2014).

Pensa-se que a ocupação urbana, a qual se dá principalmente a partir do ano de 1991, está associada à problemática do Distrito Federal neste período, marcada por um acentuado processo de urbanização, por uma política de interesses particularistas de doação de lotes semiurbanizados para a população de baixa renda pelo então Governador Joaquim Roriz, governo no qual Jorge Cauhy era partidário, e por uma nova política permissiva à regularização fundiária por meio da Lei nº 54 de 1989.

A intensificação desta ocupação, principalmente a partir do ano de 1997, associa-se também à problemática do Distrito Federal neste período, frisada pela estagnação das políticas habitacionais e crescimento desordenado de assentamentos informais e condomínios irregulares na gestão de Cristovam Buarque. O período é marcado por uma ocupação do tipo “dispersão” no Distrito Federal, sobretudo, pelo parcelamento de glebas rurais, de propriedade pública ou privada, desconectadas dos núcleos urbanos já consolidados, em unidades de menor dimensão. A Vila Cauhy, apesar de estar de certo modo conectada ao núcleo urbano do Núcleo Bandeirante, perpassa esta problemática, que é reforçada na posterior gestão de Joaquim Roriz, de 1999 a 2006, com a continuidade da política de distribuição de lotes para a população de baixa renda.

4.3.2 Características da ocupação atual

A localidade não possui regularização fundiária, sendo considerada um assentamento urbano informal. A predominância de uso do solo é de habitação unifamiliar, com presença pouco expressiva de uso rural (chácaras) e comércio de pequeno e médio porte (TOPOCART, 2009a). Uma parcela de 90% dos moradores afirma possuir residência própria (TOPOCART, 2009b), ressaltando-se a irregularidade da área. Um percentual de 56% dos domicílios possui 4 ou mais ocupantes por residência. A maioria dos moradores (57%) são procedentes do próprio Distrito Federal, sendo que 52% residem há mais de 15 anos no Distrito Federal. Um percentual de 21% reside na Vila Cauhy há mais de 15 anos ou desde que nasceu (TOPOCART, 2009b).

Em relação aos projetos governamentais, segundo o PDOT, a Vila Cauhy situa-se na ZUEQ, entre áreas predominantemente habitacionais de classe média e alta (Núcleo Bandeirante e Setor de Mansões Park Way) (TOPOCART, 2009a). A área é tratada como ZEIS segundo o Estatuto da Cidade.⁴¹ A regularização da localidade encontra-se amparada no

⁴¹ BRASIL, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Programa Federal *Minha Casa, Minha Vida*,⁴² que justifica legalmente a permanência dos moradores na localidade (TOPOCART, 2009c).

4.3.3 Acessibilidade viária e mobilidade intraurbana

Apesar de apresentar uma separação viária do Núcleo Bandeirante e dificuldade de circulação entre este e a Vila Cauhy, em termos de inserção na rede viária do Distrito Federal, a Vila apresenta privilegiada localização e alta acessibilidade viária. A maior parte da população da Vila Cauhy declara deslocar-se diariamente para trabalhar e por outros motivos (compras, utilização de serviços, estudo) ao Plano Piloto e ao Núcleo Bandeirante (TOPOCART, 2009a).

Em relação ao Núcleo Bandeirante, o trajeto é realizado pela Via NB3 e pela beira do córrego Riacho Fundo, onde a circulação veicular é interrompida, existindo apenas a ligação pedestre com o Setor de Oficinas do Núcleo Bandeirante através de pontes de condição precária (TOPOCART, 2009a).

Localiza-se próxima do Plano Piloto, à margem da DF003/EPIA, na altura do entroncamento com a DF025/EPDB (Estrada Parque Dom Bosco); sentido Núcleo Bandeirante – Candangolândia – Plano Piloto – Saída Sul. Também possui acesso viário pelas rodovias DF025/EPDB, DF051/EPGU (Estrada Parque do Guará) e DF075/EPNB (Estrada Parque Núcleo Bandeirante), configurando uma situação de alta acessibilidade viária (TOPOCART, 2009a), conforme pode ser visualizado a seguir:

⁴² BRASIL, Medida Provisória nº 459, de 25 de Março de 2009.

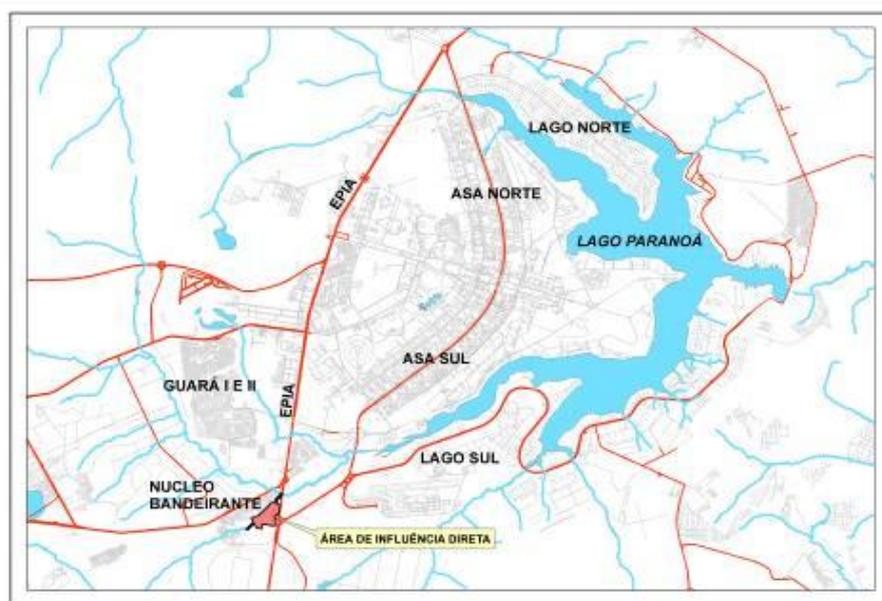


Figura 14: Localização da área da Vila Cauhy – Relatório de Impacto de Vizinhança da Vila Cauhy (TOPOCART, 2009c).

4.3.4 Perfil socioeconômico

Mesmo considerando-se que a maioria da população possui baixa renda (61%), em um quadro geral, a renda média da população da Vila Cauhy divide-se em dois distintos grupos. Um percentual de 5% possui renda média familiar inferior a 400 reais, seguidos de 27% inferior a 500 reais, 29% ganham até 1.000 reais e um percentual de 30% apresenta renda média familiar superior a 1.000 reais. Estes perfis socioeconômicos associam-se às condições de moradia da população (TOPOCART, 2009a).

O percentual de baixa renda (61%) reside em áreas de alta vulnerabilidade ambiental e baixa acessibilidade viária e à infraestrutura e serviços, em domicílios de tamanho reduzido e com coexistência de diferentes famílias em uma mesma unidade habitacional, tendo, em sua maioria, mais de 4 habitantes por domicílio. O percentual de renda superior a 1.000 reais (30%) configura-se por sua vez como uma classe média e média-alta, e concentra-se nas áreas das antigas chácaras localizadas na faixa de frente para a EPIA e à Via NB3. Este percentual reside em lotes grandes, com mais de 1.000m², com padrões construtivos superiores ao grupo de baixa renda, possuindo domicílios de 150m², em alvenaria, com garagem e em alguns casos com piscina⁴³ e outras edificações complementares. Possuem maiores índices de atendimento dos serviços públicos do que o grupo de baixa renda (TOPOCART, 2009a).

⁴³ Em mapeamento realizado pela autora (Apêndice F), constatou-se que 1,3% dos domicílios da Vila Cauhy possuem piscina.

4.3.5 Infraestrutura e serviços

A Vila Cauhy, de um modo geral, em relação ao suprimento de infraestrutura e serviços, carece de rede de esgoto, drenagem pluvial,⁴⁴ pavimentação, transporte coletivo, coleta de resíduos sólidos, endereçamento, entrega de correspondência, equipamentos comunitários básicos de saúde e educação (TOPOCART, 2009b). A população residente acessa os serviços básicos em maioria no Núcleo Bandeirante, conforme pode ser visualizado a seguir:

Tabela 05 – Equipamentos comunitários do Núcleo Bandeirante que atendem à população da Vila Cauhy.

Tipo de Equipamento Comunitário	QUANTIDADE (unidades existentes)	OBSERVAÇÕES
Centro de Saúde	01	Avenida Central do NB
Centro de Ensino Fundamental	01	CAIC JKO, via NB3, frente à Vila Cauhy.
Centro de Ensino Médio	01	C. Educacional NB 1, frente à Administração Regional.
CBMDF	01	Atrás (norte) do S. Oficinas, Ave. Central do Núcleo Bandeirante
Polícia Militar	01	SMPW
Equipamento esportivo – quadra poliesportiva	01	Localizada frente ao Setor de Oficinas, junto ao córrego.
Feira Permanente	01	Diagonal sudoeste do Setor Oficinas
Administração Regional	01	Via NB3 com Ave. Central do NB.
Fórum	01	Localizado junto a APP do córrego, limite noroeste da Vila Cauhy.
Espaço cultural - Centro Comunitário - Ginásio.	01	Localizado junto à Administração Regional NB, via NB3 com Ave. Contorno.
Casa de Apoio DF	01	Localizada junto ao Fórum.

Figura 15: Equipamentos comunitários do Núcleo Bandeirante que atendem à população da Vila Cauhy - Plano de uso e ocupação do solo da Vila Cauhy (TOPOCART, 2009a).

Somente os serviços de água e energia elétrica são fornecidos de forma regular para a maioria da população, sendo que 81% possuem abastecimento de água pela própria Rede Concessionária, porém 47% não possuem caixa d'água em suas habitações. Um percentual de 80% da população tem rede de energia elétrica regular (TOPOCART, 2009b).

Quanto à drenagem pluvial, rede de esgoto, pavimentação asfáltica, transporte coletivo e equipamentos comunitários básicos de saúde e educação os percentuais são nulos.

⁴⁴ A ausência de drenagem pluvial, somada ao solo hidromórfico da localidade, resulta em uma situação de alta instabilidade do solo e no risco de proliferação de doenças. Um percentual de 14% dos domicílios também apresenta risco de inundação (TOPOCART, 2009a).

Um percentual de 81% da população utiliza fossa sanitária, sendo que 73% não têm banheiro ligado à rede de esgoto. Em relação à coleta de lixo, apenas 2% dos moradores têm a coleta efetivamente regular e 34% possui coleta regular, porém distante do domicílio, uma vez que os caminhões de coleta não conseguem acessar as vias internas da localidade, que são estreitas. Um total de 85% não recebe correspondência em suas habitações (TOPOCART, 2009b).

5 VILA CAUHY: SEGREGAÇÃO ESPONTÂNEA E (IN)VOLUNTÁRIA

“Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, ‘únicos’.”

Milton Santos

Posto que se considera o processo de produção antes de tudo como a produção de um valor, mas também a reprodução do espaço através das relações sociais, concebe-se então o espaço não como um receptáculo, mas como produto e também produtor, como espaço geográfico, onde a ação dos agentes sociais atua intencionalmente na formação do mesmo.

Ao se pensar a vida que produz a materialidade do e no espaço, pensa-se ainda as formas indissociáveis de seus conteúdos, portanto, as formas-conteúdo, que se concretizam a partir de uma razão estrutural, mas também conjuntural. As relações sociais, ou seja, os conteúdos estabelecidos e permeados por determinada forma modificam assim a própria forma e as condições sociais na redefinição do espaço.

Deste modo, assumida a indissociabilidade entre forma e conteúdo, pensa-se, a partir da leitura geográfica miltoniana, a análise da totalidade, na qual se pensa a forma como um arranjo ordenado de objetos, criado para executar determinada função, tecida ao seu conteúdo. A intencionalidade presente na própria concepção e materialização da forma é perceptível por: sua estrutura, o modo como se organiza; por sua função, a atividade que esta forma desempenha; e ainda pelo processo que a perpassa, uma ação contínua intencional, sendo que forma, estrutura, função e processo são assim indissociáveis.

Neste sentido, segundo Santos (1977, p. 33) “não mais se pode ver as formas desprovidas da força de criar ou de determinar relacionamentos”. Posto que o espaço é também produtor, as formas modificam, dessa maneira, também as relações sociais, e opera-se um movimento contínuo de produção e reprodução no devir social.

Pensa-se que a análise do processo de segregação enquanto processo social, portanto socialmente construído, concerne ao entendimento de sua estrutura e de sua dinâmica para além da paisagem, a qual é, então, fetichista. Intenta-se deste modo depreender o processo enquanto movimento e contradição na totalidade. Admite-se que compreender este devir social é árdua tarefa, pois a espacialização dos processos se dá de distintas maneiras conforme os locais, tempos e escalas de análise pensados. Lança-se olhares, então, no que tange ao objeto empírico, ou seja, a Vila Cauhy.

Assumir que a vida social está em eterno movimento, em uma relação passado-presente-futuro, é admitir uma análise que não proponha apreender a realidade, e sim compreender a totalidade em movimento e as suas contradições, conforme foi colocado.

Considera-se que os processos sociais engendram construções e desconstruções, continuidades e descontinuidades. Neste sentido, analisam-se as especificidades presentes na Vila Cauhy, no sentido de questionar em quais aspectos esta localidade perpassa um processo de segregação, e em quais aspectos se constitui uma rugosidade espacial, questionando a permanência da forma na sucessão do tempo, e como esta forma se atribuiria de novas funções numa relação conseguinte.

Ao analisar os processos que perpassam a localidade, verifica-se que os conteúdos os quais engendram as formas presentes no espaço e observa-se também como estas formas geram novos conteúdos. Neste sentido, considera-se que a formação espacial da Vila Cauhy é reveladora de um processo da própria estruturação e também da dinâmica do espaço urbano; e busca-se assim refletir acerca da estrutura capitalista que engendra a diferenciação, no espaço e das ações dos agentes sociais, que, em interesses conflitantes, forjam na dinâmica social as formas-conteúdo.

Ao tecer reflexões acerca do processo de segregação na Vila Cauhy, conjectura-se que, por um lado, se revela um processo de segregação espontânea, própria da mercantilização da moradia.

Assim, em um primeiro momento, pensa-se que, por um lado, a Vila Cauhy perpassa um processo de segregação espontânea, que se dá pela própria contradição presente na reprodução do espaço urbano, que o forja de modo desigual, uma vez que a realização continuada do valor engendra o acesso de modo desigual ao conceber o espaço sob a lógica calcada no poder de consumo das classes sociais (CAMPOS, 1988, p. 5).

Pensa-se que a concentração de população de baixa renda (61%), o acesso precarizado à infraestrutura e serviços e a separação entre o local de trabalho e de moradia são reveladores desta face do processo na Vila Cauhy. Aqui, destacam-se os agentes sociais excluídos, os quais moram em condições cuja acessibilidade é precarizada para terem acesso à moradia e ao trabalho; e o Estado, que, ignorando a função social da moradia, posto que a subjuga à função econômica, não provê⁴⁵ a equalização de infraestrutura e serviços no tecido urbano.

⁴⁵ Relação constatada inclusive na entrevista com o Diretor de Serviços da Administração Regional do Núcleo Bandeirante.

O mercado imobiliário formal, neste sentido, ainda que não atuante na localidade, pode ser citado, pois, ao não reconhecer potencial imobiliário na área, contribui para a continuidade do processo de segregação. Reflete-se neste ponto que determinados aspectos locacionais, no sentido do impasse à construtibilidade, fazem com que o Estado e mercado imobiliário não invistam na área, e que a forma-conteúdo continue, neste sentido, apresentando-se segregada.

Por outro lado, em um segundo momento, pensa-se que a Vila Cauhy perpassa um processo de segregação (in)voluntária. Considera-se que a dinâmica do devir social e as escolhas de localização residencial abarcam um movimento que é voluntário por parte dos moradores. Este movimento, entretanto, é também involuntário, pois é constituinte de um processo de mobilidade intraurbana reduzida, dado o acúmulo de trabalho e a incorporação de capital em determinadas localidades da cidade, que influem nas escolhas de localização residencial dos moradores.

Inclui-se neste processo de segregação (in)voluntária o presente iminente e inconcluso citado por Santos (2006, p. 78). Pensa-se a acessibilidade aos postos de trabalho possibilitada pelo alto grau de axialidade⁴⁶ da localidade em relação ao Distrito Federal, e a consideração da virtualidade-futuro, no sentido do trâmite de um processo de regularização fundiária possibilitar o futuro acesso formal à terra pela população e a ação do mercado imobiliário⁴⁷ na localidade pela renovação urbana; estes fatores revelam assim este processo de segregação (in)voluntária.

Analisada a espacialização do processo de segregação, em um terceiro momento, reflexões são tecidas acerca do emprego do conceito analítico de rugosidades espaciais, no sentido de pensar a permanência da forma na sucessão do tempo, e como esta atribui novas funções numa relação conseguinte.

5.1 Segregação espontânea: a mercantilização da moradia

O processo de segregação perpassado pela Vila Cauhy revela-se relacionado à própria contradição presente na reprodução do espaço urbano, que o forja de modo desigual. Considera-se que o modo de produção capitalista e a sua sociabilidade produzem intrinsecamente as desigualdades, e que estas têm, portanto, uma espacialização, uma expressão geográfica. A expansão continuada do capital em seu processo acumulativo

⁴⁶ Considerando o tamanho reduzido da Vila Cauhy em relação ao Distrito Federal, esta apresenta forte grau de integração dos eixos de acesso, Via NB3 e EPIA/DF-003 (TOPOCART, 2009a).

⁴⁷ Posto que a caracterização de Área de Interesse Social no processo de regularização fundiária não determina o impedimento à alienação dos imóveis após efetivação do processo.

declara-se no próprio processo de urbanização, ou seja, reproduz-se o valor pela (re)produção do espaço urbano. A relação conflituosa entre este processo de hegemonização do capital e o dinamismo da vida social engendra o processo de segregação. Opera-se assim uma fragmentação da convivência urbana e do próprio tecido urbano.

O capital assume a cidade enquanto uma mercadoria, manejando-a por seu valor de troca, e promovendo assim a espacialização do acesso de modo desigual. A produção da moradia está, neste sentido, associada à produção do valor, e existe uma subjugação de sua função social, portanto, de seu valor de uso, à sua função econômica, logo, de seu valor de troca. Existe então o predomínio da função econômica no espaço.

Deste modo, a segregação é condição, mas também condicionante do processo de realização continuada do capital. Ao passo que o capital é seletivo, este atua na seletivização dos espaços que compõem o tecido urbano, ignorando as áreas com baixo potencial para a sua acumulação, e articulando as áreas potenciais em sua reprodução expandida. A diferenciação articula-se no acúmulo de trabalho e incorporação de capital, e se dá a partir da própria estrutura de reprodução da vida pela produção do valor, mas também por meio das relações sociais, nas quais os agentes sociais assumem diferentes intencionalidades, e nas quais se destaca o predomínio dos interesses dos agentes relacionados às ações econômicas no solo urbano, principalmente o Estado e o mercado imobiliário. A valorização do espaço se dá então também por meio das relações sociais, da seletivização operada pelos agentes sociais, que manobram a diferenciação por meio dos ganhos de localização.

Conforme o pensamento miltoniano, pensa-se que a totalidade representa apenas um momento da totalização em curso, e que, portanto, esta é incompleta, porque sempre busca totalizar-se. Assim, o espaço realizado, ou seja, a totalização realizada, revela-se na paisagem, e o espaço, em realização, ou seja, a totalização em curso revela-se na significação do espaço geográfico. Neste sentido, a segregação, posto que é processo, é dinâmica e apresenta continuidades e descontinuidades.

Pensa-se que, por um lado, o espaço realizado da Vila Cauhy, portanto a sua paisagem e a sua forma-conteúdo do presente, revela no devir social um processo de segregação espontânea. Entende-se que este processo é proveniente da diferenciação estrutural perpassada pela cidade, de modo inicialmente programado, mas, posteriormente, também espontâneo e voluntário, no que tange ao Distrito Federal, conforme mencionado no capítulo anterior. Dessa forma, a seletivização do espaço pelo capital opera-se em sua mercantilização, na qual este capital atribui valor às áreas potenciais para a sua expansão

continuada; e a seletivização do espaço pelas relações sociais opera-se por meio dos interesses dos agentes sociais ligados à produção da moradia articulada à produção do valor.

Ao passo que o capital, visando à sua acumulação, atribui valor às áreas potenciais à sua expansão continuada, este capital opera a seletivização do espaço através de sua mercantilização. Pensa-se que a concentração dos postos de trabalho no Plano Piloto, juntamente à valorização imobiliária⁴⁸ que se dá de modo radial em relação à centralidade que este representa – ressaltando as múltiplas centralidades da cidade –, engendram uma separação entre os locais de trabalho e moradia. Assim, revela-se, além de uma concentração dos postos de trabalho no Plano Piloto (vide mapa no Anexo 3), também uma concentração da renda domiciliar numa relação radial com esta centralidade (vide mapa no Anexo 4), portanto, um maior acúmulo de trabalho e incorporação de capital nas áreas centrais da cidade, que concentram a população a qual possui maiores níveis de renda.

O capital, compreendendo a cidade como uma mercadoria, promove a sua espacialização com acessos desiguais. Uma vez que as camadas de baixa renda não conseguem acessar as determinações impostas pela valorização do capital ao solo urbano, o dinamismo da vida social revela o seu conflito com o processo de hegemonização do capital.

Assim, no que tange à Vila Cauhy, uma população de baixa renda (61%), que não obtém acesso aos valores praticados no mercado imobiliário formal,⁴⁹ ocupa-se uma área ausente de regularização fundiária, cujo acesso à infraestrutura e serviços é nitidamente precarizado, buscando o acesso à moradia (86%) de modo informal juntamente a um maior acesso aos locais de trabalho (48%) e aos serviços disponibilizados nas áreas circundantes (27%),⁵⁰ conforme revelado nos resultados da pesquisa em campo.

Deste modo, a mercantilização da moradia, ao passo que seletiviza determinadas áreas da cidade, engendra uma diferenciação estrutural, na qual o acesso à própria cidade se dá de maneira desigual, e na qual o processo de segregação espacializa-se. O acesso

⁴⁸ Campos afirma que “(...) as incorporadores e construtoras atuantes no mercado imobiliário de Brasília concentram seus negócios no Plano Piloto, no sentido que é nessa localidade onde o capital imobiliário aufere preços acima da expectativa dada a escassez de oferta de apartamentos”. Este movimento cria um mercado imobiliário oligopolista e um cenário de elevação do valor e redução da concorrência imobiliária, em que apenas 6 empresas conseguem comprar terrenos e empreender no Plano Piloto e Setor Sudoeste (CAMPOS, 2003, p. 166).

⁴⁹ Brasília é considerada a localidade com maior custo de aluguel do Brasil (IPEA, 2007).

⁵⁰ Os questionamentos subjetivos realizados em 82% do total estipulado na amostragem também confirmam que a maioria (70%) dos moradores apresentam como motivação de escolha locacional de residência na localidade a aquisição de moradia, seguidos de 50% cujas motivações são relacionadas à distância do trabalho e 41% relacionadas ao acesso à infraestrutura e serviços no Núcleo Bandeirante e no Plano Piloto, principalmente saúde e educação.

precarizado na Vila Cauhy revela-se nos resultados da pesquisa de qualidade de acesso à infraestrutura e serviços, que podem ser visualizados a seguir:

Qualidade de acesso à Infraestrutura e Serviços - Vila Cauhy - 2014

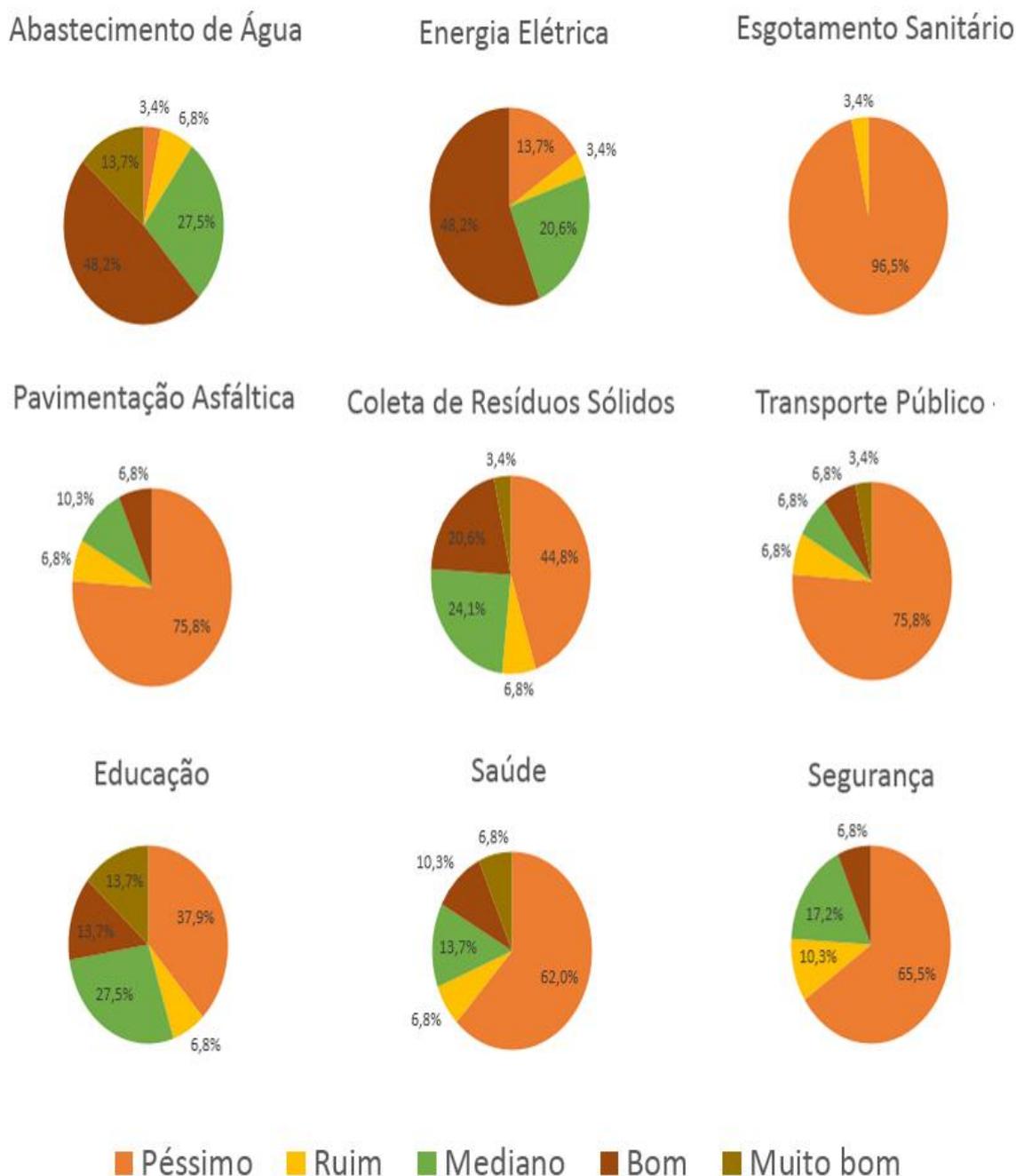


Figura 16: Qualidade de acesso à infraestrutura e serviços – Vila Cauhy (2014)
(Elaboração da autora, 2014).

Assim, a avaliação dos moradores demonstra que a maioria da qualidade de acesso à infraestrutura e serviços possui nível considerado “Péssimo”. Ao passo que a diferenciação articulada no urbano engendra um processo de segregação espontânea perpassado pela Vila Cauhy, a seletivização do espaço se dá através das relações sociais estabelecidas pelos agentes sociais hegemônicos, portanto, ligados à produção da moradia articulada à produção do valor. Nesse sentido, destacam-se o Estado e o mercado imobiliário, os quais, ao não reconhecerem potencial de valorização na área, atuam na continuidade do processo de segregação da mesma.

O Estado, ao ignorar a função social da moradia, subjugando-a à sua função econômica e não provê a equalização do acesso à infraestrutura e serviços no tecido urbano. Este atua em sentido oposto, promovendo a diferenciação entre as distintas áreas da cidade e justificando a regularidade jurídica e o planejamento urbanístico como norteadores dos acessos nutridos e distribuídos por este, como aponta o Diretor de Serviços da Administração Regional do Núcleo Bandeirante, referindo-se à Vila Cauhy, ao afirmar que “não se pode licitar obra nenhuma lá dentro enquanto estiver irregular” (Apêndice A).

Esta diferenciação pode ser visualizada na comparação com o acesso à infraestrutura e serviços do Núcleo Bandeirante – localidade cuja Renda Domiciliar Média Mensal⁵¹ é 377% superior à da Vila Cauhy –, o que revela alto grau de discrepância entre as duas localidades, conforme pode ser visualizado a seguir:

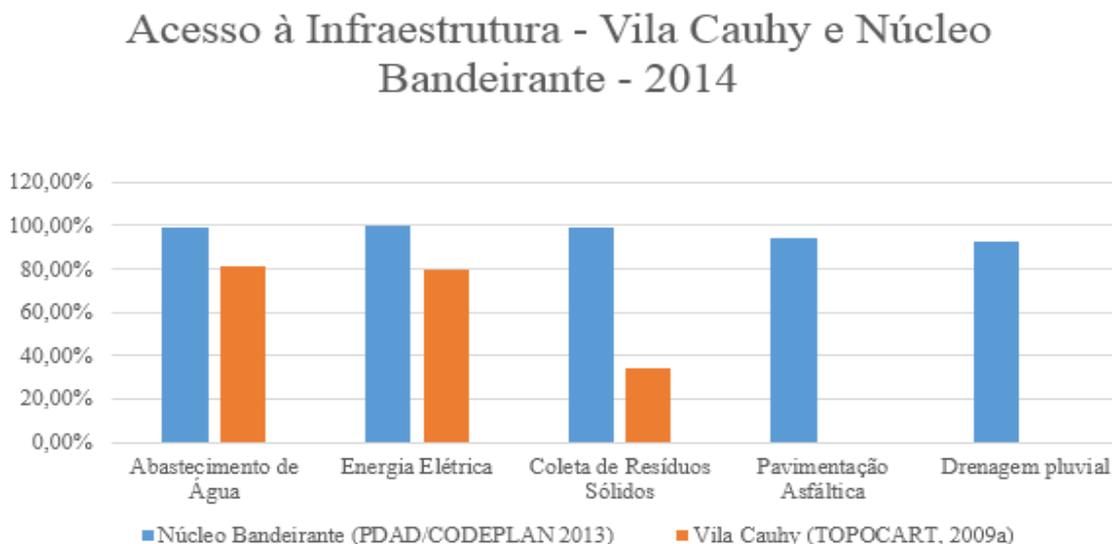


Gráfico 1: Acesso à infraestrutura – Vila Cauhy e Núcleo Bandeirante (2014)
(Elaboração da autora, 2014).

⁵¹ Segundo a PDAD do Núcleo Bandeirante de 2013, a Renda Média Domiciliar Mensal é de R\$4.777,05 (CODEPLAN, 2013).

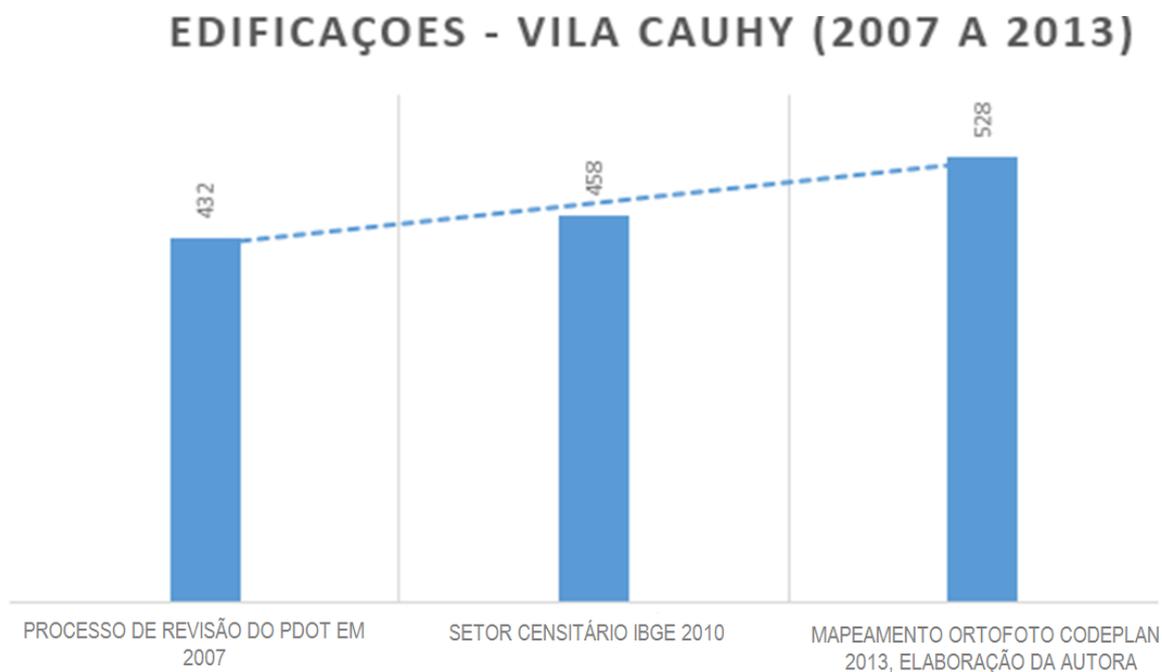
Pensa-se que os aspectos locacionais, os quais fazem com que o Estado e o mercado imobiliário não reconheçam potencial de valorização na área, atuando assim na continuidade do processo de segregação, estão relacionados não à localização da área no tecido urbano – já que esta área possui alto grau de axialidade e relativa proximidade ao Plano Piloto, conforme mencionado –, e sim aos impasses de construtibilidade da área, ou seja, ao potencial de aproveitamento do solo. Neste sentido, existe uma desvalorização da localização pela ação dos agentes sociais.

Conforme citado no capítulo anterior, a ocupação surge dentro de um processo de adensamento urbano das áreas ribeirinhas do Núcleo Bandeirante, portanto, das áreas próximas ao Ribeirão Riacho Fundo. Esta proximidade ao Ribeirão concede à Vila Cauhy a presença de um solo hidromórfico e de lençol freático próximo à superfície (TOPOCART, 2009a), que, somados à ausência de uma rede de drenagem pluvial, revelam a vulnerabilidade ambiental da área, ao passo que as áreas próximas à faixa de domínio do Ribeirão são, então, não edificáveis, e que a instabilidade do solo impõe restrições ao nível de construtibilidade da área (vide Anexo 3).

A proximidade ao Aeroporto de Brasília, cerca de 3 km, também impõe restrições ao nível de construtibilidade da área, uma vez que esta se encontra em seu cone de aproximação, e que os padrões construtivos devem ser semelhantes aos do Núcleo Bandeirante, ressalvadas diferenças de nível topográfico entre as localidades, ou seja, as construções podem ter no máximo 4 ou 5 andares, assim, no máximo 15 metros (TOPOCART, 2009c).

Ainda em relação aos agentes sociais, os moradores de média e alta renda (30%), mesmo não sendo agentes hegemônicos, também *retroalimentam* o processo de segregação espontânea da localidade através da mercantilização, ainda que informal, de parcelas dos terrenos, que acarretam o incremento populacional pelo adensamento local, e das quais os moradores de baixa renda (61%) são demandantes. Este adensamento pode ser visualizado no gráfico a seguir:

Gráfico 2: Edificações Vila Cauhy (2007 a 2013) (Elaboração da autora, 2014).



Segundo o PDOT, em 2007, a localidade apresentava uma média de 432 domicílios no mesmo ano, sendo que este total passa a ser de 458 domicílios no ano de 2010, segundo valor estipulado pelo Setor Censitário (IBGE, 2010),⁵² e de aproximadamente 528 domicílios no ano de 2013, segundo mapeamento realizado pela autora em imagem de satélite no ano de 2014 (vide Apêndice H), o que revela um adensamento populacional e construtivo de 22,2% de 2007 até 2013. A figura a seguir também apresenta o adensamento da localidade pelo parcelamento dos terrenos:

⁵² O Setor Censitário (IBGE, 2010) estipula uma média de 3,59 de habitantes por domicílio.

Adensamento Vila Cauhy (2002/2008/2013)

Google Earth e Ortofoto Codeplan

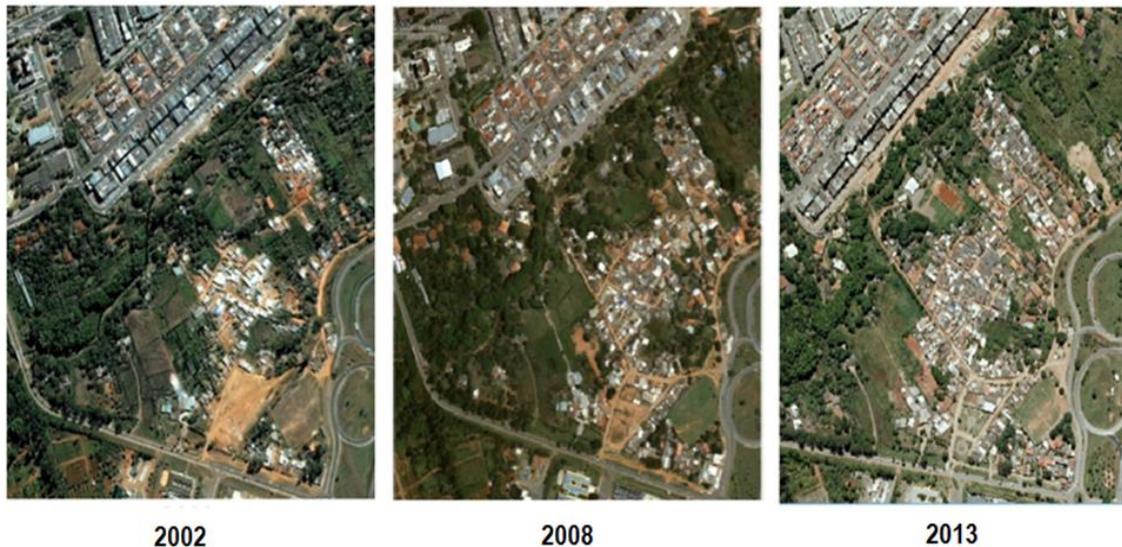


Figura 17: Adensamento – Vila Cauhy (2002/2008/2014). Google Earth e Ortofoto CODEPLAN (Elaboração da autora, 2014).

Considera-se assim que o processo de segregação espontânea perpassado pela Vila Cauhy revela-se através de sua paisagem e de seu espaço realizado, ainda que em realização. Os resultados obtidos na pesquisa em campo revelam que a maioria dos moradores da localidade possui escolhas de localização residencial relacionadas à aquisição de moradia, às quais se associa a fragmentação engendrada pela mercantilização da moradia, ao passo que a hegemonização do capital na articulação da moradia enquanto um valor de troca apresenta contradições com a dinâmica da vida social. Assim, a prática de altos preços pelo mercado imobiliário formal impele as camadas de baixa renda a morarem em condições precarizadas para obter acesso à terra, de maneira informal.

Os resultados também revelam que grande parte dos moradores possuem escolhas de localização residencial relacionadas à busca de maior proximidade do trabalho e do acesso à infraestrutura e serviços, principalmente no Núcleo Bandeirante e Plano Piloto, que se relaciona à seletivização realizada pelo próprio capital e pelos agentes sociais hegemônicos, portanto, associados à produção da moradia enquanto valor, operada como valor de troca. A concentração espacial de trabalho e capital, pelo acúmulo e incorporação destes, neste sentido, atua como condição e condicionante da seletivização espacial, a qual engendra assim o processo de segregação.

O Estado e o mercado imobiliário, ao não reconhecerem potencial valorativo na localidade, contribuem na continuidade do processo de segregação da mesma, principalmente no que se refere aos níveis de construtibilidade local. O Estado compreendendo a acessibilidade urbana baseada na regularidade jurídica e no planejamento urbanístico forja a diferenciação no espaço e o processo de segregação. Soma-se ainda o adensamento gerado pela venda informal de parcelas de terra pelas camadas de média e alta renda, cuja população de baixa renda é demandante e *retroalimenta* este processo.

5.2 Segregação (in)voluntária: as escolhas de localização residencial e a mobilidade intraurbana

Por outro lado, ao se pensar o presente iminente e inconcluso citado por Santos (2006, p. 78), considera-se que a Vila Cauhy perpassa um processo de segregação (in)voluntária. O próprio devir e a dinâmica social revelam na totalidade o movimento que a segregação abarca, posto que esta é processo. Assim, se por um lado se pensa que a localidade perpassa um processo de segregação espontânea, por outro lado, verifica-se que esta perpassa um processo de segregação (in)voluntária.

O processo de segregação é pensado como involuntário no sentido de que observa-se uma mobilidade intraurbana reduzida, onde existe um distanciamento dos locais de moradia e trabalho dos moradores.

Porém, uma vez que as escolhas de localização residencial são reveladoras dos interesses dos agentes sociais, estas apresentam também aspectos de um processo de segregação voluntário. Assim, pensa-se que a decisão locacional dos moradores em residirem em uma área cujo acesso local à infraestrutura e serviços é precário, sob possíveis promessas eleitoreiras políticas para regularização da área, revela contraditoriamente uma maior acessibilidade aos postos de trabalho e à infraestrutura e serviços das localidades próximas, dada o alto grau de axialidade local (vide Figura 14). Compreende-se então a possibilidade de acesso à terra através do processo de regularização fundiária em andamento, onde percebe-se inclusive a presença de moradores de média e média-alta renda. Estes aspectos seriam então reveladores deste caráter voluntário do processo de segregação.

Neste sentido, pensando a segregação (in)voluntária, o trâmite de um processo de regularização fundiária possibilitaria a ação do mercado imobiliário na localidade pela renovação urbana, uma vez que a caracterização de Área de Interesse Social não determina o impedimento à alienação dos imóveis após efetivação do processo de regularização. O Estado

passa a assumir o potencial urbano da área, ao passo que modifica a caracterização da mesma. A área é considerada Zona Urbana de Dinamização no Plano Diretor de Ordenamento Territorial de 1997 (Apêndice I), e passa a ser considerada Zona Urbana de Expansão e Qualificação a partir do Projeto de Lei 53 do PDOT em 2007 (Apêndice J), que seria referente às áreas destinadas no PDOT de 1997 para o uso rural, as quais sofreram processo de ocupação urbana mediante a implantação de assentamentos informais, e que necessitam de intervenção visando à sua qualificação urbana. Esta é considerada neste momento pertencente à Região Administrativa do Núcleo Bandeirante. A versão final do PDOT de 2009, com a aprovação da Lei Complementar no 803, de 25 de abril de 2009, passa ainda a denominar a área como Macrozona Urbana de Expansão e Qualificação; porém, a partir deste período, fora do Setor Habitacional (Lei Complementar no 803, de 25 de abril de 2009, Anexo II, Tabela 2B).

Assim, pensa-se que a ocupação (in)voluntária na localidade perpassa ao mesmo tempo uma mobilidade intraurbana restrita, dada a busca por aproximação entre os locais de moradia e trabalho, e uma busca voluntária por acesso à terra, através da possibilidade oferecida pelo processo de regularização. Pensa-se ainda, que o Estado passa a compreender a localidade em seu potencial urbano via qualificação, possibilitando a ação futura do mercado imobiliário e do próprio Estado, no que tange à (re)produção da moradia associada à produção do valor.⁵⁴

Desta maneira, o próprio espaço enquanto forma-conteúdo é pensado como modificador das relações sociais que o ressignificam. A possibilidade de inserção do capital na virtualidade-futuro revela assim esta face do processo de segregação que é inconcluso, posto que em movimento.

5.3 Vila Cauhy: o (não)acesso enquanto uma rugosidade espacial

Anteriormente à sua ocupação urbana, a atual área referente à Vila Cauhy caracterizava-se pelo uso rural, sendo esta formação proveniente do processo de concessão de uso para o Clube de Regatas Guará e da concessão de áreas públicas rurais operada pela

⁵³ Este Projeto de Lei foi elaborado no sentido de uma revisão da versão do PDOT de 1997 e de uma complementação do Diagnóstico Preliminar dos Parcelamentos Urbanos Informais no Distrito Federal” realizado no ano anterior pela Subsecretaria de Análise de Parcelamentos Urbanos (SUPAR). Assim, foram criados 29 Setores Habitacionais de Regularização, 39 Áreas de Regularização de Interesse Específico (ARINE) e 22 Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS). Fora do setor habitacional, foram criadas 6 ARINEs e 14 ARISs, bem como 27 parcelamentos localizados em zona rural denominados Parcelamentos Urbanos Isolados (PUI), dos quais 5 eram ARINEs e 22 ARISs (SEDHAB, 2014).

⁵⁴ As diretrizes da Lei Complementar nº-803 de 25 de Abril de 2009, sobre a Política Habitacional do Distrito Federal, visam, no Artigo 49 Inciso VIII, ao estímulo da participação da iniciativa privada na produção de moradias (Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009).

FZDF (TOPOCART, 2009a) em benefício da classe média e média-alta. Em relação ao conceito analítico de rugosidades espaciais, pensa-se que neste período, o acesso viabilizado pelo Estado ainda não seria revelador do processo de segregação residencial que a localidade perpassa atualmente.

É a partir de sua urbanização, cuja contradição é inerente, e da ocupação que se dá aproximadamente de 1997 até a atualidade, que a forma-conteúdo revela o processo de segregação. O acesso desigual em relação à áreas contíguas, conforme explicitado na comparação com o Núcleo Bandeirante, revela assim temporalidades e conjunturas pregressas de formação desigual do espaço. A localidade passa a assumir novas funções, ao passo que é ocupada por novas classes distintas às anteriores, e que apresenta impasses à hegemonização do capital, revelando uma rugosidade espacial, no que diz respeito à persistência da precariedade do acesso engendrada no processo de segregação residencial. Pensa-se assim, que os processos do passado materializam-se nas formas do presente, e permitem deste modo a reflexão acerca de conjunturas pregressas de formação desigual do espaço.

É importante destacar que as funções assumidas pela forma, modificam-se em relação às intencionalidades dos agentes hegemônicos na virtualidade-futuro que o presente abarca.

Para a maioria dos moradores, a função da localidade permanece como sendo social, ainda que determinada parcela destes opere a sua mercantilização informal e retroalimente o processo de segregação. Para o Estado, a função da localidade modifica-se no que diz respeito ao planejamento urbano, uma vez que, via regularização fundiária, o Estado passa a considerar a área em seu potencial urbano e, pela regularização fundiária, possibilita também a mercantilização formal das moradias locais. Neste sentido, o mercado imobiliário também teria possibilidade de atuação na área nesta virtualidade-futuro. Desse modo, a modificação das funções é pensada não apenas relacionada ao espaço realizado, mas também relacionada ao espaço em realização e às intencionalidades que os agentes sociais, principalmente os agentes hegemônicos, assumem na formação do espaço urbano.

A sucessão das formas no tempo e a existência de formas duráveis, ou seja, de formas que não se desfazem com o tempo e que dizem respeito a conjunturas anteriores, revelam-se por um lado no espaço realizado, onde as funções são perceptíveis pela paisagem e pelos objetos materializados, mas se revelam por outro lado no espaço em realização, onde as funções são perceptíveis também pela compreensão das intencionalidades que os agentes sociais assumem em relação à determinada localidade. Assim, o conceito analítico de

rugosidade espacial pode ser pensado não somente em relação à sua inércia, mas também à sua dinâmica, sendo assim inerte-dinâmico, como aponta Santos (2005, p. 45).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao passo que se lança olhares acerca da compreensão do espaço urbano, compreende-se que este movimento envolve o estudo de sua produção, mas também de sua reprodução. A materialidade constituída enquanto forma-conteúdo incide assim em uma formação tanto estrutural quanto conjuntural. Logo, esta formação é engendrada também pelos agentes urbanos, os quais são dotados de intencionalidades, inseridos na dinâmica social.

Considera-se a partir deste entendimento que o processo de segregação é produção e ao mesmo tempo reprodução, ou seja, que as relações sociais excludentes reproduzem a espacialização deste processo. Assim, a moradia, sendo fruto do trabalho social, portanto socialmente produzida, perpassa a lógica dos agentes sociais que a (re)produzem, e é associada à produção do valor, no qual existe um predomínio de sua função econômica à função jurídica e principalmente à função social. A valorização da moradia relaciona-se então à sua localização, que por sua vez é pensada enquanto um ganho, fruto das relações sociais.

Deste modo, ao passo que se pensa e reflete sobre o espaço urbano, compreende-se que a moradia associa-se, sobretudo, a um ganho de localização, conforme o pensamento de Pierre Bourdieu, e que este ganho é articulado ao acúmulo de trabalho e incorporação de capital no tecido urbano, onde as ações intencionais dos agentes sociais engendra esta dinâmica do devir social. O tecido urbano, por sua vez, segundo Santos (SÃO PAULO, 1993) é dotado de objetos de diferentes idades, que dizem respeito a conteúdos de distintos processos. Assim, observa-se, com o conceito analítico de rugosidades espaciais, o intuito de compreender a formação do espaço urbano, pensando a sua estrutura, forma, processo e função.

Uma vez que a principal motivação da presente pesquisa foi a compreensão de como o processo de segregação espacializa-se no urbano, os caminhos percorridos trouxeram o reconhecimento do caráter que o espaço urbano possui enquanto um ativo, ou seja, enquanto recurso que possibilita a expansão continuada do capital. Desta forma, compreende-se que a própria cidade é produzida e reproduzida enquanto uma mercadoria, e a lógica operante baseia-se no predomínio da função econômica sobre as demais funções que constituem a complexidade da vida social. A mercantilização estrutural da cidade associa-se então a um processo conjuntural de seletivização espacial, que, operando a diferenciação, engendra a segregação residencial em um movimento contínuo.

Esta compreensão teórica levou à consideração do processo de segregação residencial e das relações excludentes que produzem a materialidade da Vila Cauhy a partir das escolhas de localização residencial dos moradores da localidade, intentando compreender a formação do espaço intraurbano. A reflexão presente no primeiro capítulo, bem como os resultados obtidos na pesquisa em campo, auxiliaram assim na reflexão do objetivo geral: analisar o processo de segregação residencial na Vila Cauhy através do conceito analítico de rugosidades espaciais.

Assim, considera-se que a pesquisa auxiliou na ampliação do entendimento a respeito da espacialização do processo de produção do espaço urbano, e fez refletir que o entendimento vem da materialidade, e não dos conceitos dados *a priori*, uma vez que a vida social é dinâmica, como se propôs a pensar. Compreende-se que as rugosidades espaciais enquanto formas duráveis engendram-se por meio de processos sociais, e neste sentido, a utilização analítica do conceito de rugosidades espaciais se deu após a reflexão do processo de segregação perpassado pela Vila Cauhy, que, nesta compreensão, é espontâneo e (in)voluntário, considerando o espaço realizado, mas também o espaço em realização.

Verifica-se que a revisão acerca da formação social do Brasil e do processo de acumulação do capital no país, realizada no segundo capítulo, auxiliou no alcance de nosso primeiro objetivo específico, sendo este a caracterização da construção de Brasília enquanto um passo lógico do processo de desenvolvimento e acumulação capitalista no Brasil.

Reflete-se que Brasília surge como uma forma-conteúdo proveniente do próprio processo de acumulação capitalista brasileiro, e que a criação da nova capital articula-se à criação de um centro político nacional que visaria à configuração estatal e territorial do país. Deste modo, a política territorial seria apenas a intermediação do Estado, o qual cria bases materiais para a hegemonização do capital. Brasília surge então como ponto de apoio para o desenvolvimento nacional, que obedece à lógica capitalista de (re)produção do espaço. Surge no contexto da busca pela integração nacional e da expansão da fronteira econômica nacional e do mercado interno, sendo, portanto, uma convergência entre os interesses nacionais e regionais, onde o Sudeste industrial direcionava esta expansão econômica por meio do fomento da indústria da construção civil e de um mercado consumidor de alto nível, com a prerrogativa de equilíbrio das disparidades regionais do país.

Também no segundo capítulo, pensou-se que a revisão acerca do processo de seletivização espacial, engendrado conjuntamente em Brasília, auxiliou no alcance do segundo objetivo específico, sendo este a caracterização do processo de seletivização espacial

nos idos da construção de Brasília, principalmente relacionada à diferenciação entre o Plano Piloto e as demais cidades-satélites, atualmente Regiões Administrativas.

Refletiu-se que a seletivização espacial se dá primeiramente sob o que se entende ser uma segregação programada, mediante o monopólio fundiário do Estado. Este direciona as escolhas de localização residencial em um sentido técnico e funcional, baseado na racionalidade urbanística, e privilegia o Plano Piloto, como local de abrigo das classes dominantes e do acúmulo de trabalho e incorporação de capital. O dinamismo da vida social, ao pressionar por moradias, incide na criação de diversas cidades-satélites, distanciadas intencionalmente do centro, a exemplo do Núcleo Bandeirante.

Em um segundo momento, a seletivização se dá sob um processo de segregação espontânea e também voluntária. O Estado passa a se articular com as incorporadoras do mercado imobiliário e criam-se vazios urbanos próximos ao Plano Piloto. Este movimento reforça a valorização das áreas mais centrais da cidade, privilegiando as classes média e média-alta, operando assim a diferenciação. Esta diferenciação opera uma segregação espontânea, pela (re)produção da moradia associada à produção do valor, e revela assim o conflito com os demais agentes sociais, ou seja, com a própria dinâmica da vida social, na qual as camadas de baixa renda, englobadas por uma política habitacional que ignora a função social da moradia, são segregadas. Opera-se ainda uma segregação voluntária, com o fenômeno dos condomínios de classe média e média-alta, que são regularizados face a uma política fundiária permissiva neste sentido.

Ainda no segundo capítulo, pensou-se que a caracterização socioeconômica e contextualização histórica da Vila Cauhy auxiliou no alcance do terceiro objetivo específico, sendo este a caracterização e a situação histórica da ocupação da Vila Cauhy anterior e conjuntamente aos projetos do GDF.

Refletiu-se, a partir do histórico da ocupação, a sua associação à problemática perpassada pelo Distrito Federal, principalmente no que se refere ao crescimento desordenado de assentamentos e condomínios irregulares, associados a uma política de interesses particularistas de doação de lotes semiurbanizados e a uma política permissiva à regularização fundiária, que agravaram a questão habitacional da cidade. Já as reflexões sobre as características atuais da ocupação foram pensadas no sentido de que a materialidade expressa os conteúdos e processos atuantes na (re)produção do espaço, logo, esta explanação possibilitou a sua atuação como base para análise do processo de segregação perpassado pela Vila Cauhy.

A pesquisa em campo, amparada por uma metodologia preestabelecida, que buscou abarcar de forma representativa todas as camadas pertencentes à Vila Cauhy, corroborou para o alcance do quarto objetivo específico, sendo este o levantamento das motivações de ocupação e da qualidade de acesso à infraestrutura e serviços dos moradores da Vila Cauhy, a partir dos questionários aplicados.

As escolhas de localização residencial presentes na Vila Cauhy, uma vez que dizem respeito, em maioria, à aquisição de moradia e busca de maior proximidade ao trabalho, bem como o alto nível de discrepância no acesso à infraestrutura e serviços entre a Vila Cauhy e o Núcleo Bandeirante, revelaram que o processo de segregação residencial, perpassado pela localidade, não diz respeito apenas à escala local, mas se associa à problemática habitacional do Distrito Federal, revelando peculiaridades.

Deste modo, a diferenciação engendrada pelos agentes hegemônicos, Estado e mercado imobiliário, no tecido urbano da cidade, fragmenta e hierarquiza os espaços. A (re)produção da moradia, associada à produção do valor, encontra na materialidade do espaço do Distrito Federal a prática de altos preços, que se destacam inclusive no cenário nacional, e forjam assim uma lógica desigual, posto que ela é baseada na diferenciação. As camadas de baixa renda, uma vez que não obtêm acesso aos preços praticados pelo mercado imobiliário formal, pressionam por moradias e criam assentamentos informais. Soma-se ainda o crescente quantitativo de condomínios de camadas de média e média-alta renda, que passam a modificar o tecido urbano através de uma política de regularização fundiária permissiva à permanência dos mesmos, inclusive com a criação de um órgão específico para este fim, a SERCOND. Na Vila Cauhy, a concentração de uma camada de baixa renda (61%) declarou como escolha de residência na localidade um valor de 86% de escolhas relacionadas à busca por aquisição de moradia.

As escolhas de localização residencial relacionadas à busca de maior proximidade ao trabalho também revelam que esta problemática habitacional, reproduzida pelos agentes hegemônicos na mercantilização da moradia, associa-se à concentração de trabalho e incorporação de capital em determinadas áreas da cidade. A valorização seletiva opera-se então radialmente, a partir da centralidade que o Plano Piloto representa. As áreas mais valorizadas se dão no Plano Piloto e a partir deste, onde se concentram aproximadamente 334 mil postos de trabalho, ficando Taguatinga em segundo lugar com apenas 80 mil postos de trabalho (CAMPOS, 2003, p. 108), ou seja, com 76% menos postos de trabalho que o Plano Piloto. Na Vila Cauhy, 48% dos moradores apontaram como escolha de residência na

localidade a busca por maior proximidade ao trabalho, dada à proximidade do local ao Plano Piloto, cerca de 10 km e o alto grau de axialidade presente devido principalmente à DF-003 (EPIA).

O alto nível de discrepância observado no acesso à infraestrutura e serviços entre a Vila Cauhy e o Núcleo Bandeirante confirmou assim a hierarquização presente no espaço, forjada pela diferenciação. A heterogeneidade presente em espaços contíguos confirmou assim a complexidade do tecido urbano do Distrito Federal, e o peso da ação dos agentes sociais na formação do espaço, que ora concentram, ora desconcentram investimentos em determinadas localidades.

Refletiu-se assim que o processo de segregação perpassado pela Vila Cauhy apresenta-se de duas maneiras, espontânea e (in)voluntária.

Por um lado, as escolhas de localização residencial apresentadas pelos moradores, que apontaram como motivações de mudança a aquisição de moradia e a distância do trabalho, revelaram um aspecto da segregação que se dá de maneira espontânea, uma vez que a produção da moradia opera-se pela reprodução autonomizada do valor, onde o uso se submete à realização do valor pela troca. Assim, a propriedade privada configura distintos cenários de acordo com o poder aquisitivo das camadas sociais. As camadas de baixa renda são, neste sentido, segregadas em locais com condições precarizadas, onde os serviços básicos se ausentam. Deste modo, estas camadas de baixa renda que não possuem acesso ao mercado imobiliário formal, dada sua capacidade de compra, apresentam como escolha residencial uma localidade irregular com acesso local precário, visando uma maior proximidade aos seus postos de trabalho.

Destaca-se a ação do Estado ao subjugar a função social da moradia à sua função jurídica e, sobretudo, econômica, e o mercado imobiliário o qual, ainda que não atuante na localidade, contribui para continuidade do processo de segregação pelo não reconhecimento de potencial da área até o presente. Considera-se assim que os aspectos relacionados ao impasse à construtibilidade local, principalmente no que diz respeito ao baixo potencial de aproveitamento do solo e às restrições relacionadas ao cone de aproximação do Aeroporto de Brasília, fazem com que o Estado e o mercado imobiliário não invistam na área, e que a forma-conteúdo continue neste sentido apresentando-se segregada.

Por outro lado, observou-se um processo de segregação que é (in)voluntário. Pensa-se que este é involuntário pois as escolhas de localização residencial dos moradores revelam um distanciamento entre os locais de moradia e trabalho, o que configura uma mobilidade

intraurbana reduzida. E pensa-se que este é voluntário a partir da reflexão acerca dos interesses dos agentes sociais. Uma vez que a ocupação irregular surge e se mantém pela possibilidade de regularização da área, que possui alto grau de axialidade e uma maior aproximação aos postos de trabalho, e que apresenta também moradores de classes sociais mais altas, considera-se que as escolhas de localização revelam um processo de segregação voluntário.

A partir da análise do processo de segregação na Vila Cauhy, em um último momento, lançou-se reflexões acerca do emprego do conceito analítico de rugosidade espacial, questionando a permanência da forma na sucessão do tempo, e como esta atribuiu novas funções numa relação conseguinte.

Neste sentido, refletiu-se que a partir da ocupação urbana da Vila Cauhy, o acesso desigual, explicitado na comparação com o Núcleo Bandeirante, é revelador de temporalidades e conjunturas anteriores de formação desigual do espaço. A persistência da precariedade do acesso engendrada no processo de segregação residencial revela assim determinados impasses à hegemonização do capital, que denotariam uma rugosidade espacial.

A pesquisa demonstrou que os moradores da Vila Cauhy, em maioria de baixa renda, decidem morar em condições precarizadas para obterem uma maior aproximação entre seus locais de moradia e trabalho, ou seja, para obterem o acesso que a localização proporciona enquanto um ganho, enquanto construção social. Demonstrou ainda que o acesso se dá de forma discrepante e hierarquizada em áreas contíguas, na comparação entre a localidade e o Núcleo Bandeirante, revelando assim uma formação desigual do espaço. Foi possível, desse modo, analisar o processo de segregação perpassado pela Vila Cauhy através das escolhas de localização de seus moradores. Compreende-se que as escolhas dos moradores estão condicionadas às escolhas lançadas pelos agentes hegemônicos, que buscam homogeneizar o espaço concentrando capital e trabalho em determinadas áreas, neste sentido principalmente no Plano Piloto e Núcleo Bandeirante, áreas as quais os moradores da Vila Cauhy necessitam acessar.

Compreende-se a Vila Cauhy como uma rugosidade espacial, ao se pensar a permanência da precariedade do acesso na localidade, que revela conjunturas pregressas de formação desigual do espaço, onde o próprio acesso à cidade se revela de maneira hierarquizada e onde opera-se um distanciamento socioespacial. É nesse sentido que entende-se que a hipótese lançada no início da pesquisa foi confirmada. A dinâmica delineada na formação espacial de Brasília, revela por sua seletivização espacial, a concentração de

determinados segmentos populacionais em determinadas áreas da cidade, e em contrapartida, a explosão da cidade rumo à periferia. A concentração de trabalho e capital nas áreas mais valorizadas, ou seja, nas áreas onde o valor opera-se, acarreta o distanciamento socioespacial das áreas menos valorizadas, que encontram-se segregadas.

As escolhas lançadas pelos moradores da Vila Cauhy, condicionadas às escolhas dos agentes hegemônicos na estruturação do espaço, ao mesmo tempo que os distancia do acesso local através de um processo de segregação espontânea, os aproxima de seus locais de trabalho, através de um processo de segregação (in)voluntária, apresentando assim o caráter contraditório e a imprevisibilidade da vida social. Esta aproximação entre os locais de moradia e trabalho, revela então uma conjuntura pregressa de distanciamento socioespacial, que configura na atualidade uma dinâmica de não acesso.

Chegado o momento final da pesquisa, desvelou-se a lógica estruturante que rege o modelo de cidade vivenciado no tempo presente, que se reproduz conjuntamente através das ações dos agentes sociais e suas distintas gamas de interesses. O pensamento acerca da materialidade que o acesso representa no tecido urbano foi pensado enquanto uma rugosidade espacial nesta pesquisa. Assim, pensou-se que a permanência de níveis precários de acesso na Vila Cauhy revela conjunturas pregressas de formação do espaço. Estas conjunturas, associadas à comparação com uma área contínua, o Núcleo Bandeirante, mostrou uma formação do espaço que se dá de modo desigual. Assim, a utilização do conceito analítico de rugosidade espacial colaborou com a compreensão do processo de segregação perpassado pela Vila Cauhy, uma vez que pensando o acesso, as formas do passado mantidas no presente, permitiram a análise da formação do espaço urbano.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. A regulação urbana e o regime urbano: a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 510-555, 1995. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1790>>. Acesso em: 10 dez. 2014.
- ARAUJO, J. Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, p. 133-142, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74258>>. Acesso em: 20 dez. 2014.
- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2002.
- BECKER, H. A Escola de Chicago. Conferência. **Revista MANA**, v. 2, n. 2, p. 177-188, 1996. Trad. Vera Pereira. Disponível em: <<http://goo.gl/V2h056>>>.
- BICCA, P. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, 1985.
- BOLFARINE, H.; BUSSAB, W. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2005.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRANDÃO, I. **Porque falha a regularização?** Fragilidade institucional e (in)capacidades estatais no Distrito Federal. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional 1946.
- _____. **Constituição Federal**. Emenda Constitucional nº 26. Brasília: Congresso Nacional, 2000.
- BRITO, J. **De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília**. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- CALDEIRA, T. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Revista Novos Estudos Cebrap**, n. 47, março 1997, p. 155-176. Disponível em: <<http://goo.gl/6aKZLX>>
- CAMPOS, N. **A produção da segregação residencial em cidade planejada**. 1988. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1988.
- _____. A segregação planejada. In: PAVIANI, Aldo. **A conquista da cidade: movimento populares em Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.
- _____. **Mudança no padrão de distribuição social a partir da localização residencial: Brasília, década 90**. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CARCANHOLO, M. A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 9, n. 2 (14), p.17-43, 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/EIBGPt>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 284-304, 1999. Disponível em: <<http://goo.gl/gHX7VW>>. Acesso em: 7 jan. 2015.

CARLOS, A. A geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, v. 01, n. 18, p. 161-178, jan.-jun. 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/0bdzOd>>.

_____. A segregação como fundamento da crise urbana. In: SILVA, J. (Org.). **Panorama da geografia brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CAUHY, J. **Depoimento – Programa de História Oral**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 2000.

CHAGAS, E. A natureza dúplice do trabalho em Marx: trabalho útil-concreto e trabalho abstrato. **Revista Outubro**, Instituto de Estudos Socialistas, n. 19, p. 63-80, 2010. Disponível em: <http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/19/out19_04.pdf>.

CODEPLAN –COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Mosaico de ortofotos do Distrito Federal 2013**. Disponível em: <<http://ortofoto.mapa.codeplan.df.gov.br/demo/tms>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

CORREA, R. et al. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Geografia**: conceitos e temas. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA, E.; STEINKE, V. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA: EL CONTROL DEL ESPACIO Y LOS ESPACIOS DE CONTROL, 13., 5-10 maio de 2014, Barcelona. **Anais...** Barcelona: Universitat de Barcelona, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/7eUS08>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

DISTRITO FEDERAL. **Lei Orgânica do Distrito Federal**. Art. 10. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1993.

_____. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) do Distrito Federal**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1997.

_____. **Projeto de Lei do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 2007.

_____. **Lei Complementar, nº 803**, de 25 de Abril de 2009. Brasília: Governo do Distrito Federal: 2009.

_____. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) do Distrito Federal**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 2009.

DISTRITO FEDERAL. SEDHAB – SECRETARIA DE ESTADO E GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO. **Limites do Distrito Federal**. Disponível em: <<http://goo.gl/vustlb>>. Acesso em: 4 maio 2014.

_____. _____. **Fotografias aéreas de diversos anos**. Disponível em: <http://www.sedhab.df.gov.br/mapas_sicad/index.htm>. Acesso em: 10 ago. 2014.

EUFRASIO, M. A formação da escola sociológica de Chicago. **Revista Plural**, São Paulo, n. 2, p. 37-60, 1995. Disponível em: <<http://goo.gl/22wd1M>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

FARRET, R. O Estado, a questão territorial e as bases da implantação de Brasília. In: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

FERREIRA, I. Brasília: mitos e contradições na história de Brasília. In: PAVIANI, A. et al. (Orgs.). **Brasília 50 anos: da capital à metrópole**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

FREITAS, C. **As cores e a fé da Vila Cauhy**. Brasília: Correio Braziliense, 6 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/3dESyM>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

FREITAS, T. **A expansão urbana no Distrito Federal e a dinâmica do mercado imobiliário: o caso do Gama**. 2013. (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

GALVÃO, M. A marcha para o Oeste na experiência da expedição Roncador-Xingú. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/8BgVlg>>.

GOUVÊA, L. **Brasília: a capital da segregação e do controle social – uma avaliação da ação governamental na área da habitação**. São Paulo: Annablume, 1995.

GRUPAR – GRUPO DE APROVAÇÃO E ANÁLISES DE PROJETOS DE PARCELAMENTOS; SERCOND –SECRETARIA DE ESTADO DE REGULARIZAÇÃO DE CONDOMÍNIOS. **Delimitação poligonal da Área de Regularização de Interesse Social Vila Cauhy**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 2011.

HARVEY, D. *Los límites del capital y la teoría marxista*. México: FCE, 1990.

IBGE –INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Setor Censitário**. Brasília: IBGE, 2010.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Diferenças em gastos com aluguel entre estados, tipos de área e níveis de renda familiar no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007.

_____. **Situação social nos estados**. Brasília: IPEA, 2012.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Madrid: Siglo XX de España Editora, 1970.

_____. *Espacio y política: el derecho a la ciudad II*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

_____. *The production of space*. Trad. Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOPES, A. **Escravidão por dívida no norte do estado do Tocantins**: vidas fora do compasso. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MASCARO, A. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELLO, C. **Contribuição ao estudo do sistema de crédito em O Capital de Karl Marx**. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MELLO, S. **Na beira do rio tem uma cidade**: urbanidade e valorização dos corpos d'água. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte: MCidades-BH, 2013.

MONGIN, O. *La condición urbana: la ciudad a hora de la mundialización*. Buenos Aires: Paidós, 2006.

MONTE-MOR; R. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 09-18, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/5YzFiA>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

MORAES, A.; COSTA, W. A geografia e o processo de valorização do espaço. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982.

MOURA, R. et al. Geografia crítica: legado histórico ou abordagem recorrente? **Biblio 3W**, *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona*, v. 13, n. 786, 5 jul. 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-786.htm>>. Acesso em: 9 jan. 2015.

NUNES, B. Prefácio. In: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília**: moradia e exclusão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

OLIVEIRA, M. Contradições e conflitos no espaço de classes: centro versus periferia. In: PAVIANI, A. (Org.). **Urbanização e metropolização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

OLIVEIRA, P. Algumas abordagens teóricas do espaço urbano e dos processos sócio-espaciais e a contribuição de Lefebvre. **Revista Tamoios**, Ano V, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/7uTK08>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

PAVIANI, A. (Org.). **Brasília 50 anos: da capital à metrópole**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

PDAD – PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS; CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/BIsYiq>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

PELUSO, M. Brasília: do mito ao plano, da cidade sonhada à cidade administrativa. **Revista Espaço & Geografia**, v.6, n. 2, 2003.

PNAD – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. Brasília: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/ICouKH>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

SANTOS, H.; COSTA, F. Concepções teóricas acerca da produção do espaço: (des)construção e rugosidades do centro comercial de campo Mourão. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DINÂMICA AMBIENTAL. **Anais...** 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Uuczkp>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

SANTOS, M. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. A totalidade do diabo. In: SANTOS, M. **Economia espacial**. São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. **A urbanização desigual**. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Por uma geografia das redes. In: SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SÃO PAULO E AS RUGOSIDADES URBANAS: um diálogo entre a Geografia e a Arquitetura. Entrevista com Milton Santos e Benedito Lima de Toledo realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso denominado “Do concreto no espaço ao Espaço concreto: Planejamento *versus* rugosidades urbanas” de Márcio Pereira Santos, 1993. Centro de Apoio à Pesquisa em História "Sérgio Buarque de Holanda", Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. Disponível em: <<http://goo.gl/gd3ENY>>. Acesso em: 4 mar. 2015.

SCHIFFER, S. **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2010.

SCHMIDT, B. Brasília como centro político. In: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília, ideologia e realidade:** espaço urbano em questão. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SILVA, C. **Programas habitacionais para famílias de baixa renda.** O caso do Programa Socorro Social: efetivação de um direito ou clientelismo? 2007. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SILVA, O. Renda fundiária ou valor da terra? Aportes sobre o debate em torno da produção do espaço urbano. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 34, v. 1, p. 97-116, jan.-jul. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/7iFpGE>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

SOUZA, L.; CAETANO, P. Notas conceituais acerca da cidade capitalista e do fenômeno da segregação socioespacial. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, Ano XI, n. 19, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/3azp6N>>.

SOUZA, P. Uma crítica francesa acerca do espaço urbano. **Revista Ser Social**, Brasília, n. 17, p. 59-112, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/LiFxfM>>.

THERY, H. et al. **Brasil:** um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TOPALOV, C. **La urbanizacion capitalista.** Cidade do México: Edicol, 1979.

TOPOCART – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, **Plano de Uso e Ocupação do Solo da Vila Cauhy.** Brasília: Topocart, 2009a.

_____. **Relatório Complementar Socioeconômico da Vila Cauhy.** Brasília: Topocart,, 2009b.

_____. **Relatório de Impacto de Vizinhança da Vila Cauhy.** Brasília: Topocart, 2009c.

VESENTINI, J. **A capital da geopolítica.** São Paulo: Ática, 1986.

VIANNA, R. **Novos santuários da segregação socioespacial.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

VILLEROY, G. **Um relato de vivência com a educação integral numa escola pública do Distrito Federal:** CAIC Juscelino Kubitschek de Oliveira – Núcleo Bandeirante – DF. 2011. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Entrevista realizada com José Renato Alves, Diretor de Serviços da Administração Regional do Núcleo Bandeirante (Brasília-DF), 07/01/2015.

Transcrição: elaboração da autora.

Aryanne Audrey Rodrigues – José Renato Alves, Diretor de Serviços da Administração Regional do Núcleo Bandeirante, de que forma a Administração Regional do Núcleo Bandeirante administra a Vila Cauhy?

José Renato Alves – Nós fazemos... nós fazemos lá o básico, que é a parte de limpeza, capina, roçagem, só não podemos... o governo não pode executar lá dentro, licitadas, porque a área ainda é uma área irregular. **[Interrupção na gravação]**. Continuando da parte de iluminação... lá nós temos iluminação pública, água potável. Isso foi feito em parceria, um pedido da Administração Regional, porque mesmo sendo área irregular as pessoas têm direito à água, né, e luz, né.

Aryanne Audrey Rodrigues – Mas não existe saneamento básico?

José Renato Alves – Não, saneamento básico não existe ainda. Porque lá existe um projeto de legalização, só que até que saia esse projeto, né, a gente não pode deixar abandonado, né.

Aryanne Audrey Rodrigues – Certo, e asfalto também não tem?

José Renato Alves – Não, asfalto não, não, asfalto também não. Não se pode licitar obra nenhuma lá dentro enquanto estiver irregular.

Aryanne Audrey Rodrigues – Como foi feita a obra de água e luz se não pôde ter essa licitação?

José Renato Alves – Não, porque aí é um pedido que é feito pela... a Administração faz o pedido e a Caesb liga. Esse serviço que é feito pela Caesb é cobrado do próprio morador nas contas, parcelado, entendeu? **[Interrupção]**

Aryanne Audrey Rodrigues – E em relação à violência?

José Renato Alves -- As pessoas que moram ali, elas estão mais perto do centro, né? Mas tem que ver também a situação de vida delas, porque o esgoto corre a céu aberto, não tem asfalto e também o pior é a violência. É um local violento. Depois... o grande índice de assalto aqui no Núcleo Bandeirante são pessoas da Vila Cauhy, e você pode ir na Delegacia que eles vão te falar o que eu tô falando aqui, é estatística passada. Porque tem as reuniões do Conselho de Segurança, então o pessoal que participa da Segurança é que passam pra gente, que tem essa... **[Interrupção]** que tem essa parte da Segurança, né. Então, acaba que a pessoa vem... ela fica mais perto do trabalho, do centro, mas tem o lado ruim, que é a parte da segurança e infraestrutura, né. **[Interrupção]**, Bom, outra coisa grave é que lá não existe um Plano Diretor do local, então não tem, lá não tem um projeto urbanístico então não tem tamanho certo de rua, você não tem uma praça, você... os lotes não têm tamanho definido, então tem lote lá de 20 metros, tem lote de 1.000 metros, então tem essa... toda essa dificuldade também na parte urbanística, como não tem um projeto. E cada vez mais o pessoal vai parcelando, e vai aumentando a quantidade de moradores, e a quantidade de barracos na área.

Aryanne Audrey Rodrigues – E esses barracos vão indo em direção às nascentes, ao ribeirão?

José Renato Alves – É, porque lá tem... como lá tem várias nascentes, então eles tanto vão para as nascentes, quanto vão para as margens dos rios, porque não é cumprido o afastamento obrigatório, né.

Aryanne Audrey Rodrigues – Entendi. E, para finalizar, você saberia me dizer se após o processo de regularização a Administração do Núcleo Bandeirante ficará responsável pela Vila Cauhy?

José Renato Alves – É, na LUOS,⁵⁵ foi sugerido, ou ficaria pra Administração do Bandeirante ou Park Way, não foi definido ainda qual vai ser a poligonal, se vai fazer parte do Bandeirante ou se vai fazer parte do Park Way.

Aryanne Audrey Rodrigues – Então tá bom, muito obrigada.

José Renato Alves – A coisa lá é séria viu, é complicado.

⁵⁵ A LUOS trata-se da proposta de Lei Complementar de Uso e Ocupação do Solo, criada no Governo de Agnelo Queiroz, que abordaria as especificações técnicas de uso do solo, cuja aprovação não efetuou-se até o presente momento.

APÊNDICE B

Guia de Campo

Domicílio 1

Renda Mensal Familiar: Até 500 reais mensais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 10 a 15 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96032729977078901, -15.87628737219473507

(Detalhes: quarto lote após a esquina da DF-003 (EPIA), lote composto por 2 residências).



Domicílio 2

Renda Mensal Familiar: De 1.000 até 3.000 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 10 a 15 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96096580941347298, -15.87615666759291067

(Detalhes: nono lote após a esquina da DF-003 (EPIA), existe uma espécie de beco ao lado direito do lote).



Domicílio 3

Renda Mensal Familiar: De 1.000 até 3.000 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 5 a 10 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96031581896115625, -15.87578398284987813

(Detalhes: primeiro lote na esquina da DF-003 (EPIA), próximo à quadra de esportes, a entrada fica na beira da rodovia).



Domicílio 4

Renda Mensal Familiar: Até 500 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 10 a 15 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96163699520661083, -15.87586346537801241

(Detalhes: quarto lote após a esquina (à direita) da entrada próxima à Praça da Vitória).



Domicílio 5

Renda Mensal Familiar: Até 500 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 5 a 10 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96117952910023519, -15.8753176853514848

(Detalhes: décimo terceiro lote após a esquina (à direita) da entrada próxima à Praça da Vitória).



Domicílio 6

Renda Mensal Familiar: Até 1.000 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: Mais de 15 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.960983472197505, -15.875086302880691

(Detalhes: segundo lote após a esquina à esquerda da Praça da Vitória).



Domicílio 7

Renda Mensal Familiar: Até 500 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: Menos de 1 ano

Coordenadas Geográficas: - -47.96160696847375959, -15.87507923776707841

(Detalhes: quinto lote após a esquina no quadradão atrás da Praça da Vitória, contando da esquerda para direita).



Domicílio 8

Renda Mensal Familiar: Até 500 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 10 a 15 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96201851134166105, -15.87507570521026956

(Detalhes: terceiro lote após a esquina, contando de cima para baixo).



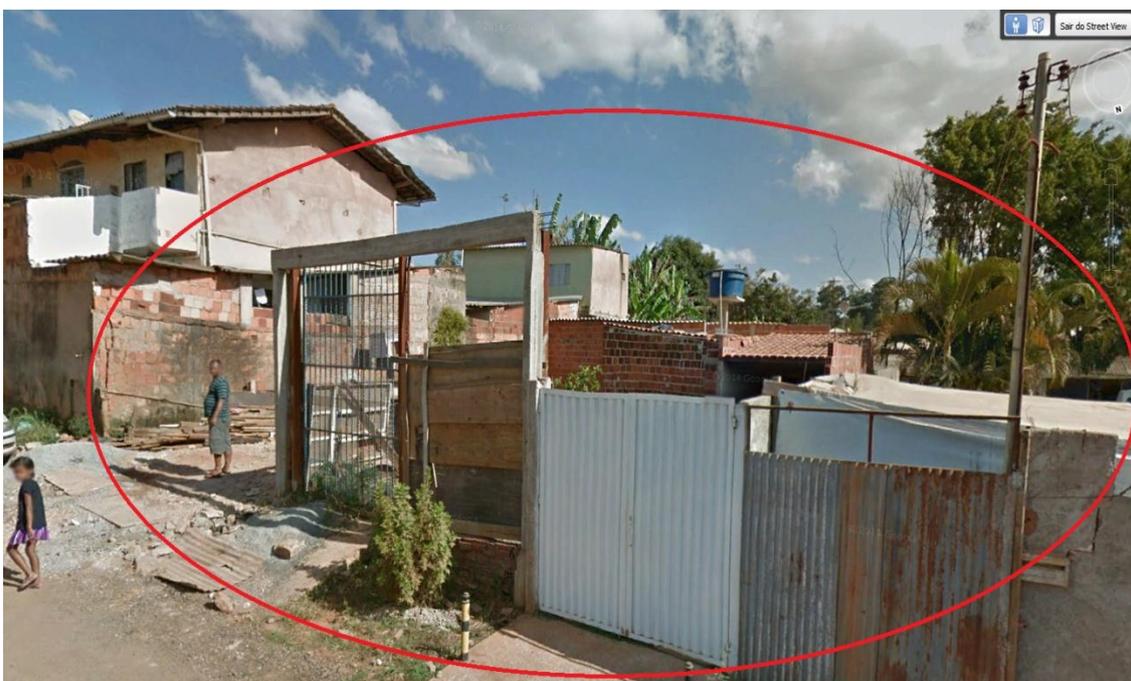
Domicílio 9

Renda Mensal Familiar: Até 500 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: Desde que nasceu

Coordenadas Geográficas: - -47.96211035781862364, -15.87462707049590627

(Detalhes: segundo e terceiro lote após a esquina, contando da direita para esquerda).



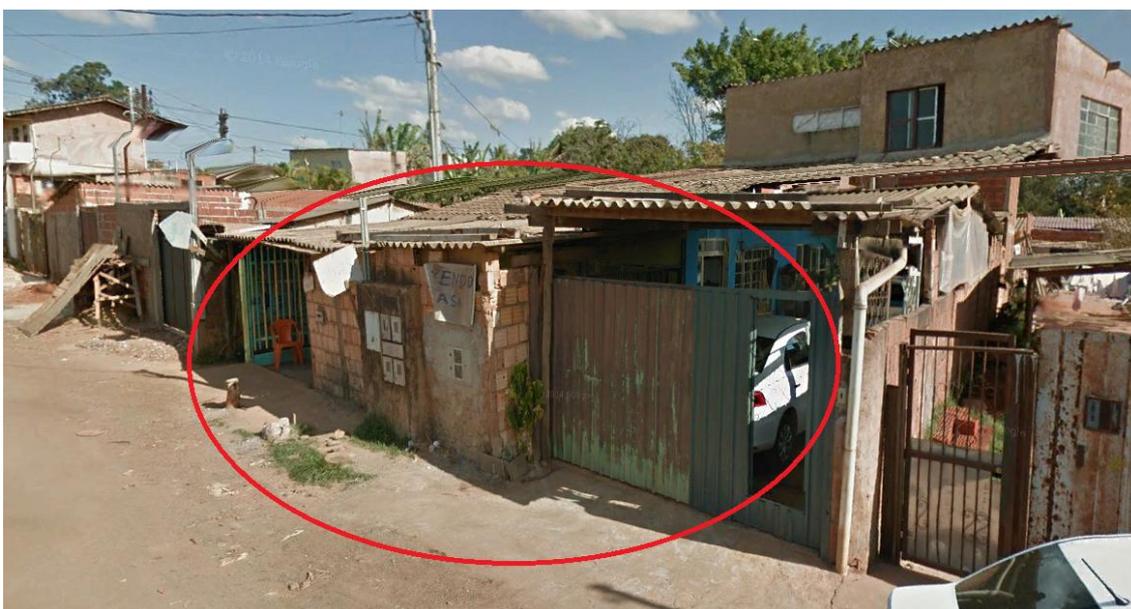
Domicílio 10

Renda Mensal Familiar: Até 500 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 5 a 10 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96238413097108833, -15.87444867637720236

(Detalhes: quinto lote após a esquina, contando da direita para esquerda)



Domicílio 11

Renda Mensal Familiar: Até 1.000 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: Mais de 15 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96121485466829171, -15.87487964830753739

(Detalhes: terceiro lote após a esquina, contando da direita para esquerda).



Domicílio 12

Renda Mensal Familiar: Até 1.000 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: Mais de 15 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96105765589042136, -15.87487788202913386

(Detalhes: lotes da esquina, engloba mais de uma residência).



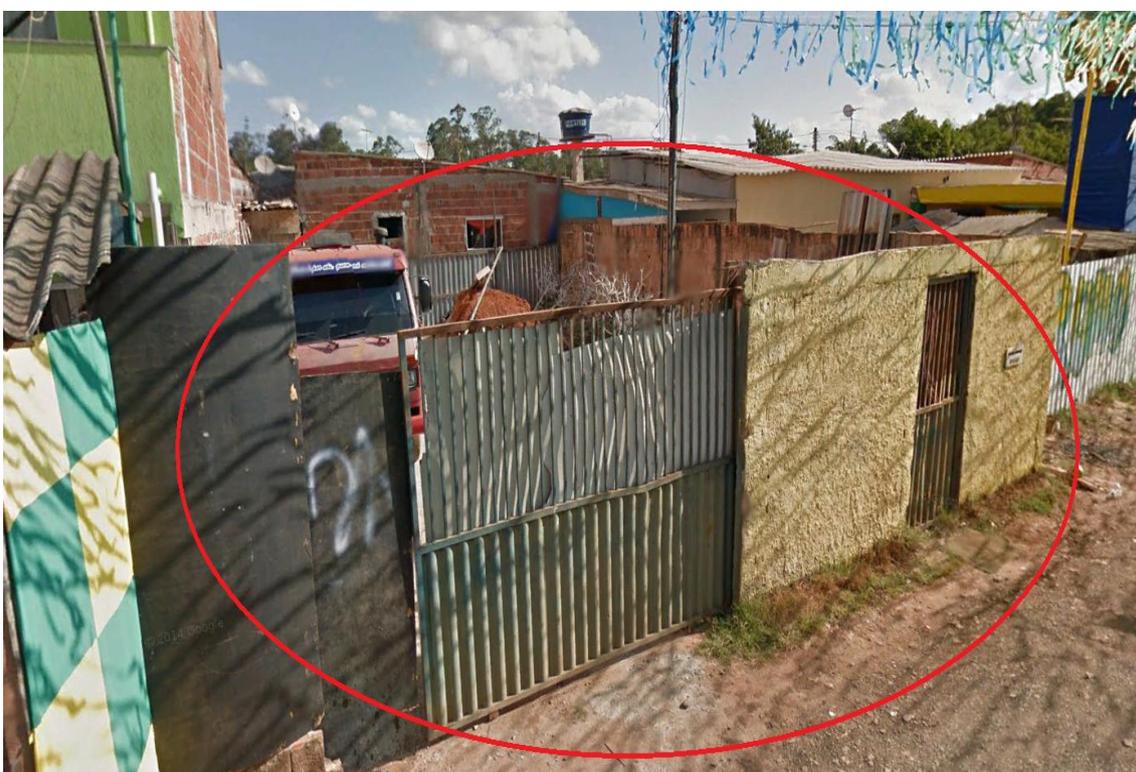
Domicílio 13

Renda Mensal Familiar: Até 1.000 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: Mais de 15 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96212272176745017, -15.87386227194740229

(Detalhes: quarto lote após a esquina, sendo que o terceiro lote possui 2 residências).



Domicílio 14

Renda Mensal Familiar: De 1.000 até 3.000 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 5 a 10 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96239119608470247, -15.87389406495865529

(Detalhes: casas da esquina).



Domicílio 15

Renda Mensal Familiar: De 1.000 até 3.000 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 10 a 15 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96264730645313534, -15.87374746385120439

(Detalhes: são duas casas na esquina).



Domicílio 16

Renda Mensal Familiar: De 1.000 até 3.000 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 1 a 3 anos

Coordenadas Geográficas- -47.96226932287489575, -15.87339244189219833

(Detalhes: segunda casa após a esquina, contando de cima para baixo).



Domicílio 17

Renda Mensal Familiar: Até 500 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 5 a 10 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.961757102138023, -15.873199917546270

(Detalhes: lote entre lojas de móveis de madeira).



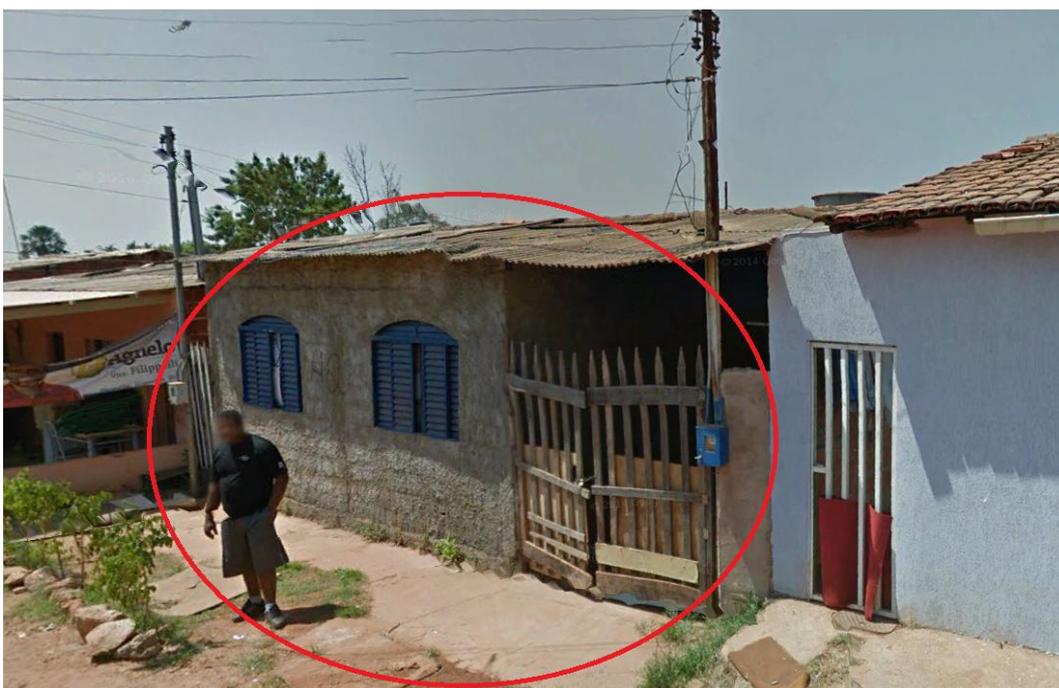
Domicílio 18

Renda Mensal Familiar: Até 1.000 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 10 a 15 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96164406032023209, -15.87331295936406406

(Detalhes: terceira casa após a esquina, contando de baixo para cima).



Domicílio 19

Renda Mensal Familiar: Até 1.000 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 10 a 15 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96169704867232042, -15.8733588826025418

(Detalhes: décimo segundo lote após esquina – à direita – da entrada próxima à Praça da Vitória).



Domicílio 20

Renda Mensal Familiar: Até 1.000 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: Mais de 15 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96136675461095678, -15.87348075581234852

(Detalhes: segunda casa após a esquina, contando de baixo para cima).



Domicílio 21

Renda Mensal Familiar: Até 500 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: De 3 a 5 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96114773608898219, -15.87322994427912093

(Detalhes: terceiro e quarto lotes da rua, contando da direita para esquerda, engloba 2 residências).



Domicílio 22

Renda Mensal Familiar: Acima de 3.000 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 5 a 10 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96086336526609983, -15.87349311976116972

(Detalhes: primeiro e segundo lotes da rua, o primeiro lote tem a sua entrada virada para DF003 –EPIA).



Domicílio 23

Renda Mensal Familiar: Acima de 3.000 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy : 10 a 15 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96082097458442917, -15.87382341382253337

(Detalhes: casa no canto interno do campo de futebol).



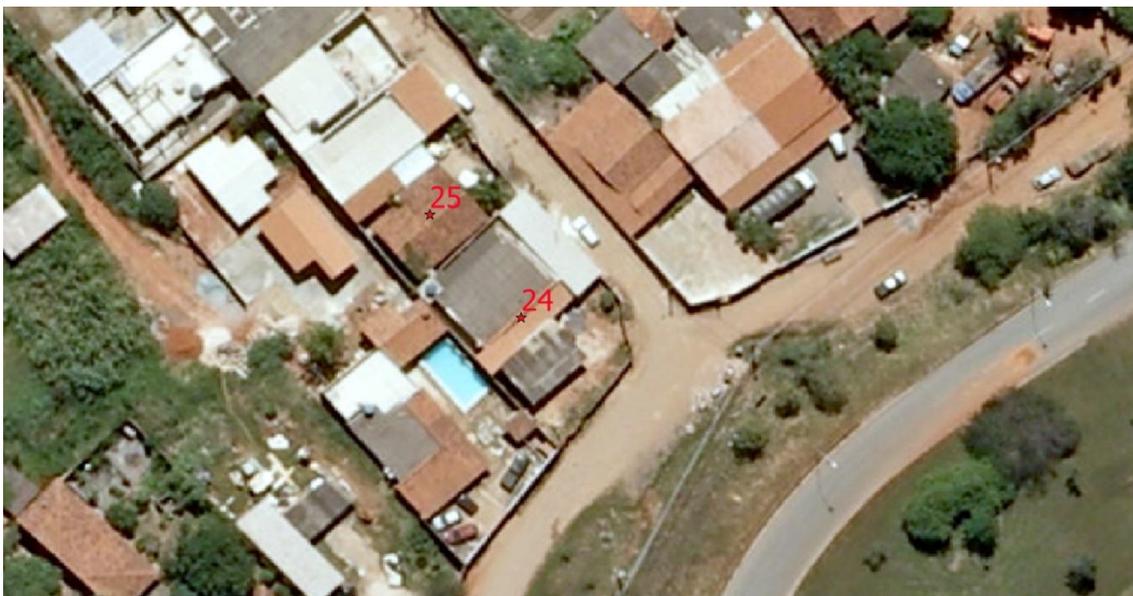
Domicílio 24

Renda Mensal Familiar: Até 400 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 10 a 15 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96024870038184673, -15.87294380717783149

(Detalhes: primeiro lote na esquina).



Domicílio 25

Renda Mensal Familiar: Até 400 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 10 a 15 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96035644336443227, -15.87282193396802299

(Detalhes: terceiro lote após esquina).



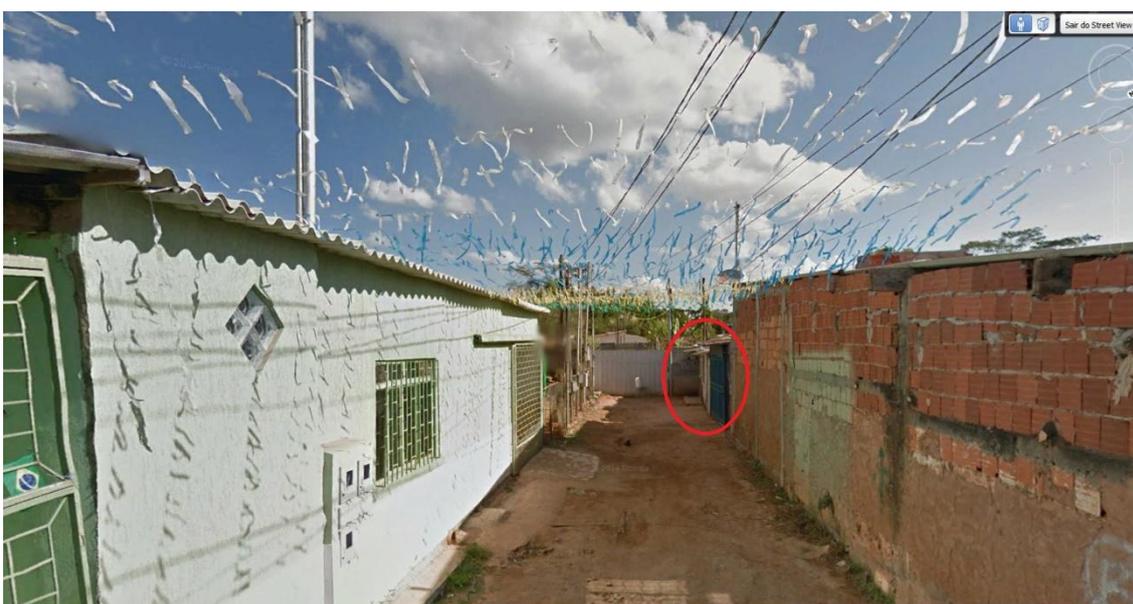
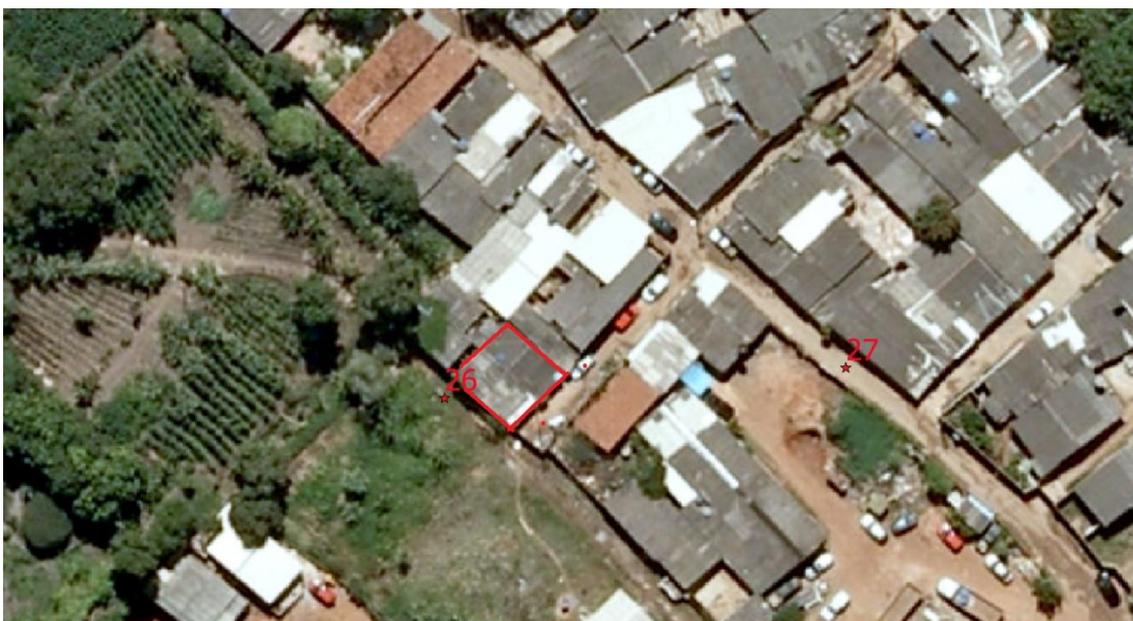
Domicílio 26

Renda Mensal Familiar: Até 1.000 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 5 a 10 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96148332898555111, -15.87193526220971229

(Detalhes: último lote do lado direito da rua, que é seccionado em 2 residências: a primeira tem muro azul escuro, e a última tem muro branco).



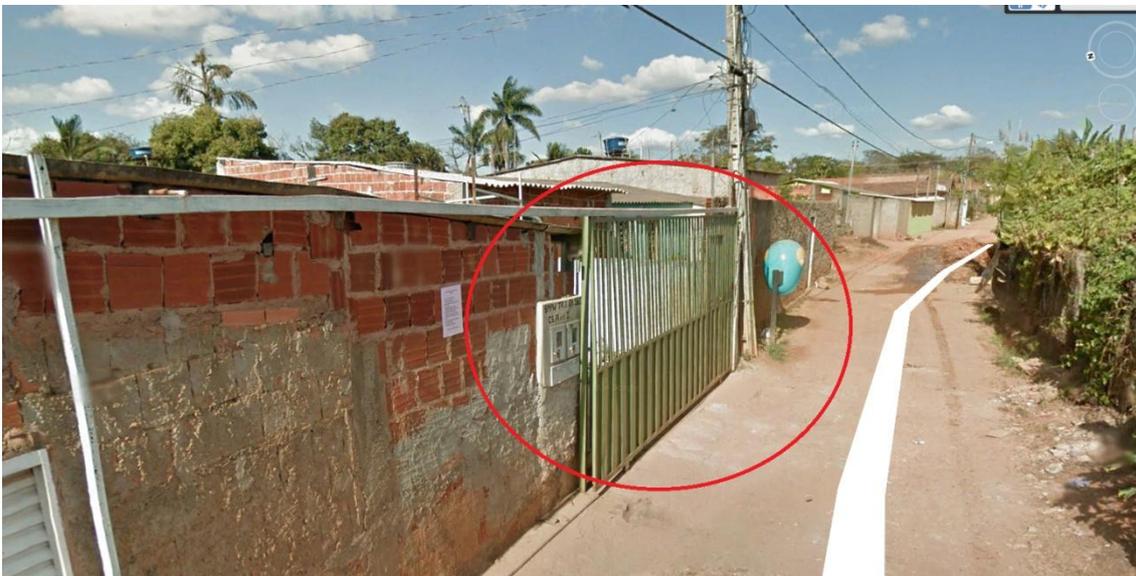
Domicílio 27

Renda Mensal Familiar: De 1.000 a 3.000 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 10 a 15 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.96101703148715245, -15.87189993664165044

(Detalhes: primeiro lote após pequena a rua).



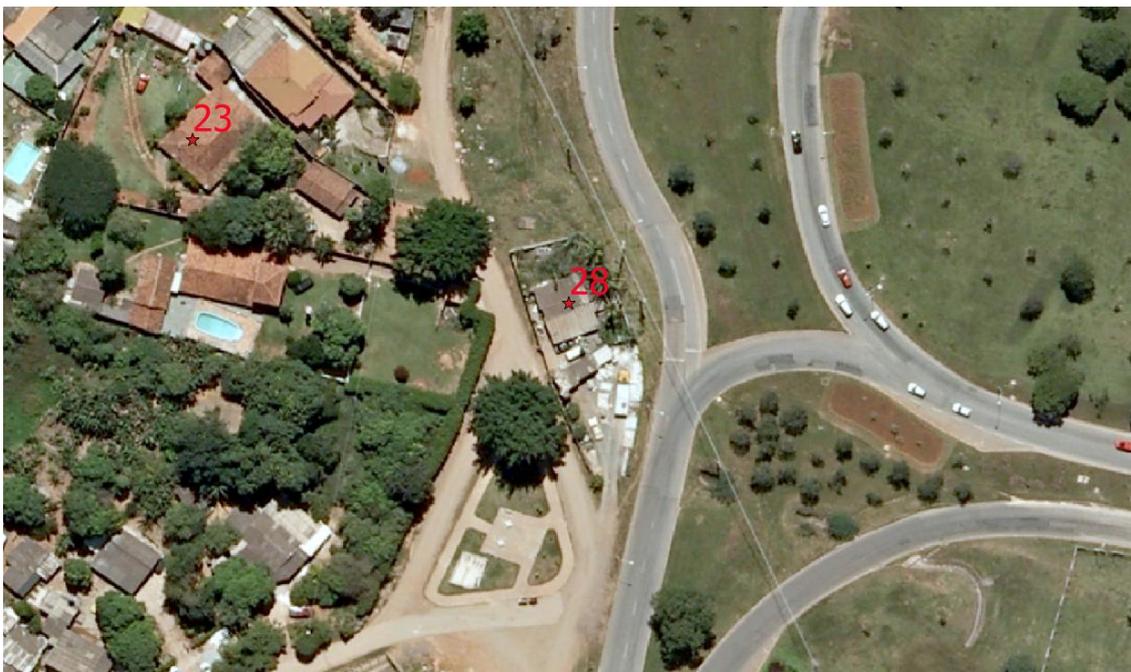
Domicílio 28

Renda Mensal Familiar: De 1.000 a 3.000 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: 5 a 10 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.9601091643880082, -15.87413427882145811

(Detalhes: casa na beira da DF003 –EPIA).



Domicílio 29

Renda Mensal Familiar: Até 1.000 reais

Tempo de Residência na Vila Cauhy: Mais de 15 anos

Coordenadas Geográficas: - -47.9614470311, -15.8756446146

(Detalhes: oitavo lote após esquina – à direita – da entrada próxima à Praça da Vitória).



APÊNDICE C

Resultados da pesquisa de mobilidade intraurbana na Vila Cauhy (Anexo 1) e da pesquisa de qualidade de acesso à infraestrutura e serviços na Vila Vauhy (Anexo 2)

A seguir, a partir do número do Domicílio e a sua respectiva Renda Mensal Familiar e Tempo de Residência, serão apresentados os resultados da pesquisa de mobilidade intraurbana da Vila Cauhy (Anexo 1) e da pesquisa de qualidade de acesso à infraestrutura e serviços na Vila Cauhy (Anexo 2). Os resultados serão apresentados em 3 partes distintas, de modo a sistematizar a informação.

Resultados da pesquisa de mobilidade intraurbana na Vila Cauhy (Anexo 1)

PARTE I – Identificação do imóvel anterior (subitem 1 do Anexo 1) e imóvel atual (subitem 4 do Anexo 1), em que:

- A) Localidade
- B) Tipo do imóvel
- C) Nº de dormitórios
- D) Nº de moradores

Identificação do imóvel anterior (subitem 1 do Anexo 1) e imóvel atual (subitem 4 do Anexo 1)

Nº	Renda Mensal Familiar	Tempo de Residência	Subitem 1 Anexo 1				Subitem 4 Anexo 1			
			A	B	C	D	A	B	C	D
1	Até 500	10 a 15 anos	Metropolitana	Barraco	3	12	Vila Cauhy	Casa	3	2
2	De 1.000 a 3.000	10 a 15 anos	Núcleo Bandeirante	Casa	3	5	Vila Cauhy	Casa	3	6
3	De 1.000 a 3.000	5 a 10 anos	Samambaia	Casa	3	5	Vila Cauhy	Casa	3	6
4	Até 500	10 a 15 anos	Candangolândia	Barraco	2	5	Vila Cauhy	Casa	2	3
5	Até 500	5 a 10 anos	Metropolitana	Barraco	1	5	Vila Cauhy	Barraco	1	3
6	Até 1000	Mais de 15 anos	Park Way Trecho I	Casa	3	5	Vila Cauhy	Barraco	2	4
7	Até 500	Menos de 1 ano	Valparaíso	Barraco	2	3	Vila Cauhy	Casa	2	3
8	Até 500	10 a 15 anos	Areal	Barraco	2	6	Vila Cauhy	Casa	2	6
9	Até 500	Desde que nasceu	Guará	Casa	3	7	Vila Cauhy	Casa	2	2
10	Até 500	5 a 10 anos	Luziânia	Casa	3	2	Vila Cauhy	Casa	5	2
11	Até 1.000	Mais de 15 anos	Bahia	Casa	4	14	Vila Cauhy	Casa	2	2
12	Até 1.000	Mais de 15 anos	Riacho Fundo I	Casa	2	1	Vila Cauhy	Casa	2	7
13	Até 1.000	Mais de 15 anos	Candangolândia	Casa	3	4	Vila Cauhy	Casa	3	4
14	De 1.000 a	5 a 10 anos	Piauí	Casa	2	5	Vila Cauhy	Barraco	1	5

	3.000						Cauhy			
15	De 1.000 a 3.000	10 a 15 anos	Valparaíso	Casa	2	2	Vila Cauhy	Casa	3	2
16	De 1.000 a 3.000	1 a 3 anos	Candangolândia	Casa	3	6	Vila Cauhy	Casa	4	5
17	Até 500	5 a 10 anos	Taguatinga	Casa	2	3	Vila Cauhy	Barraco	2	3
18	Até 1.000	10 a 15 anos	São Paulo	Casa	2	5	Vila Cauhy	Casa	2	6
19	Até 1.000	10 a 15 anos	Santa Maria	Casa	1	4	Vila Cauhy	Barraco	2	4
20	Até 1.000	Mais de 15 anos	Samambaia	Casa	2	5	Vila Cauhy	Casa	2	6
21	Até 500	3 a 5 anos	Taguatinga Sul	Casa	2	6	Vila Cauhy	Barraco	3	5
22	Acima de 3.000	5 a 10 anos	Asa Sul	Casa	2	2	Vila Cauhy	Casa	3	6
23	Acima de 3.000	10 a 15 anos	Ceilândia	Apartamento	4	3	Vila Cauhy	Casa	5	6
24	Até 400	10 a 15 anos	Santa Maria	Casa	3	3	Vila Cauhy	Casa	2	2
25	Até 400	10 a 15 anos	Riacho Fundo	Casa	2	4	Vila Cauhy	Casa	3	6
26	Até 1.000	5 a 10 anos	Colônia Agrícola Samambaia	Casa	6	5	Vila Cauhy	Casa	1	2
27	De 1.000 a 3.000	10 a 15 anos	Núcleo Bandeirante	Apartamento	2	2	Vila Cauhy	Casa	3	2
28	De 1.000 a 3.000	5 a 10 anos	Paraná	Casa	9	9	Vila Cauhy	Casa	2	4
29	Até 1000	Mais de 15 anos	Samambaia	Casa	1	3	Vila Cauhy	Barraco	2	4

PARTE II – Identificação das motivações de mudança (subitem 3 do Anexo 1), conforme força do motivo, sendo forte (1), mediano (2) e fraco (3), em que:

- A) Distância do trabalho
- B) Distância de parentes/Acompanhamento de parentes
- C) Distância do comércio
- D) Distância de lazer
- E) Aquisição de moradia
- F) Aluguel mais barato
- G) Programa governamental para moradia
- H) Transferência do local de trabalho
- I) Procura de trabalho
- J) Busca por melhor acesso à saúde
- K) Busca por melhor acesso à água
- L) Distância de escolas/estudos
- M) Busca por melhor acesso a transporte público
- N) Proximidade de favelas
- O) Violência
- P) Barulho
- Q) Problemas com infraestrutura

Identificação das motivações de mudança (Subitem 3 do Anexo 1)

Nº	Renda Mensal Familiar	Tempo de Residência	Subitem 3 Anexo 1																
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
1	Até 500	10 a 15 anos	2	3	1	3	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	1
2	De 1.000 a 3.000	10 a 15 anos	2	2	3	3	1	3	3	1	3	3	3	3	3	3	3	1	3
3	De 1.000 a 3.000	5 a 10 anos	1	3	3	1	1	3	3	3	3	3	1	1	2	1	2	2	2
4	Até 500	10 a 15 anos	3	1	1	3	1	3	3	3	3	1	3	3	3	3	3	3	1
5	Até 500	5 a 10 anos	1	3	3	3	1	3	3	1	1	3	3	1	3	3	1	1	3
6	Até 1.000	Mais de 15 anos	3	1	3	3	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
7	Até 500	Menos de 1 ano	1	3	1	1	1	3	3	3	3	3	3	1	3	1	3	1	3
8	Até 500	10 a 15 anos	1	3	1	1	1	3	3	3	3	1	1	3	1	1	2	1	1
9	Até 500	Desde que nasceu	3	3	3	3	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
10	Até 500	5 a 10 anos	1	3	3	1	3	3	3	3	3	1	1	1	1	3	3	3	3
11	Até 1.000	Mais de 15 anos	1	3	2	2	1	1	3	3	1	1	2	1	1	3	3	3	3
12	Até 1.000	Mais de 15 anos	3	3	3	3	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	2	1	2
13	Até 1.000	Mais de 15 anos	3	3	3	3	3	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
14	De 1.000 a 3.000	5 a 10 anos	3	1	3	3	1	1	3	3	1	1	1	3	3	1	2	1	3
15	De 1.000 a 3.000	10 a 15 anos	1	1	2	2	1	1	3	3	3	1	3	3	2	3	3	3	3
16	De 1.000 a 3.000	1 a 3 anos	3	3	3	3	1	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
17	Até 500	5 a 10 anos	3	3	3	3	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
18	Até 1.000	10 a 15 anos	3	3	3	3	1	3	3	3	1	2	2	2	2	3	3	3	3
19	Até 1.000	10 a 15 anos	3	3	3	3	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
20	Até 1.000	Mais de 15 anos	1	1	2	1	1	3	3	3	3	1	1	1	1	1	1	2	2
21	Até 500	3 a 5 anos	1	1	1	1	1	3	3	3	3	3	3	1	3	3	3	1	3
22	Acima de 3.000	5 a 10 anos	3	1	3	3	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	2	3
23	Acima de 3.000	10 a 15 anos	1	3	3	3	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
24	Até 400	10 a 15 anos	1	3	3	3	1	1	3	3	3	3	3	2	2	3	3	3	3
25	Até 400	10 a 15 anos	1	3	3	3	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3

26	Até 1.000	5 a 10 anos	1	3	3	3	1	1	3	3	3	3	3	2	3	3	2	3	3
27	De 1.000 a 3000	10 a 15 anos	3	3	3	3	1	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
28	De 1.000 a 3000	5 a 10 anos	3	1	3	3	3	3	3	3	1	1	3	3	3	3	3	3	3
29	Até 1.000	Mais de 15 anos	1	3	3	3	3	3	3	3	3	1	3	3	3	3	1	3	3

Resultados da pesquisa de qualidade de acesso à infraestrutura e serviços na Vila Cauhy

PARTE III – Avaliação da qualidade de acesso à infraestrutura e serviços (Anexo 2), sendo a escala de análise Péssima (1), Ruim (2), Mediana (3), Boa (4) e Muito Boa (5), em que:

- 1) Abastecimento de Água
- 2) Esgotamento Sanitário
- 3) Pavimentação Asfáltica
- 4) Energia Elétrica
- 5) Coleta de Resíduos Sólidos
- 6) Saúde
- 7) Transporte Público
- 8) Educação
- 9) Segurança

Avaliação da qualidade de acesso à Infraestrutura e Serviços (Anexo 2)

Nº	Renda Mensal Familiar	Tempo de Residência	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	Até 500	10 a 15 anos	2	1	1	3	3	1	1	4	1
2	De 1.000 a 3.000	10 a 15 anos	5	1	4	5	4	1	1	1	1
3	De 1.000 a 3.000	5 a 10 anos	3	1	1	4	3	1	2	3	1
4	Até 500	10 a 15 anos	4	1	3	4	3	1	1	3	3
5	Até 500	5 a 10 anos	5	1	4	4	4	1	1	1	1
6	Até 1.000	Mais de 15 anos	4	1	1	4	1	3	1	3	1
7	Até 500	Menos de 1 ano	3	1	1	2	2	1	1	1	1
8	Até 500	10 a 15 anos	3	1	1	3	3	1	1	1	1
9	Até 500	Desde que nasceu	4	1	1	4	1	1	1	1	3
10	Até 500	5 a 10 anos	4	1	1	4	1	1	1	3	1
11	Até 1.000	Mais de 15 anos	5	1	2	5	4	2	1	2	1
12	Até 1.000	Mais de 15 anos	3	1	1	1	1	3	1	1	1
13	Até 1000	Mais de 15 anos	3	1	1	4	1	3	3	3	1
14	De 1.000 a 3.000	5 a 10 anos	4	1	1	4	4	1	1	4	4
15	De 1.000	10 a 15 anos	4	1	1	4	1	1	1	1	1

	a 3.000										
16	De 1.000 a 3.000	1 a 3 anos	4	1	1	5	1	5	1	5	2
17	Até 500	5 a 10 anos	1	1	1	3	2	4	2	1	2
18	Até 1.000	10 a 15 anos	4	1	1	4	1	3	5	5	3
19	Até 1.000	10 a 15 anos	4	1	2	4	4	4	1	3	3
20	Até 1000	Mais de 15 anos	3	1	1	3	1	2	1	3	2
21	Até 500	3 a 5 anos	4	1	1	1	1	1	1	5	1
22	Acima de 3.000	5 a 10 anos	4	1	1	1	3	5	4	5	1
23	Acima de 3.000	10 a 15 anos	3	2	1	3	3	1	4	3	1
24	Até 400	10 a 15 anos	4	1	1	1	1	1	1	1	1
25	Até 400	10 a 15 anos	3	1	1	3	1	1	1	1	1
26	Até 1.000	5 a 10 anos	2	1	1	5	1	1	1	2	1
27	De 1.000 a 3.000	10 a 15 anos	4	1	1	4	4	1	1	1	3
28	De 1.000 a 3.000	5 a 10 anos	4	1	3	4	3	4	1	4	4
29	Até 1.000	Mais de 15 anos	5	1	3	3	5	1	3	4	1

APÊNDICE D

Resultados subjetivos da pesquisa de mobilidade intraurbana na Vila Cauhy

(Anexo 1)

Transcrição: elaboração da autora.

Os domicílios responderam à seguinte pergunta subjetiva do Anexo 1:

- Quais os fatores que levaram você a sair do antigo imóvel e vir para o atual?

Nº: 01

Data: 05/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Sheila

Sheila – Ah... Acho que o motivo foi ter que seguir a minha vida, né, e ter necessidade de um local para morar. Porque a minha mãe já havia saído do imóvel, tinha que desocupar, então o lugar que achei mais cômodo, o lugar mais fácil que dava pra eu morar, que me cederam na época, foi a oportunidade que eu tive, eu tive que agarrar, com unhas e dentes.

Aryanne Audrey Rodrigues – Por que tinham regularizado o imóvel da sua mãe?

Sheila – Ah tá, é porque assim que a minha mãe regularizou o imóvel ela foi de uma certa forma obrigada a vender, porque aí vieram as pessoas de condição financeira, então elas acabam colocando essas pessoas pra fora, essas pessoas humildes, pessoas que não... você tem que sair do local. Então, ela foi obrigada a vender, ir para o Valparaíso. Como eu tinha uma vida que era aqui no DF, que trabalhava e tudo, então eu tive que ficar por aqui, o lugar onde eu consegui a moradia foi aqui, onde eu tô até hoje.

Nº: 02

Data: 05/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: José

José – Comodidade, porque hoje eu moro e trabalho no mesmo local. Esse foi o fator principal de eu ter saído de lá e ter vindo pra cá. E não pagar aluguel, aqui eu não pago aluguel, aqui é meu.

Nº: 03

Data: 12/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Julieta

Julieta – É, foi a... o aluguel, né, a distância também.

Aryanne Audrey Rodrigues – Distância de quê?

Julieta – Distância de lá do trabalho para a escola das crianças também, que elas estudavam tudo aqui mais próximo. Foram esses. E a falta de segurança lá também não é? Lá é muito violento, né, só isso.

Nº: 04

Data: 05/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Jaciara

Jaciara – Ah... porque lá era um barracão grande e cada família... era dois cômodos só para cada família e aqui ficou uma casa, né, um lote maior, aí ficou bem melhor do que lá. E também na situação da água e da energia, que tá bem melhor agora do que era lá. Lá a gente pegava água com o balde, essas coisas.

Nº: 05

Data: 06/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Maria

Maria – Eu tive que invadir, porque eu não tava pagando... eu não tava aguentando pagar aluguel, o salário era pouco, eu trabalhava de doméstica, aí o salário era muito pouco, era 150 nesse tempo, aí o salário depois subiu um pouco. Aí eu vim morar aqui, sabe? Aí eu fiz um barraco de madeira, tudo novo, aí o administrador veio e derrubou. Derrubou, aí fiz de lona, e agora tô mais estruturada, por causa que agora não tô mexendo mais, mas foi difícil, uma batalha.

Nº: 06

Data: 06/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Sueli

Morador não quis gravar a entrevista.

Nº: 07

Data: 23/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Dalva

Dalva – Olha, foi por motivo da parada ser muito longe, e tinha muito assalto, assalto um em cima do outro.

Nº: 08

Data: 24/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Antônio

Antônio – A distância do meu trabalho, eu morava no Areal, Águas Claras, e eu já trabalhava aqui há 10 anos no Núcleo Bandeirante, aí eu consegui aqui esse imóvel do meu cunhado, aqui onde eu moro, Vila Cauhy, aí eu achei melhor mudar pra cá. Também tenho três filhos que estudam fora e tinha que pagar ônibus todo dia, para levar eles para... para ir pro Bandeirante, pra CNB, e tinha que levar pra casa pra almoçar, aí então ficava muito difícil, então como eu já trabalhava aqui há muito tempo ficou bem mais fácil pra mim mudar pra Vila Cauhy. E... sabemos que é muito difícil aqui na Vila Cauhy, porque não tem nada, né, tudo é precário, Vila Cauhy não tem nada, nada, nada. Então, mesmo assim a gente prefere morar aqui devido à facilidade de... de acesso à... aos órgãos, né, à saúde do Bandeirante, a escola né, tudo... segurança. Então, a gente prefere o quê? Morar numa invasão e com todas as suas limitações, é... porque... pra ter mais acesso à transporte, né, e as coisas mais fácil pra... é... pra melhorar o diaadia. Mas precisa, né, a Vila Cauhy tem 40 anos de existência e até agora não tem nada. A gente já vai em vários órgãos público, tem reunião com deputado Wasny, com deputado aí, deputado Maia, e realmente não sai nada, só reunião e mais reuniões. Temos a nossa prefeitura comunitária aqui, é... da doutora Flávia que é a nossa presidente, nosso vice-presidente que é o Zé Roberto, né, e tão lutando aí junto com os órgãos públicos, mas as barreiras tão muito grandes. Eles falam que não pode regularizar, porque a Vila Cauhy é um poço de água, o meio ambiente não... não consegue liberar, muitos impedimentos, uma parte é habitável, a outra não é habitável, mas a gente tamo aí orando né, para que Deus venha colocar a mão, porque 40 anos, gente, não é 40 dias, 40 anos é muito tempo, né. Eu creio que nós, nós como morador aqui da Vila, precisamos de uma reposta dos órgãos públicos, para que eles venham nos olhar assim com os olhos, né, com os olhos menos altivos, para que possamos realmente obter nossa, nossa... conquista, né, nossa maior conquista, nossa maior conquista aqui é a legalização né. Saneamento nós não temos de jeito nenhum, não temos saneamento, segurança zero, educação não tem, não tem creche para as crianças, tem que descer aqui pra ir pro Bandeirante ou pra Vargem Bonita, ou pra outra

cidade-satélite, que nós aqui não temos. A dona de casa aqui pega as crianças, deixa com o vizinho, e já teve caso da criança ser raptada, ser encontrada lá na ADE, e a situação é tipo precária, nós necessitamos realmente que as autoridades olhe pra nós realmente com um olhar realmente, que nos coloque assim realmente como prioridade é... junto aos órgãos públicos, para que possamos aqui realmente ser uma cidade respeitada. Tivemos aqui também há pouco tempo Orçamento Participativo, participamos, tivemos reunião no governo, e... eles falam que mandam a verba pro Bandeirante, mas a verba não chega pra nós aqui, disse... não consegue investir pra nós aqui porque a gente somos invasores, como invasores eles não podem investir dinheiro aqui na nossa área, mas aqui a gente pagamos água, pagamos luz, pagamos internet, pagamos IPVA, pagamos tudo, entendeu? Só não pagamos IPTU porque até agora eles não mandaram pra nós, mas se mandar a gente paga.

Nº: 09

Data: 06/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Marcos

Morador não quis gravar a entrevista.

Nº: 10

Data: 24/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Maria

Maria – Por causa do trabalho, porque lá não tinha trabalho e aqui tinha trabalho pro meu marido, por isso que foi mais fácil eu vir pra cá morar aqui, só.

Nº: 11

Data: 16/12/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Maria

Maria – Procurar um serviço... procurar um serviço e ir atrás da minha saúde que eu não tinha.

Aryanne Audrey Rodrigues – E adquirir um imóvel?

Maria – E adquirir um imóvel, graças a Deus, só isso mesmo, minha filha.

Nº: 12

Data: 23/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Ruth

Ruth – Porque eu tenho filhos distantes, e por causa da... da localização entendeu? Adquirida, a moradia, e o que mais? Infraestruturas de saúde e bem-estar nesta área.

Nº: 13

Data: 24/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Paula

Paula – Aluguel mais barato.

Nº: 14

Data: 24/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Lúcia

Lúcia – Bom, vim por causa que lá era muito violento, por causa da moradia também, e por causa das minhas família também, que moram aqui.

Nº: 15

Data: 25/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Maria

Maria – Então, a dificuldade de... a distância de trabalho, né, e também pra acompanhar meu esposo, que tem problema de saúde, e o acesso à saúde aqui é mais próximo pra ele, então é isso.

Nº: 16

Data: 16/12/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Benicio

Aryanne Audrey Rodrigues – Quais os fatores que levaram você a sair do antigo imóvel e vir para o atual?

Benicio: Falta de condição de pagar o antigo, fui obrigado a vendê-lo e comprar aqui na Vila Cauhy.

Nº: 17

Data: 16/12/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Luís

Morador não quis gravar entrevista.

Nº: 18

Data: 16/12/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Bryan

Bryan – Procura de emprego, eu adquiri um emprego.

Aryanne Audrey Rodrigues – E a casa?

Bryan – E a casa também.

Nº: 19

Data: 20/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Carolina

Morador não quis gravar a entrevista.

Nº: 20

Data: 16/12/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Morador não identificado

Morador não identificado – Pagava aluguel e aqui adquiri um imóvel.

Nº: 21

Data: 12/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Maria

Maria – Moradia, a gente não tinha imóvel, conseguiu comprar, era distante do serviço, é... o que mais? **[Risos]** Não sei, nem lembro mais.

Aryanne Audrey Rodrigues – Melhor educação não?

Maria – É, melhor educação, é... que a gente já falou, é legal, o que mesmo? É isso, só isso mesmo.

Nº: 22

Data: 12/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Priscila

Priscila – É... sair de aluguel, que eu morava em apartamento e vim para a minha casa.

Nº: 23

Data: 29/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Clarissa

Morador não quis gravar a entrevista.

Nº: 24

Data: 12/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Sued

Sued – Bom, o principal motivo foi a distância em relação ao trabalho.

Aryanne Audrey Rodrigues – Você comprou a casa também, né? Foi um motivo?

Sued – Ah, e o outro motivo também foi a aquisição do imóvel mais próximo ao trabalho.

Nº: 25

Data: 29/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Pedro

Morador não quis gravar a entrevista.

Nº: 26

Data: 16/12/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Aldemir

Aldemir – Ah porque fica mais perto do emprego, né, ficava mais perto do emprego, eu morava mais longe, e hoje tô morando perto, morando não, hoje tô desempregado [**Risos**].

Aryanne Audrey Rodrigues – Você adquiriu moradia?

Aldemir – Adquiri moradia, hoje moro no que é meu, graças a Deus, não é o que é meu, porque ainda não tá regularizado [**Risos**].

Nº: 27

Data: 16/12/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Morador não identificado

Morador não identificado – É, adquiri moradia, né, saí do aluguel.

Nº: 28

Data: 12/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Aldemir

Aldemir – Ah... emprego, né, trabalho.

Nº: 29

Data: 06/11/2014

Entrevistador: Aryanne Audrey Rodrigues

Entrevistado: Ivonete

Ivonete – Bom, lá na Samambaia o motivo que nos levou de sair de lá foi os assalto, a bandidagem, a gente não tinha tranquilidade, trabalhava e estudava, quando chegava a porta arrebitada, bujão já não tinha mais, já não estava mais no lugar. E isso era sempre, era constante, não tinha “ah, hoje não vai roubar”. Não, era constante. Então, a gente assim, tava até arriscando a nossa vida. Nós chegamos uma certa noite lá, meia noite e meia mais ou menos, tinha uma pessoa lá deitada, fazendo de mendigo, né, como se fosse um mendigo, mas não era, era uma cilada. Nós voltamos pra rodoviária pra chamar o guardinha que ficava lá, e ele foi até a nossa casa, né, na 623 da Samambaia e essa pessoa já tinha sumido. Então, era uma cilada, a gente tava arriscando a vida da gente. A minha, do meu esposo e do meu filho. E como era um lugar cedido, a gente deixou pra lá e viemos pra cá.

APÊNDICE E

Fotografias Vila Cauhy 2014



Foto 1 – Esgotamento Sanitário na Vila Cauhy – Realizada em 05/10/2014.



Foto 2 – Fossa Séptica - Esgotamento Sanitário na Vila Cauhy – Realizada em 05/10/2014.



Foto 3 – Coleta de Resíduos Sólidos na Vila Cauhy – Realizada em 05/10/2014.



Foto 4 – Ponte de pedestres com acesso ao Núcleo Bandeirante na Vila Cauhy – Realizada em 05/10/2014.



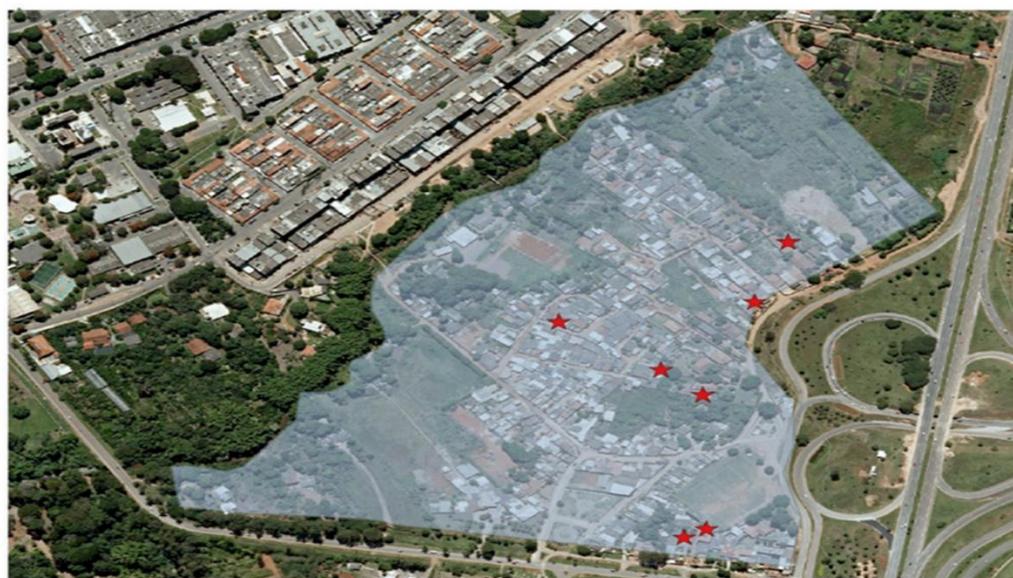
Foto 5 – Ausência de Pavimentação Asfáltica na Vila Cauhy – Realizada em 05/10/2014.



Foto 6 – Praça da Vitória na Vila Cauhy – Realizada em 05/10/2014.

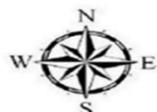
APÊNDICE F

Existência de Piscina nos Domicílios - Área de Regularização de Interesse Social Vila Cauhy - GRUPAR 2011



Legenda

- ★ Piscinas
- Área de Relevante Interesse Social Vila Cauhy GRUPAR 2011



Sistema de Coordenadas Geográficas e Datum SAD69

Elaboração: Aryanne Audrey Rodrigues

Data de elaboração: 22/05/2014

Fontes: Ortofoto 2013 CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal) / Limites do Distrito Federal 2012 (SEDHAB- Secretaria de Estado de Habitação Regularização e Desenvolvimento Urbano) / Áreas em regularização GRUPAR 2011

Mapa - Existência de Piscina nos Domicílios - Área de Relevante Interesse Social Vila Cauhy - GRUPAR 2011. Elaboração da autora, 2014.

APÊNDICE G

Vila Cauhy - Edificações - Fotografia Aérea 1997 CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal)



Legenda

- Edificações 1997 (60 edificações)

Escala 1:5000
0 100 200 300 400 m



Sistema de Coordenadas Geográficas e Datum SAD69

Elaboração: Aryanne Audrey Rodrigues

Data de elaboração: 22/05/2014

Fontes: Fotografia Aérea 1997 CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal) / Limites do Distrito Federal 2012 (SEDHAB- Secretaria de Estado de Habitação Regularização e Desenvolvimento Urbano)

Mapa - Vila Cauhy - Edificações - Fotografia Aérea 1997. CODEPLAN, 2014. Elaboração da autora, 2014.

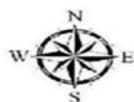
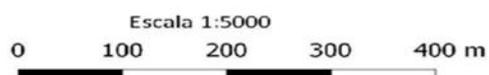
APÊNDICE H

Mapa de Edificações 2013
Área de Regularização de Interesse Social Vila Cauhy (Zona Urbana de Expansão e
Qualificação)
Áreas de regularização do Grupo de Análise e Aprovação de Parcelamentos do Solo e
Projetos Habitacionais - GRUPAR - 2011



Legenda

- Áreas em Regularização - GRUPAR 2011
- Limites Distrito Federal IBGE 2007
- Edificações Vila Cauhy 2013 (528 edificações)



Sistema de Coordenadas Geográficas e Datum SIRGAS2000
Elaboração: Aryanne Audrey Rodrigues
Data de elaboração: 22/05/2014
Fontes: Ortofoto Codeplan 2013 / Limites do Distrito Federal 2007 (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Mapa de Edificações 2013 - Área de Relevante Interesse Social Vila Cauhy (ZUEQ, Áreas em Regularização) GRUPAR 2011. Elaboração da autora, 2014.

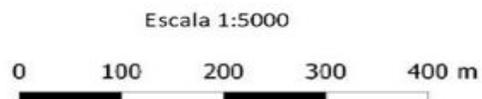
APÊNDICE I

Área de Regularização de Interesse Social Vila Cauhy- GRUPAR 2011 - Plano Diretor de Ordenamento Territorial 1997



Legenda

- Áreas em regularização GRUPAR 2011
- Macrozoneamento PDOT 1997 - Zona Urbana de Dinamização



Sistema de Coordenadas Geográficas e Datum SAD69

Elaboração: Aryanne Audrey Rodrigues

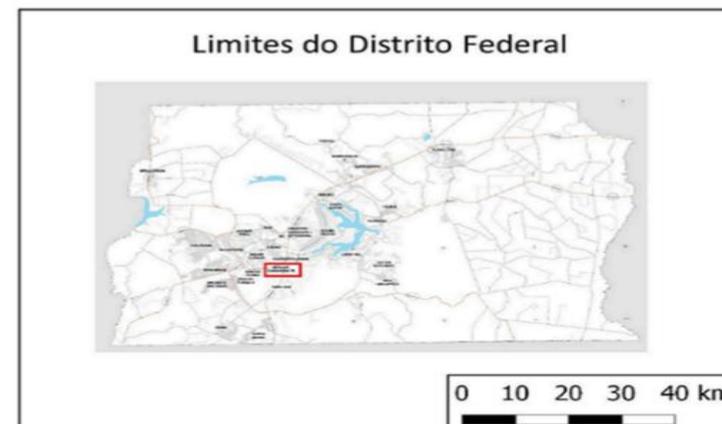
Data de elaboração: 22/05/2014

Fontes: Ortofoto 2013 CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal) / Limites do Distrito Federal 2012 (SEDHAB- Secretaria de Estado de Habitação Regularização e Desenvolvimento Urbano)/ Áreas em regularização GRUPAR 2011/ Plano Diretor de Ordenamento Territorial - Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano 1997

Mapa - Área de Regularização de Interesse Social Vila Cauhy – GRUPAR 2011 – Plano Diretor de Ordenamento Territorial 1997. Elaboração da autora, 2014.

APÊNDICE J

Área de Regularização de Interesse Social Vila Cauhy - GRUPAR 2011 Projeto de Lei do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) 2007



Legenda

-  PDOT 2007 - Zona Urbana de Expansão e Qualificação
-  Áreas em regularização GRUPAR 2011

Escala 1:5000
0 100 200 300 400 m



Sistema de Coordenadas Geográficas e Datum SAD69

Elaboração: Aryanne Audrey Rodrigues

Data de elaboração: 22/05/2014

Fontes: Ortofoto 2013 CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal) / Limites do Distrito Federal 2012 (SEDHAB- Secretaria de Estado de Habitação Regularização e Desenvolvimento Urbano) / Áreas em regularização GRUPAR 2011/ Plano Diretor de Ordenamento Territorial - Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano 2007

Mapa - Área de Regularização de Interesse Social Vila Cauhy – GRUPAR 2011 – Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) 2007. Elaboração da autora, 2014.

APÊNDICE K

PESQUISA MOBILIDADE INTRAURBANA – VILA CAUHY

QUESTIONÁRIO SEM FINS LUCRATIVOS USO EXCLUSIVAMENTE CIENTÍFICO

Nº:

Data:

Entrevistador:

Entrevistado:

1. Imóvel anterior

A) Localidade:

B) Tipo: () Casa () Apartamento () Barraco () Outro

C) Nº de dormitórios:

D) Nº de moradores:

2. Quais os fatores que levaram você a sair do antigo imóvel e vir para o atual?

3. Escolha entre as opções abaixo o porquê da saída do imóvel anterior enumerando de 1 (maior) a 3 (menor) os motivos mais importantes

A) Distância do trabalho

B) Distância de parentes/Acompanhamento de parentes

C) Distância do comércio

D) Distância de lazer

E) Aquisição de moradia

F) Aluguel mais barato

G) Programa governamental para moradia

H) Transferência do local de trabalho

I) Procura de trabalho

J) Busca por melhor acesso à saúde

K) Busca por melhor acesso à água

L) Distância de escolas/estudos

M) Busca por melhor acesso a transporte público

N) Proximidade de favelas

O) Violência

P) Barulho

Q) Problemas com infraestrutura

R) Outros motivos

4. Imóvel atual

A) Localidade:

B) Tipo: () Casa () Apartamento () Barraco () Outro

C) Nº de dormitórios:

D) Nº de moradores:

APÊNDICE L

PESQUISA DE QUALIDADE DE ACESSO À INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS – VILA CAUHY

QUESTIONÁRIO SEM FINS LUCRATIVOS USO EXCLUSIVAMENTE CIENTÍFICO

Nº:

Data:

Entrevistador:

Entrevistado:

Levando em consideração a seguinte escala de análise:

1 – Péssimo

2 – Ruim

3 – Mediano

4 – Bom

5 – Muito Bom

1. Defina de 1 a 5 a qualidade de acesso a Abastecimento de Água

1 2 3 4 5

2. Defina de 1 a 5 a qualidade de acesso a Esgotamento Sanitário

1 2 3 4 5

3. Defina de 1 a 5 a qualidade de acesso à Pavimentação Asfáltica

1 2 3 4 5

4. Defina de 1 a 5 a qualidade de acesso à Energia Elétrica

1 2 3 4 5

5. Defina de 1 a 5 a qualidade de acesso à Coleta de Resíduos Sólidos

1 2 3 4 5

6. Defina de 1 a 5 a qualidade de acesso à Saúde

1 2 3 4 5

7. Defina de 1 a 5 a qualidade de acesso a Transporte Público

1 2 3 4 5

8. Defina de 1 a 5 a qualidade de acesso à Educação

1 2 3 4 5

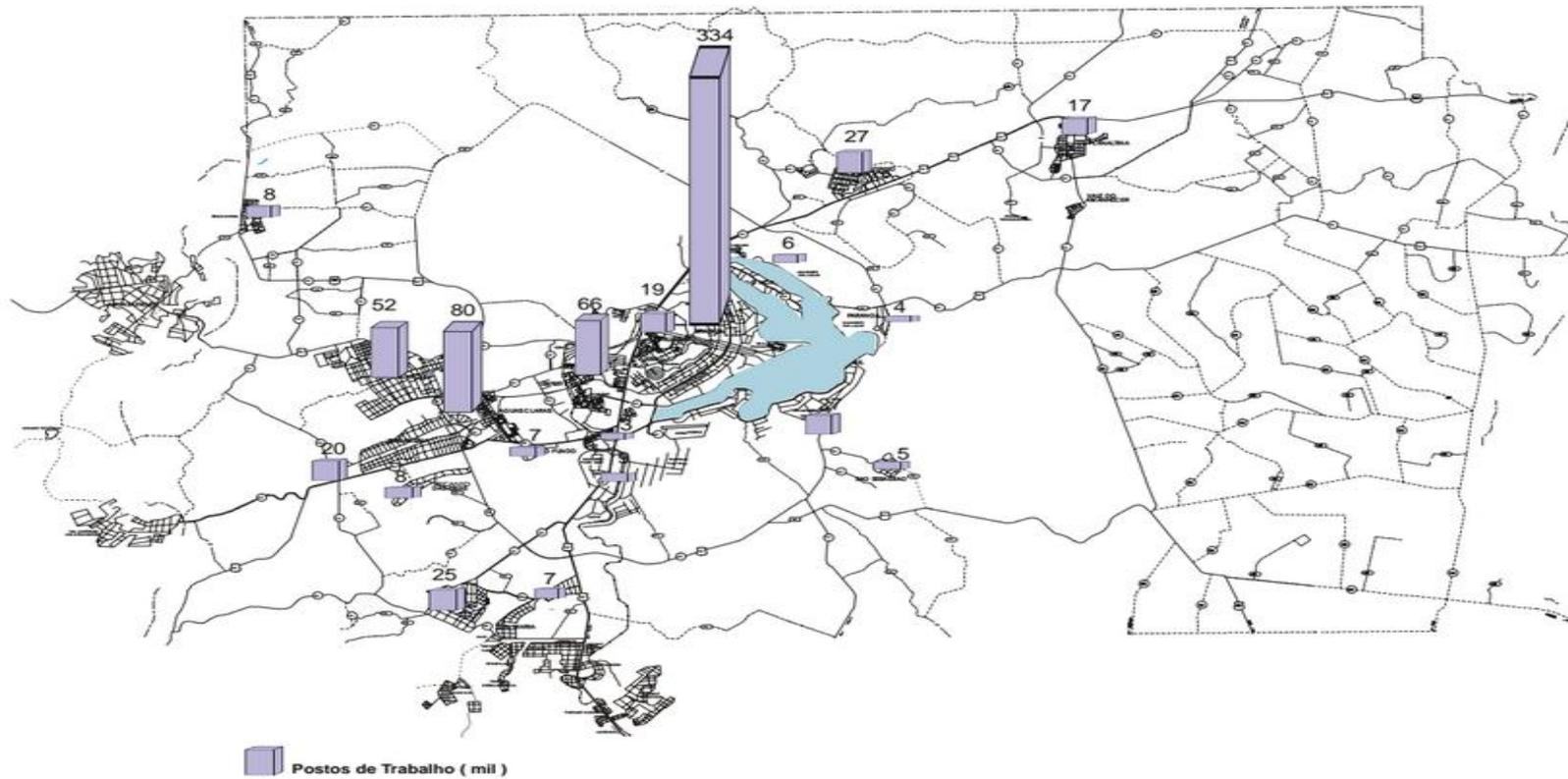
9. Defina de 1 a 5 a qualidade de acesso à Segurança

1 2 3 4 5

ANEXOS

ANEXO A

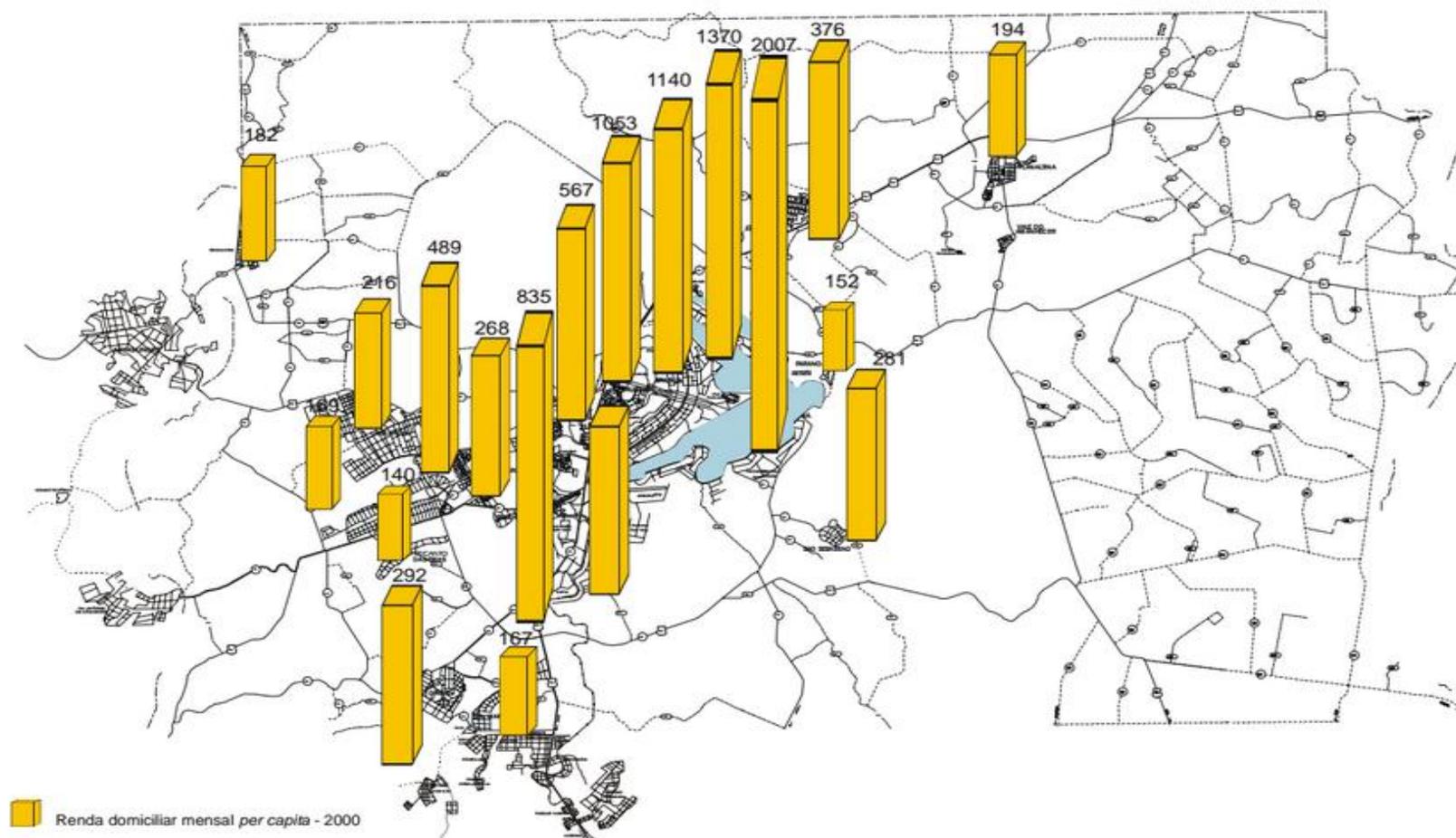
Mapa 11 - Postos de Trabalho



Distribuição dos postos de trabalho no Distrito Federal (Fonte: CAMPOS, 2003).

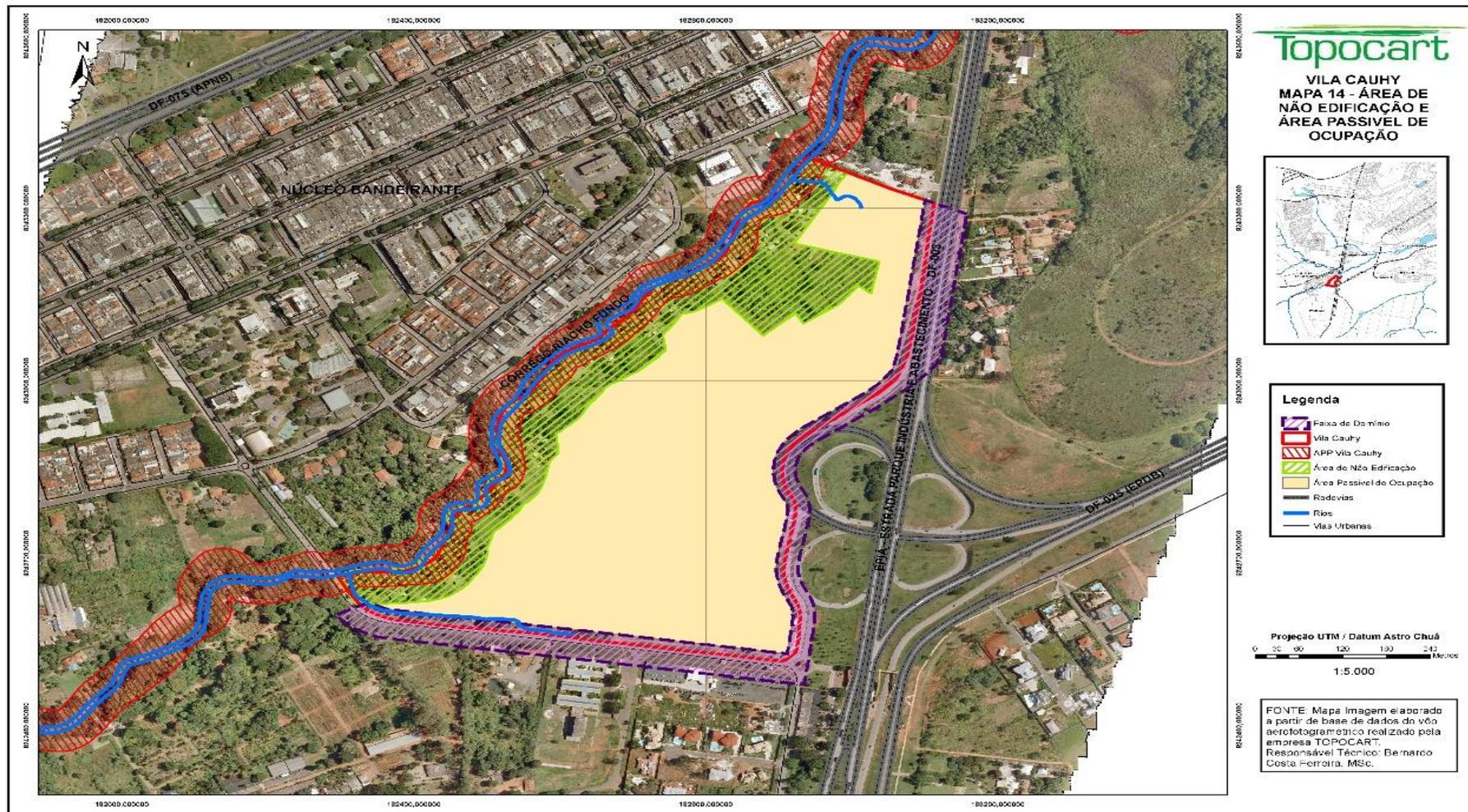
ANEXO B

Mapa 13 - Renda Domiciliar



Distribuição da renda domiciliar no Distrito Federal (Fonte: CAMPOS, 2003).

ANEXO C



Mapa Vila Cauhy – Área de não edificação e área passível de ocupação (Fonte: TOPOCART, 2009a).